



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

DEBORAH RIO FROMM TRINTA

# O “fim da Cracolândia”: etnografia de uma aporia urbana

CAMPINAS

2017

**DEBORAH RIO FROMM TRINTA**

# **O “fim da Cracolândia”: etnografia de uma aporia urbana**

Dissertação apresentada ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Antropologia Social.

*Orientador:* Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida

*Co-orientadora:* Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Taniele Cristina Rui

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À  
VERSÃO FINAL DISSERTAÇÃO  
DEFENDIDA PELA ALUNA  
DEBORAH RIO FROMM TRINTA E  
ORIENTADA PELO PROF. DR.  
RONALO RÔMULO MACHADO DE  
ALMEIDA.



**CAMPINAS**

**2017**

**Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s):** FAPESP, 14/22454-6

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

F927f Fromm, Deborah, 1992-  
O "fim da Cracolândia" : etnografia de uma aporia urbana / Deborah Rio Fromm Trinta. – Campinas, SP : [s.n.], 2017.

Orientador: Ronaldo Rômulo Machado de Almeida.  
Coorientador: Taniele Cristina Rui.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Programa De Braços Abertos (São Paulo). 2. Programa Recomeço (São Paulo). 3. Missão Batista Cristolândia (São Paulo). 4. Crack (Droga) - São Paulo (SP). I. Almeida, Ronaldo Rômulo Machado de,1966-. II. Rui, Taniele Cristina,1982-. III. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. IV. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** The end of Crackland

**Palavras-chave em inglês:**

Crack (Drug) - Sao Paulo (SP)

**Área de concentração:** Antropologia Social

**Titulação:** Mestra em Antropologia Social

**Banca examinadora:**

Ronaldo Rômulo Machado de Almeida [Orientador]

Vera da Silva Telles

Maurício Fiore

**Data de defesa:** 24-03-2017

**Programa de Pós-Graduação:** Antropologia Social



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Dissertação de Mestrado, composta pelos Professores Doutores a seguir descritos, em sessão pública realizada em 24 de março de 2017, considerou a candidata Deborah Rio Fromm Trinta aprovada.

Prof. Dr. Ronaldo Rômulo Machado de Almeida (Orientador)

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vera da Silva Telles

Prof. Dr. Maurício Fiore

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

## Agradecimentos

Muitas pessoas foram importantes nos anos de realização desse Mestrado. Elas estiveram presentes nessa etapa da minha formação e compartilharam esse processo que, apesar de individual, é fruto de uma construção coletiva. Gostaria de deixar-lhes meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador Ronaldo de Almeida, cuja orientação e experiência intelectual foram centrais para o meu processo de aprendizagem na escrita de um texto longo. Foi sua capacidade e paciência que me ajudaram a transformar uma miríade de dados e achados de campo em um texto minimamente arquitetado e que me deram a confiança necessária para a escrita desta dissertação. Confiança, esta, endossada por todo apoio dado pela minha querida co-orientadora Taniele Rui, cuja parceria de campo, leitura e comentários precisos foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço o seu comprometimento e a compreensão da pequena Rita em nossas longas discussões virtuais.

Já se vão sete anos de formação acadêmica, dos quais meia década foi compartilhada entre os amigos e pesquisadores do NaMargem – Núcleo de Pesquisas Urbanas. Agradeço, especialmente, ao Evandro Cruz, Gregório Zambon, Matheus Caracho, Janaína Maldonado, Frida Sofie, Luana Motta, Matthew Aaron, André de Pieri, Isabela Vianna, Douglas Silva, Domila Pazzini, Josimar Priori, Gleice Soares, Evelyn Postigo, Roselene Breda, Filipe Horta, Ana Beraldo, Mariana Martínez e Lucas. Meu jeito de fazer pesquisa e meu olhar sobre o mundo tem muito de vocês.

Gostaria de agradecer também aos integrantes do NEU – Núcleo de Etnografias Urbanas (CEBRAP) os quais têm me ensinado muito sobre o ofício de pesquisadora: Ronaldo Almeida, Ana Paula Galdeano, Taniele Rui, Maurício Fiore, Paulo Malvasi, Fábio Mallart, Gabriel Feltran e Mariana Côrtes.

À Prof<sup>a</sup>. Bibia e ao seu grupo de orientandxs e agregadxs: Lari Nadai, Cil Veiga, Ju Valente, Rafa Etechebere e Julian Simões. Uma versão muito preliminar do Capítulo 2 dessa dissertação foi discutida com eles e elas, cujos comentários foram fundamentais para a reelaboração da proposta inicial, sobretudo, a interpretação cuidadosa de Rafael

Nascimento. À Profª Heloísa Pontes e a todos os alunos e alunas que participaram da sua disciplina de Seminários de Pesquisa no ano de 2014. As leituras e interpretações feitas do meu projeto de mestrado foram centrais para o delineamento da pesquisa de campo.

À Profª Vera Telles e ao Prof. Marício Fiore, integrantes da minha Banca de Qualificação, pela interlocução e pelas críticas que tanto contribuíram para a (re) construção deste trabalho.

Ao Prof. Heitor Frúgoli, cujo trabalho é fonte de inspiração para esta pesquisa, pela interlocução e, em especial, pela oportunidade de discutir os primeiros delineamentos deste mestrado no evento “Inquietudes Urbana” no Centro Universitário Maria Antônia.

Ao Prof. Rubens Adorno, referência central para mim sobre a questão da Cracolândia, pela interlocução e pela abertura em discutir comigo os dilemas éticos enfrentados no campo na mesa “Dilemas éticos da pesquisa em cenários urbanos de uso de crack”, parte da 30ª RBA.

Ao Ernesto Isunza, Gonzalo Saraví e Rosalva Aida Hernández pela interlocução, recepção e acolhida em terras mexicanas. Ao CIESAS- DF pelo apoio institucional dado à minha estadia. E aos alunos e alunas de pós-graduação com quem aprendi muito sobre a antropologia e a cultura mexicana, em especial, Edgar Córdova, Jaqueline e Miguel Hernández, Macarena Jacarandá, Estefanía Miracle e Juliana Arens.

Às pessoas e amigos que conseguem transformar a academia em um ambiente de trocas e de relações mais leves, em especial, Mariana Cavalcanti, Carol Grillo, Ju Carlos, Lívia Reis e Diogo Lyra. Também gostaria de agradecer à Adriana Vianna pela doce amizade e inspiradoras análises antropológicas; à Nathália Padovani e Larissa Nadai por serem tão companheiras e me ensinarem tanto sobre a escrita etnográfica; à Letícia Carvalho pelos seus comentários ao meu trabalho; ao Roberto Efreem pelas instigantes conversas e por aquela tarde mágica na Praia de Carneiros, afinal, por que não unir lazer com assuntos de trabalho em um paraíso? Tomás Melo pela parceria e a querida Beatriz Labate pela aproximação e rentável interlocução estabelecida no último ano. Liliana Sanjurjo, Daniel Hirata e Nina pela amizade e pelos reenergizantes réveillons, banhados pela água do mar, mas também por discussões políticas e teóricas que inspiraram este trabalho.

À Letícia Canônico, Marina Mattar, Taís Magalhães, Roberta Marcondes, Fábio Mallart e Mariana Martínez pela companhia em campo. Vocês foram fundamentais nas reflexões e tentativas de dar vazão ao turbilhão de informações que significa essa experiência de estar no *fluxo*.

A toda equipe da Missão Batista Cristolândia de São Paulo pela confiança e abertura institucional necessária para a realização da pesquisa de campo. Em especial, à família de Soraya, Pr. Humberto, Joana e Gérson Machado. Aos funcionários do Programa De Braços Abertos e sua contribuição para esta pesquisa, sobretudo, à ajuda de João e Bruno. Aos integrantes do Coletivo “Sem Ternos” e do Observatório “Vozes da Rua” com quem aprendi muito sobre os meandros da luta e o do contexto político na Cracolândia. À Cleo, Fer, Edu e Seu Cido pela confiança em me contarem suas histórias e me inserirem de maneira tão carinhosa no seu dia a dia. Obrigada por essa intensa troca de experiências, sem a qual essa pesquisa não se viabilizaria. Espero que ainda nos esbarremos nesse *mundão*.

A realização deste Mestrado também implicou idas e vindas pelas estradas do Estado. Que sorte a minha ter tido sempre um lar amigo e acolhedor para descansar das longas viagens. Gostaria de agradecer à Gabriela Rancan, cuja casa foi um abrigo nas noites em Barão. À Juliana Valente, e aos seus pais, pelo carinho e disponibilidade de sempre receber uma amiga meio nômade. À Juliana Cristina pela oferta de seu quarto para a minha estadia em São Paulo durante a pesquisa de campo. Em especial, agradeço ao seu pai e à memória de sua mãe, pela abertura em receber uma desconhecida em sua casa e por me ensinarem como é ter um casamento baseado no respeito e no companheirismo. À Marina Mattar, e aos seus pais Cida Soukef e Reginaldo Nasser, pela acolhida e ajuda durante o árduo trabalho de campo.

Aos meus pais, Márcia e Zomar, e à minha querida avó Elza, por todo o apoio e pelo investimento material e emocional despendido para a realização de todo o meu processo de formação. À memória de minha avó Rita, ao meu irmão Douglas, minha cunhada Renata e ao Caio. Obrigada por sempre se fazerem presentes mesmo com toda distância física e por torcerem pelo meu sucesso e felicidade.

Esses três anos de Mestrado também foram marcados por crescimentos e por mudanças no plano pessoal. Gostaria de agradecer às pessoas que surgiram no decorrer desse processo e deram todo o apoio necessário para a sua concretização. À Regina e Toninho, Paulão e Luciana, Renata e Francisco, por me incorporarem de maneira tão

carinhosa na família. Ao Gab, pelo nosso amor e dia a dia que tornaram a vida mais fácil e prazerosa. Obrigada por alimentar e acreditar junto comigo nos meus insights e projetos de trabalho e de vida. Ao Léo e à Iara, pela doçura e energia capazes de colorir até os dias mais cinzas. É um privilégio ter vocês três ao meu lado.

Por fim, agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela bolsa que viabilizou a realização da presente pesquisa – nº do processo 14/22454-6. Também ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas e ao Centro de Estudos da Metrópole (CEM) por todo o suporte institucional dado.

Para o que não tem solução  
A sede do peixe ensinou  
Não me vale a água do mar  
Nem vinho, nem glória, navio  
Nem o sal da língua que beija o frio  
Nem ao menos toda raiva

Para o que não tem mais razão  
A calma do louco ensinou  
A dizer nada

Para o que não tem mais nada  
A calma do louco ensinou  
A dizer razão

(A sede do peixe, Milton Nascimento)

“(…) No beco sem saída  
Caminhos a esmo  
O leque de abismos  
Entre um eco  
E seus mesmos”

(Round about midnight, P. Leminski)

## Resumo

A partir de um estudo etnográfico (2011-2015) realizado na região do centro de São Paulo conhecida e estigmatizada como Cracolândia, a presente pesquisa pretende investigar como essa territorialidade se consolidou, nos últimos anos, como um impasse. Problema político, social, urbano e espiritual; de saúde e de higiene, a questão da Cracolândia coleciona, ao longo da última década, várias tentativas das distintas gestões municipal, estadual e federal de suprir a difusa demanda pelo seu fim. Constatase que esse constructo da Cracolândia como um “problema” em si mesmo, endossado pela trama institucional local, alimenta e é retroalimentado pela produção de uma aporia urbana. Na tentativa de cercar o problema analisado, a metodologia utilizada abarca a análise de situações de campo, cenas descritivas, trajetórias e percursos individuais. Ao olhar para as trajetórias e agenciamentos desses personagens urbanos conhecidos como usuários de crack, o impasse é deslocado, emergem novos elementos e os termos do debate são redefinidos.

**Palavras-chave:** Drogas; Crack; Cracolândia; Crisolândia; Programa De Braços Abertos; Programa Recomeço.

## **Abstract**

Based on an ethnographic study (2011-2015) conducted in the central region of São Paulo known and stigmatized as Cracolândia (Crackland), the present research intends to investigate how this territoriality has consolidated in recent years as an impasse. Political, social, urban and spiritual problem; health and hygiene, the Cracolândia issue has over the last decade collected a number of unsuccessful attempts by the different municipal, state and federal governments to meet the diffused demand for their end. That is this construct of Cracolândia as a "problem" in itself, endorsed by the local institutional plot that feeds and is fed by the production of an urban quandary. In an attempt to encompass the analyzed problem, the methodology used includes the analysis of field situations, descriptive scenes, trajectories and individual paths. When looking at the trajectories and assemblages of these urban characters known as crack users, the impasse is displaced, new elements emerge and the terms of the debate are redefined.

**Keywords:** Drugs; Crack cocaine; Crackland; São Paulo.

# Sumário

Introdução .....	14
Construção do problema de pesquisa e abordagem teórico-metodológica .....	20
Capítulo 1 - Um impasse no centro .....	30
A cena urbana .....	31
A Cracolândia como impasse .....	38
Projeto Nova Luz .....	39
Operação Sufoco ou Operação Dor e Sofrimento .....	41
Internação compulsória .....	47
A trama institucional.....	53
Programa Batista Crisolândia.....	53
Programa Recomeço .....	60
Programa De Braços Abertos .....	62
Capítulo 2 - Entre a sepultura e a cadeia .....	68
Do Crime ao Crack .....	72
O acerto .....	73
O debate.....	75
Perda de status no crime.....	77
A Cracolândia como refúgio.....	80
De volta ao tráfico .....	81
Da Cracolândia à Crisolândia .....	84
A Operação.....	85
A Crisolândia como refúgio .....	85
A conversão religiosa como estratégia de “sobreviver na adversidade” .....	87
Capítulo 3 - Entre a circulação e a sedentarização .....	93

Os personagens .....	94
Cleo .....	94
Fernanda .....	98
Seu Cido .....	102
Escapando das codificações, circulando pela trama .....	106
Conclusões Iniciais .....	119
Uma aporia urbana .....	119
“Dória, não feche os braços” .....	122
Referências Bibliográficas .....	125

## Introdução

29 de abril de 2015, 7h da manhã.

Eu e Fábio Mallart<sup>1</sup> nos encontramos na Estação de Metrô da Luz para seguirmos em direção à chamada Cracolândia. No dia anterior, havia um boato entre os usuários de crack e os funcionários dos serviços que atuam na região de que a Prefeitura realizaria uma ação de “remoção da Cracolândia” no dia seguinte. Havia muita tensão e ninguém sabia bem o que iria acontecer. Alguns dos funcionários estavam revoltados por terem sido avisados em cima da hora e terem de ocupar uma posição de mediação do conflito entre os interesses dos usuários e as exigências da Prefeitura. Ainda no dia 28, no final da tarde, os coordenadores do programa de atenção municipal realizaram uma reunião com os *disciplinas*<sup>2</sup> locais para definirem as diretrizes da ação.

Na manhã do dia 29, quando ali chegamos, nos impressionaram a quantidade de força policial mobilizada, sobretudo, agentes da Guarda Civil Metropolitana (GCM) e do seu batalhão de ações especiais, o IOPE. As barracas, feitas de pedaços de madeira e lonas, as quais eram o alvo da ação municipal, ainda permaneciam no mesmo lugar e várias pessoas estavam por ali, sentadas ou em pé e portando seus cachimbos. Aos poucos fui me dando conta da situação. Na tenda de convivência do programa municipal, onde costumam ficar vários usuários, não havia nenhum, apenas altas patentes da GCM e da PM (Polícia Militar), além de alguns outros homens engravatados. Do lado de fora, os coordenadores do programa não se desgrudavam, iam pra lá e pra cá, negociando com os usuários. Logo me dei conta que uma rodinha de *disciplinas* estava por ali também. Fiquei mais tranqüila. A minha preocupação era que não houvesse acordo. De fato, a fala dos coordenadores com os usuários um pouco exaltados era de que tudo já teria sido acordado e que não teria conflito. Inclusive, quando questionada por um usuário, “*Vocês vão tirar tudo as barracas e vamos*

---

<sup>1</sup> Doutorando em Sociologia da USP e autor do livro: “Cadeias dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos”.

<sup>2</sup> Trata-se de uma posição política do Primeiro Comando da Capital (PCC), cuja função é, justamente, garantir a disciplina local de acordo com os princípios e regras de conduta estabelecidas pelo estatuto deste coletivo criminal. Ver: Marques (2015).

*pra onde?*”, a coordenadora respondeu: “*A gente não vai tirar nada! Não vamos tocar em nada, vocês que vão tirar*”. Seu parceiro também repetia que não haveria conflito, pois já estava tudo acordado.

Porém, o clima era de tensão. Em determinado momento, um usuário, M., começou a questionar exaltadamente o coordenador do programa e da ação, o Capitão Renato Lopes da Silva. Uma rodinha formou-se em torno da discussão dos dois. Eu e Fábio nos aproximamos para escutar o que acontecia. M. questionava, revoltado, o que estava acontecendo e disse não saber de nada. O coordenador repetia que já tinha sido conversado no dia anterior e que tudo estava acordado para eles tirarem as barracas. Nesse momento, chegou um *disciplina*. Ele se aproximou, passou na minha frente, não tocou em ninguém, só pediu licença com uma voz grossa. Todo mundo abriu passagem. O *disciplina* colocou a mão no ombro de M., cuja fisionomia já havia mudado totalmente, e disse que estava tudo combinado já e que eles mudariam para o quarteirão ao lado. M. se acalmou e disse que respeitava os “entendimentos”. Conversaram mais um pouco, o *disciplina* atendeu uma ligação e a roda se desfez. Vários pontos de conflito que emergiram foram apaziguados graças à mediação dos *disciplinas*. Foram, sobretudo, eles que fizeram a transferência e o convencimento do pessoal. Aos poucos, a mudança foi sendo feita para a Alameda Dino Bueno, esquina com a Rua Helvetia, onde era antigamente (2011-2012). As carroças foram estacionadas e algumas barracas remontadas na frente de um prédio abandonado.

No momento da confusão descrita acima, um moço jovem, jornalista, começou a filmar. Logo, mais ou menos uns quatro homens o cercaram e mandaram parar. Uma funcionária da Secretaria de Direitos Humanos interveio e o defendeu. Com isso, o pessoal da Cracolândia ficou mais preocupado e, em um momento em que nos distanciamos, o Fábio levou um enquadro. Segundo ele, vieram questionar se ele não estava filmando, pois confundiram o buraco do fone, na alça da sua mochila, com uma câmera. Ele conseguiu negociar bem e depois já conversou com os *disciplinas* para falar que não era câmera nem nada. Acabou sendo uma ponte para a gente se aproximar deles.

No meio da movimentação, encontrei com Fernanda<sup>3</sup>, uma usuária local e importante interlocutora de pesquisa. Ela me disse: “*Pra gente é bom tirar as barracas. As barracas acabaram com os ‘vapor’. Bom mesmo é vender pedra na mão. Só não gostei que o fluxo foi pra frente do meu hotel, vai subir fumaça na minha janela. Mas também, eu desço vendo e já subo com o dinheiro pro meu quarto direto. Só tem o risco da polícia invadir o hotel*”.

Apesar de serem muitas pessoas, foi impressionante a rapidez com que o chamado *fluxo*<sup>4</sup> se deslocou para o quarteirão próximo. A sua dinâmica interna e rotina foram logo restabelecidas em seu novo local. O quarteirão da Dino Bueno ficou tomado de gente. Como a rua é mais estreita, e ainda com as carroças, as pessoas circulavam para lá e para cá. Bem corpo a corpo.

Após o término da remoção, percebemos que um *disciplina*, o mesmo da cena acima, parecia discutir com o coordenador no interior da tenda municipal. Aproximamos-nos para tentar entender algo. A discussão girava em torno das barracas. O Capitão argumentava que o acordo não havia sido cumprido, pois as barracas não sumiram, ao contrário, foram remontadas ali no novo local. B. argumentava que só havia carroças e que elas eram o modo da população de se proteger do frio e da chuva. Além de ser o meio de trabalho dos catadores (e, segundo a polícia, importantes meio no transporte da droga). Ali, ficou claro como as negociações estavam repletas de tensão. O conflito parecia eminente. E todos só falavam disso.

Cruzamos o dono de um hotel na região e ele estava acompanhado do presidente do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) de Santa Cecília. Ele assumia o discurso de que ninguém estava preocupado com os moradores ou comerciantes dali do bairro. Argumentava que os serviços de atenção e cuidado não deveriam se concentrar no centro, deveriam se espalhar pela cidade, pois isso concentrava os usuários na região.

Após essa rápida conversa, permanecemos circulando pelos quarteirões das adjacências da Alameda Dino Bueno. Quando chegamos ao cruzamento com a Rua

---

<sup>3</sup> Para proteger a identidade de meus interlocutores de pesquisa, todos os nomes de usuários e funcionários dos serviços são fictícios. Apenas os nomes de políticos e dos coordenadores são verídicos por entendermos que se tratam de figuras públicas.

<sup>4</sup>*Fluxo* é uma expressão nativa recorrente em campo para se referir ao fluxo contínuo de pessoas, objetos, informações e desejos que circulam no interior do aglomerado de pessoas que se forma em alguns poucos quarteirões e conforma o que ficou conhecido e estigmatizado como Cracolândia. Territorialidade, esta, vinculada ao corpo e à itinerância de quem a frequenta e a configura. Sobre a idéia da Cracolândia como uma territorialidade itinerante, ver : FRÚGOLI, Júnior, Heitor e SKLAIR, Jessica (2009).

Helvécia, percebemos uma movimentação diferente e a chegada de vários homens engratados acompanhados de seguranças privados que fecharam a rua. Até que vimos o até então Secretário de Segurança Pública, Alexandre de Moraes<sup>5</sup>. Ele e o coordenador do programa municipal, Capitão Renato Lopes da Silva, conversavam. Nós especulávamos que a ação já estava em outras instâncias e havia saído das mãos do Capitão. Em seguida, reparamos que Alexandre de Moraes permaneceu alguns longos minutos, sozinho e com as mãos na cintura no meio da rua e olhando para o *fluxo* com uma expressão facial de angústia e indefinição, parecia claramente não saber o que fazer.

Já era mais de meio dia, fomos almoçar e, quando voltamos, ouvimos comentários de que o Prefeito Fernando Haddad também estava lá. Alexandre de Moraes, o prefeito e um dos *disciplinas* discutiam no interior do espaço do Programa Recomeço<sup>6</sup>, criado pelo Governo do Estado de São Paulo na gestão de Geraldo Alckmin. O local estava fechado e havia muitos policiais na porta, tentamos, mas não conseguimos entrar. Escoramos-nos na grade, ao lado de outras pessoas e dos *disciplinas* que também não conseguiram entrar e tentavam escutar a conversa. Lá dentro, havia vários funcionários do Recomeço, a coordenadora deste programa e vários policiais de alta patente. Preocupado em resolver o problema, através da negociação e evitando conflitos com os usuários, Haddad argumentava que as barracas e as carroças não poderiam permanecer, era necessário liberar as vias de circulação. Já a liderança local, argumentava não poder fazer nada e chamava a atenção das conexões entre as políticas de segurança postas em prática em outros espaços da cidade e o inchaço da Cracolândia: *“O que vocês querem que eu faça? Vocês estouram um monte de favela, daí os usuários*

---

<sup>5</sup> Alexandre de Moraes começou carreira como promotor do Ministério Público (MP) de São Paulo, cargo que permaneceu entre os anos de 1991 e 2002. Em janeiro de 2002, deixou o MP porque foi nomeado pelo Governador Geraldo Alckmin para a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania de São Paulo (2002-2005). Entre 2004 e 2005 também ocupou o cargo de presidente da antiga Fundação do Bem-Estar do Menor (FEBEM/SP). Entre os anos de 2007 e 2010 foi Secretário Municipal de Transportes da gestão Gilberto Kassab. Alexandre de Moraes foi Secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo do governo Alckmin de dezembro de 2014 até 2016. Sua gestão foi marcada pelo aumento da violência policial em protestos e pelo aumento das mortes causadas por policiais. Ele saiu deste cargo em maio de 2016 quando foi nomeado Ministro da Justiça do Governo Michel Temer. Em menos de um ano depois, se tornou Ministro do Supremo Tribunal de Justiça (STF).

<sup>6</sup> “Programa Recomeço – Uma Vida Sem Drogas” é o nome dado ao Programa Estadual de Enfrentamento ao Crack do Governo do Estado de São Paulo. Coordenado pelas secretarias de Saúde, de Desenvolvimento Social e da Justiça e da Defesa da Cidadania, o Programa foi criado a partir do Decreto nº 59.164, de 9 de maio de 2013, e é um braço do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD) da capital paulista. Ver Capítulo 1.

*e os traficantes de lá vem parar aqui. O último censo que você [Haddad] fez tinham 200 pessoas, mas agora tem 1000”.*

Os *disciplinas* que se escoravam na grade ao nosso lado, gritavam chamando seu parceiro que estava dentro do espaço negociando. Eles gritavam, “*você entrou aí e não escuta nós aqui chamando!*”. Até que ele se aproximou da grade afirmando “*O prefeito quer que as carroças vão pra um terreno e os usuários fiquem na praça. Vai ser isso.*” Um dos *disciplinas* que estava do lado de fora reagiu afirmando que não seria assim não: “*Nós somos um só. Isso tem que ser discutido entre a gente em reunião. Não vamos abrir as pernas assim não! Cadê o Capitão? Não foi nada disso que foi combinado ontem. Ontem, a gente conversou de homem pra homem em uma reunião e agora?*”.

Isso gerou uma tensão entre as próprias lideranças locais. O *disciplina* que negociava com o governo saiu para conversar direito com os outros. O Capitão se juntou a eles e argumentava que iam ter que tirar as carroças. Segundo o *disciplina*, a Prefeitura queria que eles tirassem as barracas, mas não tinha pra onde levar o pessoal. As vagas nos programas municipal e estadual eram insuficientes. Haddad e Alexandre de Moraes foram embora logo depois desta discussão.

Os *disciplinas* permaneceram o tempo todo pelos arredores do *fluxo*. Tomavam uma cerveja nos bares, nos cumprimentavam, trocavam algumas idéias. Conhecemos também D. . Ele acabou de sair da cadeia em Dracena, ficou preso cerca de 6 anos. Já havia sido preso outras vezes, somando cerca de 20 anos no total da sua vida. Quando solto, só conseguiu dinheiro para passagem até São Paulo. Ficou esses dias na rua e foi até a Cracolândia para conseguir um dinheiro. Ele conversou com os *disciplinas*, que estavam lhe ajudando. D. estava de campana junto com os outros. Ou seja, fazia rondas pelo território, vendo a movimentação da polícia. Disse que a ROTA estava na região. Ele é artista, gosta de compor raps e fazer poemas. Afirmou estar ali só esperando conseguir uma grana para a passagem e voltar para casa, “*eu que não vou pedir passagem pra assistente social né?! Não é desmerecendo, sei que tão aqui ajudando e tals, mas eu sou homem né mano?! Não foi isso que meu pai me ensinou!*”. Ele é filho de pastor. Referia-se muito ao diabo e a Deus, ao crack como demoníaco e à Cracolândia como um inferno. Comentando com a gente sobre o estatuto do PCC (Primeiro Comando da Capital) afirmou ser todo pautado em princípios bíblicos. Parece que são 18 pontos. Enfatizou muito a proibição do estupro: “*Mesmo que eu não*

*conheça, pode ser sua irmã, sua filha, sua mulher. Se eu pego um cara desse, eu mato na hora!*”. Depois que conversamos com ele, entramos no *fluxo* e ficamos por ali um tempo. Até que resolvemos dar uma volta para ver se a ROTA estava, de fato, na região. Seguimos reto pela Alameda Dino Bueno. Ainda bem que saímos do *fluxo*. Quando estávamos voltando, começaram os barulhos de bomba estourando e tiros.

Estávamos próximos da Praça Coração de Jesus quando chegaram duas viaturas da PM, fecharam a rua e o policial que estava no carona desceu rapidamente com uma bomba na mão. Nem olhou nada. Já armou a bomba e tacou em cima das pessoas que estavam no *fluxo*. Logo o choque chegou pela rua do outro lado do *fluxo*, o qual ficou cercado. A única informação que circulou foi de que duas pessoas haviam sido baleadas. Armada a confusão, decidi ir para dentro do restaurante em que almoçamos, o qual era um pouco mais afastado do foco do conflito. Meu parceiro de pesquisa decidiu ficar. Os funcionários da saúde também estavam todos juntos na calçada em frente ao restaurante, sem saber muito bem o que acontecia. Meu nariz e meu olho ardiam com o cheiro do gás de pimenta. Eduardo Suplicy, então Secretário de Direitos Humanos, havia acabado de almoçar e também ficou pela frente do restaurante. Expliquei para ele e para uma funcionária desta secretaria o que havia visto.

Fiquei ali pelo restaurante até que pareceu que as coisas acalmaram. Retornei para o *fluxo* e encontrei novamente com Fábio e outras pesquisadoras que também estavam pela região. Agora, todos comentavam o que havia acontecido: tinha um policial civil à paisana infiltrado no *fluxo*. D. e um *disciplina* o pegaram de surpresa e bateram nele. Ele caiu, mas sacou a arma e atirou para o chão. Os estilhaços acertaram a perna de uma pessoa e o pescoço do *disciplina*. O clima de tensão aumentou e muitos usuários diziam que o “bicho ia pegar de noite”. Com medo de mais conflito, eu optei por não ficar. Os relatos e as reportagens que saíram nos dias seguintes, narravam que, de fato, houve mais conflito<sup>7</sup>. Ao anoitecer, o pessoal do *fluxo* colocou fogo em alguns papelões, reagiu aos ataques da polícia com pedras. O choque cercou o *fluxo* dos dois lados e foram usados tiros de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. Um cordão de isolamento foi feito por religiosos, missionários católicos e evangélicos, da Missão Belém e da Missão Cristolândia, respectivamente, entre o *fluxo* e a polícia na tentativa de evitar as ações violentas das forças da ordem. Na madrugada, caminhões recolheram todas as barracas e as carroças que estavam no quarteirão da Cracolândia.

---

<sup>7</sup> Ver: “Operação desastrada acaba em confronto na cracolândia”, Folha de São Paulo, 29/04/2015.

A ação da Prefeitura de deslocamento da Cracolândia foi motivada por um acordo com a empresa Porto Seguro de revitalização do antigo terreno onde o *fluxo* estava concentrado para ampliação da Praça Júlio Prestes. Coincidentemente (ou não), em menos de uma semana depois a seguradora inaugurou o seu teatro a poucos quarteirões dali<sup>8</sup>. Fernando Haddad foi acusado pelo líder do PSDB, Andrea Matarazzo, de negociar com “traficantes” e ameaçado de um pedido de impeachment<sup>9</sup>. A ameaça não se concretizou e a imprensa parece não ter aderido ao esforço de criminalizar Haddad, o qual, vale lembrar, estava acompanhado de representantes do partido que fez a acusação, na sede de seu programa

### **Construção do problema de pesquisa e abordagem teórico-metodológica**

Como se sabe, no coração da cidade de São Paulo existe uma área pobre e “degradada”, que ficou conhecida, a partir da década de 1990, como Cracolândia, cujo nome e fama internacional estão no fato de ser ponto de concentração de vendedores e usuários de crack<sup>10</sup>. Ali, bem no centro da metrópole, faça chuva ou faça sol, de dia ou à noite, mesmo depois de décadas de investidas policiais, a Cracolândia se mantém; e conforma uma das poucas, senão a única zona pública de São Paulo em que o consumo de crack é de alguma maneira, tolerado pelo poder público.

Ao contrário do que se possa imaginar, a chegada do crack em São Paulo não ocorreu direto no centro da cidade. As primeiras notícias e apreensões de crack datam da década de 1980 e foram feitas em periferias da Zona Leste da cidade. São Mateus, inclusive, era conhecido como o “bronx paulistano” (Rui, 2016; Calil, 2015). A chegada do crack no centro de São Paulo se deu apenas nos anos 1990 e datam da segunda metade desta década as primeiras aparições do termo Cracolândia na mídia, o qual não era sinônimo de cena de uso, mas de pontos de venda de crack e de sua preparação (Uchôa, 1996; Mingardi&Goulart, 2001; Rui, 2016). Houve um deslocamento interessante de uma localidade conhecida pela venda e produção para tornar-se o mais

---

<sup>8</sup> Ver: “Polícia tenta esvaziar Cracolândia em estréia de teatro”, Carta Capital, 06/05/2015.

<sup>9</sup> Ver: “Equipe de Fernando Haddad conversou com traficantes para agir na cracolândia”, Folha de São Paulo, 01/05/2015; e “Fernando Haddad negocia com traficantes, e os vereadores estão moralmente obrigados a cassar o seu mandato. Ou se tornam cúmplices de um acordo com bandidos. Existe lei para impichar prefeitos”, Veja, 01/05/2015.

<sup>10</sup>Ver: “Dois mil usuários de droga freqüentam a cracolândia”, Estadão, 23/07/2011.

famoso, da metrópole e do Brasil, local de venda e de consumo de crack feito em espaço público dos anos 2000 (Rui, 2016). Ao que tudo indica é essa ocupação do espaço público que impulsionou gradativamente o pânico em torno da região e fortaleceu o impasse em torno do que fazer com esse território e com essas pessoas, sobretudo, a partir de um período (2005-2011) em que as hipóteses de que o Brasil estaria passando por uma “epidemia de crack” ganhavam cada vez mais força a despeito da inexistência de dados estatísticos concretos, os quais só foram produzidos através da recente Pesquisa da Fio Cruz realizada em 2013.

Com o aumento da população flutuante frequentadora do local no desenrolar das décadas de 1990 e 2000, foi sendo construída a imagem da Cracolândia como uma área degradada, arriscada e deprimente que requer medidas estatais urgentes de “solução”. Como “solução”, na maior parte das vezes, entende-se o seu fim, o qual é midiaticamente requisitado de maneira crescente com o passar dos anos<sup>11</sup>. Nessa direção, medidas emergenciais têm sido tomadas pelas distintas gestões dos governos municipal e estadual, entretanto, sem lograr êxito no objetivo de acabar com essa territorialização do consumo de crack. Grandes operações policiais e intervenções urbanísticas até as atuais políticas sociais e de assistência pautam, a seu modo, “o fim da Cracolândia” como o grande objetivo desejável da intervenção estatal na região. Apesar dos montantes investidos e dos esforços de distintos atores sociais, essa territorialidade persiste e insiste em se manter viva no cotidiano da cidade. Sua simples existência constitui um verdadeiro impasse para distintos setores sociais engajados, de maneiras diferentes e muitas das vezes concorrentes, em “solucionar” tal “problema” urbano.

O argumento desenvolvido ao longo das páginas desta dissertação é que essa construção social da Cracolândia como um problema que precisa ser solucionado vem indissociavelmente acompanhada da produção de uma aporia urbana, isto é, algo insolúvel ou de difícil solução. Essa lógica de pensamento produz um círculo vicioso. Quanto maior a visibilidade e magnitude da aporia, maior ainda a necessidade de investimentos, recursos e instituições mobilizadas para tentar resolvê-la. Ao mesmo tempo em que buscam o “fim da Cracolândia”, a trama institucional armada também se

---

<sup>11</sup> Ver: “Moradores do centro de SP se unem para exigir o fim da cracolândia”, Folha de SP, último acesso 03/05/2016, às 15h38. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/01/1392663-moradores-do-centro-se-unem-para-exigir-o-fim-da-cracolandia.shtml> ; “Fim da cracolândia levará ao menos dois anos, diz diretor da polícia anti-drogas” Folha de São Paulo, último acesso 03/05/2016, às 15h40. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/01/1728477-fim-da-cracolandia-levara-ao-menos-2-anos-diz-diretor-da-policia-antidrogas.shtml> .

alimenta da sua existência e necessita da contenção da população usuária de crack em um mesmo local para viabilizar o seu trabalho. Constata-se que, apesar das atuais políticas idealizarem “acabar com a Cracolândia”, elas também produzem uma fixação territorial do público alvo na região. Não à toa, portanto, o grande impasse atual parece ser justamente essa tensão, no interior dos aparelhos estatais, entre a contenção daquelas pessoas em um mesmo quarteirão, onde estão também os serviços, e as demandas da segurança pública e do mercado imobiliário de liberar as vias para a circulação de carros e pedestres no espaço público, assim como a viabilização da revitalização urbana da área.

\*\*\*

Para melhor precisar o argumento, faz-se necessário ressaltar alguns aspectos da abordagem teórico-metodológica escolhida. Há uma unidade territorial que circunscreve o problema de pesquisa, tendo em vista que toda a observação participante (2011-2015) foi realizada na região da Cracolândia paulistana, a qual conforma a paisagem, nos termos de Certeau (2014), da presente pesquisa. No entanto, o ponto de vista analítico adotado não é o ecológico<sup>12</sup> ou ambiental. A Cracolândia é metodologicamente pensada aqui não como uma “ilha cercada de cidade”, mas como uma cena urbana que conecta diversos espaços e escalas analíticas.

A esse respeito, é sugestivo o pressuposto adotado por Telles (2010: 25): “(...) não se trata de partir de objetos ou entidades sociais tal como se convencionou definir de acordo com os protocolos científicos das ciências sociais (o trabalho, a família, a moradia), mas, sim, de situações e configurações sociais a serem tomadas como ‘cenas descritivas’, que permitam seguir o traçado dessa constelação de processos e práticas, suas mediações e conexões”.

Ademais, tal territorialidade pode ser apreendida como um entrelaçado social entre redes que operam em escalas e conexões variadas. Apesar de ser uma área urbana considerada pequena, é um local de grande densidade e um caso de caráter exemplar na medida em que condensa muitos atores sociais e instituições que dão contornos ao problema para muito além dos limites geográficos, colocando em relevo a questão das drogas, mas também dinâmicas urbanas mais amplas na metrópole e as fronteiras do legal-ilegal (Telles, 2010). É nesse sentido que Rui&Mallart (2015: 4) propõem que,

---

<sup>12</sup> Para uma abordagem neste sentido ver, Calil (2015).

*“a Cracolândia se configurou, nos últimos anos, como um potente conector urbano – um ponto de gravitação – no qual se cruzam múltiplas linhas de força, de intensidades e velocidades variadas. Trata-se de um ponto nevrálgico do urbano, espaço estratégico de entrecruzamento de uma infinidade de agentes governamentais, de atores do chamado Terceiro Setor, de ativistas e militantes, de vários atores religiosos (...) e de participantes do ‘crime’ conectados a outras regiões da cidade. Imã, ela congrega uma diversidade de atores que transitam pelo local ou mesmo vivem e trabalham na região e, portanto, uma pluralidade de trajetórias, circuitos e percursos urbanos que, como linhas de força, conectam a Cracolândia à cidade”* (grifos meus)

Não à toa muitas pesquisas recentes têm sido produzidas sobre essa cena urbana, a qual, dada tamanha complexidade, possibilita abordagens e enfoques interdisciplinares muito variados, os quais perpassam: os circuitos de uso de crack e os dilemas da saúde (Raupp&Adorno, 2009); os conflitos e disputas em torno da eficácia de distintos modelos de tratamento, da Redução de Danos à internação em Comunidades Terapêuticas (Rui, 2014; Marcondes Costa, 2016); as disputas em torno da “revitalização” de tal território urbano (Frúgoli&Sklair, 2009); as relações entre corpo, abjeção e cuidado (Rui, 2014); a prostituição feminina na Luz (Silva, 2000); as investidas de missões evangélicas na conversão de usuários de crack (Fromm, 2016); a presença massiva da polícia e a aleatoriedade de seus métodos classificatórios entre aqueles que são considerados “usuários” e os “traficantes” (Canônico, 2015); o ativismo jurídico em torno da região (Magalhães, 2015). Essas pesquisas têm flagrado uma trama de relações e circuitos “marginais” presentes no cotidiano da sociabilidade local, os quais perpassam a relação dos usuários com o estado e seus programas sociais e repressivos; a regulação das condutas posta em prática pelos agentes do Primeiro Comando da Capital (PCC), conhecidos como *disciplinas*; e o empenho de transformação moral e de salvação das almas pregado por missionários evangélicos. Foi para esse emaranhado de disputas e relações de poder tecido por esses atores e suas políticas que a presente pesquisa se voltou.

Para dar conta da complexidade de tal problema de pesquisa, o qual, ao longo da última década, também se configurou como um problema político, urbano, de saúde e de higiene, optamos por uma metodologia variada que transita entre situações de campo, percursos individuais e instituições na tentativa de cercar o fenômeno analisado. Na esteira do que propõe Telles (2010), a aposta aqui está em apreender essa trama a partir

das linhas traçadas por esses personagens urbanos, conhecidos como usuários de crack. Durante todo o empreendimento de pesquisa pretendeu-se atentar para “a importância de perseguir as práticas e circuitos das mobilidades e trajetórias urbanas” (Telles, 2010: 96). E são as trilhas oferecidas por essas trajetórias e percursos que trazem à tona dinâmicas mais amplas da cidade e conexões entre a Cracolândia, objeto da presente pesquisa, e outros territórios urbanos.

Neste aspecto, é inspiradora a reflexão metodológica desenvolvida por Telles (2010):

*“À distância de explicações gerais sobre a ‘cidade e sua crise’ e também de categorias prévias ou tipificações dos pobres urbanos e excluídos do mercado de trabalho, tentamos ler essas mudanças a partir das trajetórias urbanas de indivíduos e suas famílias. É sob esse prisma que tentamos conhecer algo das tramas sociais que configuram espaços urbanos. (...) No curso de suas vidas, indivíduos e suas famílias atravessam espaços sociais diversos, transitam entre códigos diferentes, seus percursos passam através de diversas fronteiras e são esses traçados que podem nos informar sobre a tessitura do mundo urbano, seus bloqueios e seus pontos de tensão, mas também os pontos de gravitação da experiência urbana (...)” (Telles, 2010: 17 – grifos meus).*

Tais percursos urbanos, descritos nos capítulos 2 e 3, nos mostram que para além das políticas locais (abordadas no capítulo 1), as políticas (estatais e não estatais) postas em prática em outros espaços urbanos, muitas das vezes, serão centrais para a configuração do fenômeno analisado e para a compreensão da circulação e dos fluxos de pessoas em direção a tal território. Mais do que isso, acompanhar tais personagens urbanos nos fazem compreender que a Cracolândia é um importante ponto de refúgio urbano, na medida em que acolhe o refúgio do mundo do trabalho, mas também o refúgio do chamado mundo do crime (Melo, 2016); desempregados, divorciados, moradores de rua, egressos do sistema prisional, migrantes recém-chegados na cidade de São Paulo; ou seja, pessoas deslocadas que na maioria das vezes não tem para onde ir ou voltar. Constatação, esta, que não está desconectada da mudança mais geral no perfil da população em situação de rua<sup>13</sup>, cujo advento do crack e das “cracolândias” aparece

---

<sup>13</sup>Melo (2016), com base nas afirmações de representantes do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e de funcionários que atuam com essa população, sintetiza algumas das mudanças no perfil constatadas: “o perfil anterior se concentrava em maioria masculina, numa faixa de idade a partir dos 30 anos, composto por desempregados, ex-trabalhadores que se tornaram ‘inválidos’ para o trabalho, e, ainda, acoolistas crônicos ou que agravaram sua condição de vida nas ruas pelo consumo intensivo de

como ponto nodal, a qual já foi flagrada em etnografia recentes (Frangella, 2009; Oliveira, 2012; Pereira, 2013; Melo, 2016).

Convém ressaltar que, se de um lado, a Cracolândia não pode se apreendida como desconectada do resto da cidade, tampouco pode ser considerada como um território fixo geograficamente. Tal territorialidade, para além da sua potencialidade em produzir conexões, é marcada pela itinerância (Frúgoli&Spaggiari, 2010), e já sofreu pequenos deslocamentos ao longo dos seus anos de existência pelas adjacências dos bairros da Luz, Santa Efigênia e Campos Elíseos. É por isso que considerar a chamada Cracolândia como **“uma espécie de territorialidade itinerante [...] significa situá-la numa certa área urbana, mas sujeita a deslocamentos mais próximos ou mais distantes, a depender do tipo de repressão ou intervenções exercidas, além das dinâmicas de suas próprias relações internas”**. Ou seja, isto significa dizer que a Cracolândia “emerge sem um território propriamente fixo, ainda que isto não signifique deslocalizado”, pois **“localiza-se na área onde estão os usuários”** (grifos meus). Nesse sentido, a Cracolândia se corporifica nos usuários, ou melhor, se materializa no conjunto de seus corpos. Esse link entre “corpo-território” não se trata de uma correlação entre um corpo e um território, mas de corpos que coletivamente constituem um território e são constituídos por ele e que, simultaneamente, poem em prática uma “arte de produzir território em movimento” (Certeau, 2014; Marques, Brognoli&Vilela, 1999; Perlongher, 2012)<sup>14</sup>.

Ao escolher a Cracolândia como objeto, portanto, precisamos estar atentos que não se trata do estudo de um território fixo, mas de uma territorialidade cuja formação está indissociável da corporalidade daqueles que a compõem<sup>15</sup>. Por isso, como nota a

---

álcool. A novidade, portanto, seria o crescimento do número de jovens entre 18 e 30 anos de idade, aumento do número de mulheres na mesma faixa de idade, ambos sem experiência ou formação profissional e com prevalência de uso intensivo de crack”.

<sup>14</sup> No livro “Andarilhos e Cangaceiros: A Arte de Produzir Território em Movimento”, Marques, Brognoli&Vilella (1999) propõem pensar a experiência da vida nômade em sua positividade, de modo que “o nômade aparecesse enquanto tal e não como uma sombra furtiva perseguindo uma sedentarização que jamais poderia alcançar” (p.13). Assim como meus interlocutores da Cracolândia, os grupos estudados por eles, a saber, cangaceiros, trecheiros e pardais, “dizem respeito à difícil arte de produzir território em movimento, de viver, com o auxílio de certas diretrizes, instrumentos, equipamentos e tecnologia, apoiados numa logística específica, sem um ponto fixo do território que seja considerado um lar” (p.12).

<sup>15</sup> Há, inclusive, um já disseminado jargão, para além do caso da Cracolândia paulistana, que “qualquer meia dúzia de nória fumando pedra já é uma mini-cracolândia”. Que presença e experiência coletiva é essa que se impõe e transforma qualquer espaço em uma “cracolândia”, aos olhares externos? No entanto, é preciso tomar cuidado para não homogeneizar espaços tão diferentes e perder de vista as especificidades de suas dinâmicas internas. Para uma análise sobre as territorialidades da(s) cracolândia(s) em São Paulo e no Rio de Janeiro, ver: Frúgoli&Cavalcanti (2013).

cena de abertura, a sua facilidade em fazer-se e desfazer-se conforme o necessário; de acordo com as suas dinâmicas internas e com as ações das forças da ordem. Trata-se de uma experiência coletiva que produz um território, cujas características principais são, e não é de maneira paradoxal, a itinerância e a resistência territorial. Ao que tudo indica, é essa capacidade de movimento e de fazer e desfazer-se que possibilita a resistência territorial frente às incessantes investidas repressivas voltadas para o seu aniquilamento.

Várias foram as operações policiais, na última década, que fizeram uso da estratégia de “acabar com a Cracolândia” através da dispersão dos frequentadores da região. O que comprova essa concepção da Cracolândia como corpo-território. Na medida em que a aglomeração de corpos é desfeita, supostamente a Cracolândia acaba. São seus frequentadores que a corporificam e a produzem enquanto território, ao mesmo tempo, em que são produzidos por ela.

Porém, esta tática policial tem se mostrado ineficiente na medida em que os usuários de crack em situação de rua retornaram e a Cracolândia se reconfigurou novamente. A maior expressão deste fato foi construção de barracos nos arredores da Rua Dino Bueno após uma grande operação policial, realizada em 2012 (a qual será trabalhada nos Capítulos 1 e 2). Conforme sinalizou Rui (2016), “o recrudescimento da repressão estatal induziu e fortaleceu a **resistência territorial**” (grifos meus). Além disso, a autora complementa:

*“De modo ainda mais surpreendente, foi depois da violência dessa operação que se escutou falar do ‘fluxo’, nome pelo qual passou a ser chamada e a chamar-se a população usuária de crack que, sem estar acomodada em barracas, era inconstante e variável. Ou seja, a errância a qual essa população fora exposta passou a ser emblema de sua própria identificação” (ibidem, p. 244 – grifos meus)*

Ulf Hannerz, em seu artigo “Fluxos, Fronteiras, Híbridos: Palavras-chave da Antropologia Transnacional (1997: 10), atenta que o termo “fluxo”, ou “fluxos”, “já se tornou transdisciplinar, um modo de fazer referência a coisas que não permanecem no mesmo lugar, a mobilidades e expansões variadas (...)”. Ademais, seu uso corrente refere-se “ao deslocamento de uma coisa no tempo, de um lugar para o outro, uma redistribuição territorial” (p.10). Vale notar, entretanto, que o *fluxo* que compõe a Cracolândia se desloca; porém, também resiste territorialmente. Essa ambigüidade parece ser a sua força frente às políticas repressivas.

---

Hannerz nos lembra que “um aspecto fundamental dos fluxos é que eles têm direções” (p. 12). Pode-se dizer que a Cracolândia é composta por um fluxo variável e instável de pessoas; por um movimento constante de fazer-se e desfazer-se. Mais do que isso, estar na Cracolândia implica uma experiência compartilhada<sup>16</sup> que se caracteriza por estar no *fluxo*. Fluxo entre instituições, entre a casa e a rua, entre a periferia e o centro da cidade, entre os serviços oferecidos na região, entre distintos códigos<sup>17</sup>. Localizar como esses fluxos que compõem a cena analisada foi um esforço da presente pesquisa ao olhar para as pistas que as trajetórias individuais podem oferecer.

Além disso, o autor propõe que “se ‘fluxo’ sugere uma espécie de continuidade e passagem, ‘limites’ tem a ver com descontinuidades e obstáculos” (p.15). Mais do que isso, “ ‘limite’ parece combinar com ‘fronteira’ e com ‘zona fronteira’ [*Borderland*]. Mas, esses últimos termos não implicam linhas nítidas e sim regiões, nas quais uma coisa gradualmente se transforma em outra, **onde há indistinação, ambigüidade e incerteza**” (p. 20 – grifos meus). Quando se refere à noção de fronteira, Hannerz não diz apenas sobre as fronteiras entre Estados-nação ou entre culturas diferentes, mas também a própria formação de “fronteiras urbanas” ou territórios intersticiais, onde a ambigüidade e a alteridade são colocadas de maneira evidente<sup>18</sup>. Parece-me frutífero pensar a territorialidade da Cracolândia enquanto uma “zona intersticial”, dada sua condição liminar e capacidade de condensar tantas ambigüidades. Lugar de consumo de drogas e, simultaneamente, de grande oferta de tratamento para a dependência química; símbolo da degradação, mas também refúgio; zona de maior proteção e anonimato para o consumo da droga, assim como de grande visibilidade midiática; potente gerador de repulsa e sedução; alvo de políticas de cuidado e de controle; itinerante, porém insistente em permanecer no mesmo território; geradora da ajuda humanitária, ao mesmo tempo em que delimita as fronteiras do humano. Hannerz (1997) complementa:

<sup>16</sup>Experiência compartilhada, esta, que se relaciona, porém extravasa a questão do crack em si, na medida em que a Cracolândia não se limita a uma cena de uso apenas, mas conecta diversas esferas da vida social e compõe uma rede de trajetos urbanos.

<sup>17</sup>Esses fluxos serão melhor abordados e descritos nos capítulos 2 e 3 através dos percursos individuais de quatro interlocutores de pesquisa.

<sup>18</sup>Vale a pena retomar aqui o trecho na íntegra de: “Quando como intelectuais, nos defrontamos com as ‘fronteiras do conhecimento’, é também esse sentido de fronteira próxima à ‘terra selvagem’ que toma conta de nossa imaginação. Deste lado, os campos cultivados; do outro, o grande desconhecido. E o sentido de ‘terra selvagem’ ainda está presente na imaginação popular, como uma idéia de fronteira, só que deslocada para a vida urbana, para as ruas e becos que parecem fora do alcance dos centros organizados da sociedade. Em outras palavras, é a fronteira urbana como selva urbana. Os outros nela encontrados podem ser realmente animais, e a lei da selva é a sobrevivência do mais apto”(Hannerz, 1997: 21):.

*“Em suma, os cenários das zonas intersticiais parecem cheios de vida, mas não completamente seguros. Se uma pessoa é capaz de sobreviver e até prosperar nelas, isso se deve à sua própria agilidade cultural (...). Uma parte disso (...) pode ser uma questão de ‘deculturação’: **despojar-se de uma sobrecarga de cultura para ganhar liberdade de movimento. Contudo ‘deculturação’ em excesso traz o risco da desumanidade, de tornar-se um animal perigoso.** A liberdade na zona fronteira é explorada com mais criatividade por deslocamentos situacionais e combinações inovadoras, organizando seus recursos de novas maneiras, fazendo experiências. Nas zonas fronteiriças, há espaço para a ação [agency] no manejo da cultura” (p.24 – grifos meus)*

Dada sua condição de “fronteira urbana”, nos termos de Hannerz, que demarca tamanha alteridade, falar em “acabar com a Cracolândia” implica intervenções no corpo-território. Ou seja, tirar os corpos indesejados (e desumanizados) do local; deslocá-los ou, ao menos, modificar esses corpos (disciplinar, limpar, dar banho, docilizar, cuidar e vigiar). Não à toa, nos últimos anos (principalmente, pós-2012), foi consolidada uma “trama institucional” na região, a qual será abordada no Capítulo 1. Apostamos aqui no que propôs Maria Filomena Gregori (2000:165), “a noção de uma trama institucional é particularmente interessante na medida em que supõe a existência de uma rede formada por uma gama de instituições e atores, mas cuja trama, por sua vez, também revela a existência de conflitos que, **na prática diária, acabam por impedir o desenvolvimento de padrões ou procedimentos que se consolidem como soluções**” (grifos meus). Com isso, produzem verdadeiras aporias.

Para além de suas dinâmicas internas, convém olhar para as relações estabelecidas com a população alvo das intervenções institucionais. E ao olharmos para os seus cotidianos e trajetórias de vida, vemos emergir elementos que compõem uma trama urbana mais ampla, de onde escapam os códigos da rede composta pelas ONGs e ações estatais na região. No decorrer da pesquisa tornou-se imprescindível olhar para as codificações do chamado “mundo do crime” ou, mais especificamente, do Primeiro Comando da Capital (PCC), cuja expansão (Feltran, 2010, 2011, 2012, 2014; Malvasi, 2012; Hirata, 2010; Biondi, 2010; Mallart, 2014; Rui, 2014) atravessa o território analisado e é vetor importante nas trajetórias de meus interlocutores de pesquisa. Os enunciados do PCC sobre regras de conduta e a figura dos *disciplinas* emergiram, no decorrer da investigação de campo, como dimensões e atores importantes para a compreensão da organização e manutenção da ordem local. Sobre este aspecto, entender o chamado “traficante”, “bandido” ou “criminoso” do ponto de vista moral, me

impossibilitava de ver a funcionalidade da disciplina associada ao Comando para a própria trama institucional alocada na região. No entanto, se há em certa medida uma funcionalidade, porém não há consenso sobre a necessidade de “acabar com a Cracolândia”. Esse é um ponto que está claro na cena descrita acima, em que Governo do Estado e Prefeitura negociam com os *disciplinas* para viabilizarem as suas ações, e é tema transversal ao longo dos capítulos, sobretudo, 1 e 2.



(Fonte da Imagem: Folha de São Paulo)

## Capítulo 1 - Um impasse no centro

*Impasse.im.pas.se sm (fr impasse) Situação embaraçosa da qual é difícil sair bem; beco sem saída. [Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa]*

## A cena urbana

São Paulo, 15 de janeiro de 2015. Saí da zona norte e peguei o trem bem cheio, já eram mais de 8h. Às 9h, salto do trem na Estação da Luz e, quando me direciono às escadas de saída sou logo comprimida por uma multidão de pessoas. Experiência trivial do cotidiano paulistano. Após alguns minutos ali, consigo descer e me dirijo à Rua Mauá – lugar em que eu e Taís Magalhães<sup>19</sup> combinamos de nos encontrar para um dia de campo. Reparo em duas travestis à espera de um programa. Uma com cabelos curtos, maquiada e de sobrancelhas feitas. Ao seu lado, uma mulher mais velha, também sentada e perceptivelmente bêbada falava palavras sem muito sentido para mim. Reparei que tinha um corte na sobrancelha. Imagino que seu último programa não tenha sido tão tranquilo. Fiquei encostada em uma parede lateral e externa à Estação, reparando em quem permanecia naquele que era, de maneira evidente, um lugar de muita circulação, além de conhecido ponto de prostituição da cidade<sup>20</sup>; é ali que algumas interlocutoras de pesquisa conseguem o dinheiro necessário para consumir o crack a apenas algumas quadras dali, na chamada Cracolândia.

Logo Taís chegou e iniciamos nossa caminhada de alguns quarteirões em direção à Craco – apelido carinhoso utilizado por funcionários, pesquisadores e usuários que frequentam a região. Demos apenas alguns passos, já do lado de fora, um casal de *gringos* pedia informações de onde seria a Estação da Luz e a Rua 25 de Março, notáveis pontos turísticos da metrópole, e, a poucos metros, um casal tirava uma *selfie* pegando a arquitetura antiga do espaço. O centro está cheio de sintonias e mundos possíveis, pensei. Continuamos a caminhada. Cruzamos ruas, calçadas e as recentes ciclofaixas, fruto da gestão municipal de Fernando Haddad, muito usadas tanto por jovens desejosos de mobilidade sustentável até por catadores de materiais recicláveis que buscam proteger a si mesmos e suas carroças do tráfego pesado de carros. Como de praxe, também passamos pelas entradas do Museu da Língua Portuguesa, da Pinacoteca do Estado do Memorial da Resistência de São Paulo (o antigo DOPS) e da Sala São Paulo – hoje valorizados equipamentos culturais que estão concentrados nessa região da chamada “Nova Luz”, os quais juntamente com desapropriações, demolições e obras de “revitalização” conformariam, anos antes, um polêmico projeto urbanístico de

---

<sup>19</sup> Nesta época, Taís também estava fazendo pesquisa de campo para o seu Mestrado em Sociologia na USP. Sua pesquisa resultou na Dissertação “Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da “cracolândia” paulista”, defendida em 2015.

<sup>20</sup> Ver: Silva (2000)

transformação e “revalorização” do bairro da Luz com a criação de um Complexo Cultural. Um verdadeiro entrave entre município, investidores interessados na valorização imobiliária da região, comerciantes, arquitetos, urbanistas e moradores locais<sup>21</sup>. Sem falar dos usuários de crack em situação de rua, cuja presença já se cogitou gerar uma estratégia “desvalorização” dos imóveis e comércios das redondezas. Nessa versão, trata-se de presença que incomoda certos moradores e empresários, mas ideal para novos investidores empenhados na reforma da área. Comenta-se muito sobre o objetivo de que os usuários e moradores de rua sejam expulsos para ampliar a já crescente valorização dos imóveis da região.

Ao chegar entre a Sala São Paulo e a Estação Ferroviária Júlio Prestes, há uma grande praça com muitas árvores, cujas sombras moradores de rua costumam utilizar para seus cochilos e momentos de descanso. Reparo em um homem velho e negro que, sentado em um pilar, tentava, com afinco, retirar a sujeira das suas mãos e unhas encardidas com uma escovinha bem branca. O contraste entre a cor das mãos e da ferramenta era de chamar atenção, assim como o seu esforço de autocuidado. Nessa praça, bem em frente à Sala São Paulo, está sempre estacionada uma base móvel da Guarda Civil Metropolitana (GCM). Poucos metros à frente está o ônibus de videomonitoramento<sup>22</sup> repassado para a GCM pelo Governo Federal como parte do kit do Programa Crack, é possível vencer<sup>23</sup>. Trata-se de um conjunto de medidas de

---

<sup>21</sup> Trata-se de um projeto urbanístico de “revitalização” do centro da cidade de São Paulo, direcionado para a região da Luz e para a área da Cracolândia. O Projeto Nova Luz foi engavetado pela presente gestão municipal de Fernando Haddad. Para mais informações: [http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento\\_urbano/arquivos/nova\\_luz/201108\\_PUE.pdf](http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf).

<sup>22</sup> Segundo consta no sítio do Observatório Crack, é possível vencer: “As bases móveis de videomonitoramento são microônibus adaptados que auxiliam as ações de policiamento ostensivo de proximidade nas cenas de venda e consumo de crack e outras drogas. Elas servem como um pequeno centro de comando e controle, dando suporte tecnológico aos profissionais de segurança pública que acompanham, por meio de monitores, as imagens captadas por câmeras de vídeo instaladas em pontos fixos de maior vulnerabilidade. Junto com cada base móvel são doados os seguintes equipamentos: 20 câmeras de videomonitoramento fixo, 2 veículos, 2 motocicletas com capacete e tecnologias de menor potencial ofensivo. Além de doar os kits de equipamentos, garante a manutenção das bases pelo período de dois anos”, disponível em: <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/autoridade/bases-moveis.html>. Ver também: “Prefeitura usa ônibus “Big Brother” para espantar moradores de rua em SP”, último acesso 18/05/2016, às 15h17, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1354585-prefeitura-usa-onibus-big-brother-para-espantar-moradores-de-rua-em-sp.shtml>; e “BBB do Crack: governo entrega ônibus com câmeras para monitorar cracolândias”, último acesso 18/05/2016, às 15h19, disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2013/05/24/bbb-do-crack-governo-entrega-onibus-com-cameras-para-monitorar-cracolandias/>.

<sup>23</sup> Lançado em 2011 pelo Governo Federal, a partir do decreto Decreto nº 7.179, de 20 de maio de 2011, que Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas, cria o seu Comitê Gestor, e dá outras providências.

intervenção de caráter intersetorial que combinou ações de investimento na rede de saúde, na esfera da segurança pública e do combate ao tráfico de drogas e na ampliação de cursos de capacitação e de campanhas de prevenção ao uso de drogas. O Governo Federal tem entregado entregou, entre 2012 e 2015, um pacote de equipamentos de segurança pública, tais quais câmeras de vigilância, ônibus de videomonitoramento, viaturas, motos e armas de menor potencial ofensivo, aos estados e municípios que aderiram ao Programa<sup>24</sup>. A PM também tem o seu ônibus de videomonitoramento, estacionado a dois quarteirões de distância, na esquina entre as Ruas Helvétia e Barão de Piracicaba.

Dali, de onde está localizada a Base Comunitária de Videomonitoramento da GCM, já é possível ver o aglomerado de barracas e de pessoas que conformavam a territorialidade da Cracolândia, situada nesse momento na esquina entre a Rua Helvétia e a Alameda Cleveland.



(Fonte da Imagem: Folha de S. Paulo)

<sup>24</sup>Segundo, Regina Miki, da Secretaria Nacional de Segurança Pública: "É de vital importância o uso das bases móveis para aumentar a vigilância nas ruas. Cada vez mais, estamos tornando os locais públicos realmente seguros, dando tranquilidade ao cidadão", último acesso 19/05/2016, às 10h47, disponível em: <http://mj.jusbrasil.com.br/noticias/100476673/programa-crack-e-possivel-vencer-entregara-bases-moveis> Sobre a presença e atuação dos agentes de segurança pública, sobretudo guardas civis e policiais militares, na Cracolândia paulistana, após a adesão do Município ao Programa Crack, é possível vencer, há uma etnografia recente: Letícia Canônico (2015).

Havia, nesse momento, certa divisão no território. Uma parte consistia em um terreno baldio retangular, fruto das demolições do Nova Luz, repleto de barracas feitas de pedaços de papelão e de madeira cobertas por lonas de caminhão ou por plásticos pretos. Entre as barracas formavam-se corredores cobertos e escuros onde era possível percorrer de uma a outra, além de se proteger da chuva, do sol ou do frio, mas também das câmeras de vigilância e do assédio de policiais, agentes de saúde, pesquisadores e assistentes sociais. A outra parte do espaço, a rua, estava ocupada pelas pessoas que não tinham barraca ou só estavam de passagem.



(Fonte da Imagem: Folha de S. Paulo)

Nesse dia, adentramos esta aglomeração de pessoas, o *fluxo*, para observarmos o processo de limpeza que ocorre todas as manhãs e mais duas vezes ao dia no período da tarde e início da noite. São três limpezas diárias acompanhadas por policiais da GCM, funcionários da limpeza urbana e dois caminhões: um de água com uma mangueira bem cumprida e um para recolher entulhos, lixos, dejetos, objetos e pertences dos frequentadores do local. Tudo que fica é levado: barracas, colchões, cobertores, carroças de catadores, etc. Ritual diário que, em um primeiro momento, remete a práticas estatais de limpeza e higienização. Porém, logo o cheiro da água suja se faz presente e

disto da ideia de limpeza, mas faz emergir a ordenação e materialização da presença estatal, assim como suas investidas contra a fixação dos usuários naquele espaço.

Nessa mesma rua onde o *fluxo* está situado, também estão os aparelhos recentes do Governo do Estado (PSDB) e da Prefeitura da gestão Fernando Haddad (PT) - o ainda inacabado hospital do Programa Recomeço e o Espaço de Convivência do Programa De Braços Abertos<sup>25</sup>, respectivamente. Um bem em frente ao outro: espacialização do conflito partidário em disputa pela atenção e “solução” desse “problema” urbano. Passamos pelo *fluxo* e nos dirigimos à tenda do Braços Abertos. Bem na porta, sentada no meio fio e acompanhada de dois amigos, encontrei Maria Júlia<sup>26</sup>. Já a tinha conhecido nessa mesma semana, na Cracolândia<sup>27</sup>. Ela foi lá comer e tomar banho. Nos viu e veio puxar assunto. Estava bem bêbada e com uma garrafinha de pinga na mão. No dia que a conheci, Cleo, outra interlocutora, já tinha me dito que o problema dela era a pinga, não o crack. Maria Júlia estava muito brava com a equipe da tenda. Segundo me contou, sua mãe havia mandado dinheiro para que fosse para Minas Gerais no natal. Ela já tinha mandado outras vezes, mas ela bebia tudo. Só que dessa vez, quando chegou para buscar seu RG que havia deixado na tenda, disseram que não estava mais lá. Ficou muito revoltada e deu um barraco. Não adiantou. Afirmaram que ela não tinha deixado lá. “*A assistente social?*”, perguntei. “*Uma loirinha que tem lá. Lá eu não sei quem que é assistente social, psicólogo ou usuário....*”, me respondeu pondo em cheque a percepção daquilo que chamamos “Estado”. Sem seu documento, não a deixaram embarcar no ônibus. Conforme me contou, ficou muito triste e voltou pra a Craco. Passou natal e ano novo ali, segundo ela, “*aqui também é família! Ainda bem que tenho essa família aqui!*”. Na segunda-feira, funcionários da Tenda acharam

<sup>25</sup>O Programa De Braços Abertos foi criado, em 2013/2014, pela Prefeitura Municipal de São Paulo na gestão Fernando Haddad (2013-2016) e teve o seu início com a remoção negociada e pacífica de cerca de 200 barracos que conformavam a “Favelinha” da Cracolândia, fixada na calçada do terreno baldio da antiga rodoviária. Foram cadastradas pela Prefeitura cerca de 300 pessoas, as quais passaram a dispor de moradia em hotéis, três refeições diárias no restaurante popular Bom Prato e vagas no serviço de zeladoria urbana com a função de varrição das ruas do centro e um pagamento semanal equivalente a 15 reais por dia em troca de 4 horas de serviço diário. O custo por beneficiário corresponde a um valor de R\$ 1.086,00 mensais, ou seja, um salário mínimo e meio, cuja determinação está atrelada ao POT (Programa Operação Trabalho).

<sup>26</sup>Para proteger a identidade de meus interlocutores de pesquisa todos os nomes são fictícios, tanto de usuários quanto de funcionários ou missionários. Apenas figuras públicas, tal como os coordenadores e coordenadoras de programas e entidades que atuam na região são verídicos.

<sup>27</sup>Projeto da Junta de Missões Nacionais (JMN), atrelada à Convenção Batista Brasileira (CBB), criado em 2009, com o objetivo de “*transformar a Cracolândia em Cristolândia*”. Trata-se de um projeto missionário de evangelização que oferta serviços de assistência e a conversão religiosa como cura para a *dependência química*, através de uma rede de internação em Centros de Formação Cristã (CFCs). Para além de São Paulo, o Programa Cristolândia está presente em outras cinco capitais: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Belo Horizonte e Vitória.

seu RG e o devolveram para ela. Estava indignada, pois queria que pagassem outra passagem para poder visitar sua família. Mas, nesse dia, parece que não deu certo. Me perguntou se eu iria na Cracolândia e respondi que mais tarde; “*é, nem vou lá hoje não. Tenho que resolver isso daí 10h.*”, disse ela. Conversamos sobre algumas outras coisas e nos despedimos.

Eu e Taís seguimos pela Helvetia até a Barão de Piracicaba, passamos pelo ônibus da PM e Taís me mostrou um hotel de esquina que era conveniado com o Programa da Prefeitura. Segundo Amadeu, que mora com sua esposa e filhos em uma ocupação próxima dali, parece que o hotel estava novinho e depois dos usuários morarem foi destruído. Ele estava trabalhando na reforma do hotel e parece que, mesmo com os prejuízos, o proprietário queria renovar o convênio.

Em seguida, seguimos pela Dino Bueno para ir até a Praça Coração de Jesus. Está completamente reformada, cercada por grades verdes e com uma base da PM no interior<sup>28</sup>. Não havia nenhum usuário. Mudou completamente desde a última vez que eu havia visto, ainda em 2013. Era uma praça escura, sem grades e permeada por moradores de rua, deitados, sentados, cobertos, fumando pedra. Uma *biqueira*<sup>29</sup> funcionava ali também. Segundo consta em uma placa afixada próxima aos bancos de pedra, a reforma foi uma parceria com a Porto Seguro. É sabido o empenho e os interesses dessa seguradora na “revitalização” da área. A Porto Seguro adquire imóveis pela região do bairro de Campos Elíseos, desde a década de 1980, e nos últimos anos investiu na implementação do chamado Complexo Matriz, onde estão localizados sua moderna sede, seu Centro Automotivo, seu Espaço Cultural e o ainda recente Teatro Porto Seguro, cujo orçamento custou um montante de 34 milhões de reais<sup>30</sup>.

Ao sair da praça vimos um local com a placa do Braços Abertos e escrito POT (Programa Operação Trabalho<sup>31</sup>). Chegamos perto para ver do que se tratava e

<sup>28</sup>Ver: “Reformada, Praça da Cracolândia reabre com base da PM”, Jornal Gazeta 03/06/2014, último acesso 12/06/2016 às 15h53, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=OBwAOpXhcWg>.

<sup>29</sup>Termo que faz referência a um local de comércio de crack e outras drogas.

<sup>30</sup>Ver: “Porto Seguro quer levar um novo público à região da Cracolândia”, último acesso em 19/05/2016, às 12h19, disponível em: <http://vejasp.abril.com.br/materia/teatro-porto-seguro-cracolandia-novidade>. Segundo o presidente da empresa: “O nosso segurado pagará metade do preço do ingresso nos espetáculos. Então, queremos trazê-lo para acompanhar a programação, e, assim, ele perceberá que é possível acessar o teatro sem passar pela Cracolândia, que fica a dois quarteirões.” Além de haver um estacionamento próprio prédio, um serviço de vans fará o traslado contínuo de ida e volta do público entre a sala e a Estação da Luz”.

<sup>31</sup>O POT foi criado a partir do decreto 44.484, em 2004, ainda na gestão de Marta Suplicy, e institui o Programa Ação Coletiva de Trabalho – PACT, direcionado ao trabalhador desempregado há mais de 8 meses, incluindo moradores de rua “em processo de reinserção social”. Convém ressaltar: “Parágrafo

conhecemos Jonas, funcionário transexual que estava na porta. Ele nos explicou que ali funcionaria os cursos de capacitação do projeto. Porém como a “Brasil Gigante” havia acabado de sair, a “Adesaf”<sup>32</sup> (Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias) ainda não tinha terminado de organizar o espaço. Por enquanto, só aulas de violão, as quais, segundo ele, são frequentadas apenas por crianças; *“você acha que os usuários querem vir aqui para ficar tocando violão? Eles não tem paciência pra isso não, querem é saber de fumar pedra!”*. Ele nos mostrou o local, que está bem novinho e equipado com uma salão de beleza e vários violões em distintas salas, porém, ainda vazio de pessoas.

Questionei Taís se ela gostaria de conhecer o espaço da Missão Batista Cristolândia – onde realizei pesquisa de campo, entre os anos de 2011 e 2013, parte de um projeto de Iniciação Científica<sup>33</sup> sobre as relações entre religião, Estado e consumo de drogas, e onde reengressei em campo no primeiro semestre de 2015 para o desenvolvimento da presente investigação – e, dado seu interesse, nos dirigimos ao local em que os missionários e voluntários batistas prestam serviços de assistência e de evangelização, além de ser onde realizam a triagem daqueles interessados em ingressar em sua rede de internação em Centros de Formação Cristã (CFCs). Trata-se de um tratamento cristão e pedagógico voltado para a cura da “dependência química” através da palavra bíblica, da “reinserção social” e da “restauração” dos laços familiares. Logo que chegamos, fomos conversar com um dos *alunos* – como são nomeados os internos ainda em fase de tratamento. Apresentei a Taís e me justifiquei que não tinha ido à Missão no período da manhã por ter ido conhecer o programa da prefeitura. O aluno rapidamente manifestou de maneira enfática sua opinião contrária a tal programa, o qual segundo ele, por oferecer trabalho, moradia e alimentação seria um incentivo às pessoas permanecerem na rua. Na sua opinião, o programa deveria ofertar uma mudança radical na vida das pessoas, a começar pregando a abstinência frente a droga e retirando elas daquela localidade. Segundo ele, *“não pode dar comida! É por isso que a população de*

---

Único – A participação no Programa não gerará quaisquer vínculos empregatícios ou profissionais entre o beneficiário e a Prefeitura do Município de São Paulo”.

<sup>32</sup>Adesaf é uma ONG de São Vicente que foi contratada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, em setembro de 2014, para substituir a ONG Brasil Gigante, devido às acusações de corrupção direcionadas a esta última. Sua visão é, segundo consta em seu sítio: “Ser reconhecida como ferramenta e espaço político-social de caráter democrático, transformador e solidário. Ser referência no âmbito do Terceiro Setor no que tange a execução de políticas públicas de forma ética, profissional e sustentável, em sintonia com o desenvolvimento humano”.

<sup>33</sup> Para uma etnografia do Programa Cristolândia como parte do projeto de nação batista, ver: Fromm (2014).

*rua só aumenta!*”. Permanecemos caladas e logo Thamirys, psicóloga e missionária já conhecida minha, nos cumprimentou e se dispôs a apresentar o espaço e explicar o trabalho para Taís. As atividades diárias da Missão consistem em ofertar café da manhã, almoço, banho e roupas limpas para a população em situação de rua que frequenta o local. Além disso, entre as atividades são realizados momentos de louvor e cultos, nos quais solicita-se a participação de quem possui interesse em receber as doações, além de aconselhamentos e orações pessoais. Não demoramos muito tempo, nos despedimos de Thamirys e outros missionários e seguimos pela R. Barão de Piracicaba, cruzamos pela Helvétia, onde reparamos em inscrições “PCC” (Primeiro Comando da Capital) em alguns postes próximos ao *fluxo* e seguimos para a Estação da Luz exaustas e excitadas com a grande quantidade de informações, atores e projetos que a Cracolândia consegue congrega.

### **A Cracolândia como impasse**

A descrição acima dificilmente poderia ter sido feita três anos antes, quando eu ingressava em campo pela primeira vez acompanhada por missionários batistas<sup>34</sup>. O cenário já era completamente outro. Se, em minhas visitas à Cracolândia, realizadas entre setembro de 2011 e outubro de 2013, me saltavam aos olhos a dificuldade em descrever a multiplicidade de pessoas, práticas, corpos e usos de crack, nesse retorno, em janeiro de 2015, se somava a dificuldade de mapear as relações entre uma série de novos atores, instituições e programas sociais que passaram a compor tal cena urbana. Igrejas, agentes de saúde, assistentes sociais, policiais civis e militares, educadores sociais, redutores de danos, oficinairos, ONGs. Muito havia mudado nesse um ano que estive afastada do campo, no período entre 2013 e 2014. Apesar da atuação de entidades sociais na região não ser uma novidade (ver, por exemplo, Frúgoli&Spaggiari, 2010; Rodrigues&Fonseca, 2012), havia algo de novo a ser olhado nessa reconfiguração da trama institucional atuante na região. Novos programas haviam sido criados e novas políticas de gestão do espaço estavam sendo postas em prática, tanto por aparelhos estatais quanto por missionários evangélicos e agentes do crime.

No entanto, para olharmos para essa cena urbana e podermos compreender como ela tem se reconfigurado e produzido uma série de impasses, ao mesmo tempo em que se constitui como um grande entrave urbano que, na última década, as distintas gestões

---

<sup>34</sup> Ver: Fromm (2016).

estadual e municipal tem sido obrigadas a lidar, precisamos retomar alguns elementos e marcos históricos relevantes. Tal impasse é o objeto dessa investigação. Por impasse, entendo uma situação embaraçosa que produz angústia e é gerada por algo de difícil solução. A metáfora imagética que mais se aproxima seria a da expressão popular “sinuca de bico”. A analogia se refere ao jogo de sinuca quando o jogador tem na mesa uma situação em que a bola branca está cercada por outras bolas do seu adversário e fica impedido de realizar uma boa jogada, pois ao tentar acertar a sua própria bola dificilmente não atingirá outras (do adversário) antes. Ou, pode se referir ao momento em que o jogo está numa condição onde a bola errada pode facilmente ser encaçapada. Trata-se de uma maneira de se referir a uma situação de difícil saída ou solução. Essa expressão nos parece inspiradora, na medida em que a Cracolândia paulistana está no cerne dos projetos urbanísticos para a área central da cidade e das discussões sobre as políticas de drogas no âmbito nacional; ao mesmo tempo em que é palco de uma série de investidas policiais repressivas e de limpeza, é também lócus da ação diabólica e das ações de movimentos sociais antiproibicionistas e defensores dos direitos humanos. São muitas as forças que atravessam a cena urbana analisada, as quais muitas das vezes divergem entre si e se anulam mutuamente. Esse efeito de truncamento ficará mais visível nas descrições que se seguem dos impasses acionados em torno do “problema Cracolândia” nas suas interfaces com o Projeto Nova Luz, a Operação Sufoco e as discussões sobre a internação compulsória de usuários de crack. Foram esses dilemas que compuseram a trama institucional alocada na região, sobretudo, a partir de 2012. Mapear tais dilemas e impasses nos ajudam a situar e compreender as intencionalidades que conformam o sistema de ajuda que se instalou no território, o qual é composto por programas muito heterogêneos e, muitas das vezes, opostos e divergentes.

### ***Projeto Nova Luz***

O Bairro da Luz, no centro de São Paulo, de um lado, é visto como um bairro cultural, tendo em vista a presença de equipamentos culturais tal como o antigo Museu da Língua Portuguesa<sup>35</sup>, a Sala São Paulo (sede da Orquestra Sinfônica do Estado) e a Pinacoteca do Estado. De outro, a Luz carrega o estigma da degradação e da criminalidade associados à Cracolândia. Essas são as duas representações recorrentes que rondam o bairro, o qual vive as tensões entre deterioração e requalificação desde os anos 1990 (Frúgoli&Skclair, 2009). A partir de 2005, ganhou força uma proposta do

---

<sup>35</sup> Ver: “Incêndio atinge Museu da Língua Portuguesa em São Paulo”, G1, 21/12/2015.

poder público, na gestão Serra-Kassab, de transformação e “revitalização” urbana dessa zona da cidade. Desde então, nos anos que se seguiram, foram realizadas demolições e desapropriações de imóveis na região, combinadas com grandes operações policiais que visavam retirar os usuários e vendedores de crack que ocupam as ruas da região. Esse foi o caso, por exemplo, da Operação Limpa (2005), a qual será abordada no próximo tópico.

Em 2009 foi decretada a Lei 14.918/2009 de concessão urbanística que autorizou a execução do chamado Projeto Nova Luz na medida em que permite ao poder público desapropriar imóveis centrais. Fruto de uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada, o projeto urbanístico só foi de fato divulgado em agosto de 2011 e previa a criação de um complexo cultural e um polo tecnológico com a proposta de atrair empresas de grande porte. A área delimitada para a intervenção abrange 45 quadras no interior de um pentágono situado no perímetro das Ruas Cásper Líbero e Mauá e das Avenidas Ipiranga, Duque de Caxias e São João.



(Fonte da Imagem: Jornal Bom dia)

A área total de terreno incluída no projeto corresponde à 356.417 m<sup>2</sup>, sendo prevista a demolição de 284.096 m<sup>2</sup>, número que corresponde à cerca de 30% da área construída atual. Com a previsão de custar 350 milhões aos cofres da Prefeitura Municipal, o consórcio foi estabelecido entre a Concremat Engenharia, a Companhia City, a Fundação Getúlio Vargas e o escritório norte-americano AECOM Technology Corporation e previa a concretização do projeto urbanístico em cinco fases postas em prática durante 15 anos.

Frente ao projeto da Prefeitura, moradores da Luz se articularam com os comerciantes locais<sup>36</sup> e os movimentos de moradia da região para contestar a formulação e os efeitos da intervenção. O projeto também foi alvo de duras críticas de arquitetos e urbanistas da cidade de São Paulo. Segundo Raquel Rolnik, militante contrária à execução do projeto, trata-se de uma proposta que tem *“a cultura como ponta de lança do processo de gentrificação”*<sup>37</sup>. O projeto foi acusado de ser higienista e voltado para a especulação imobiliária. Segundo Paula Ribas, moradora local e presidente da associação de moradores AMOALUZ: *“Não é que a gente não quer a melhoria. A gente quer o progresso, a gente quer que o bairro fique mais bonito. Nós queremos isso. Mas, agora que o bairro vai melhorar, eu vou ter que sair daqui? Porque eu fiquei neste bairro no pior momento dele. Por que que agora eu tenho que ir embora daqui? Eu não vou! Eu não vou sair!”*.

Em 2013, o vereador Nabil Bonduki (PT) criou o projeto de lei 282/2013 que previa a revogação do Nova Luz. Apesar de não revogado, a gestão municipal de Fernando Haddad (2013-2016) optou por engavetar o projeto.

### ***Operação Sufoco ou Operação Dor e Sofrimento***

Ao menos desde o começo dos anos 2000, grandes operações policiais são mobilizadas em torno da região da Cracolândia do centro de São Paulo. Para além das repercussões midiáticas de cenas de excesso de violência e dos grandes contingentes de pessoas presas, elas têm em comum a promessa, sempre presente, de “pôr fim à Cracolândia”.

Com essa alegação, em março de 2005, foi deflagrada a Operação Limpa<sup>38</sup> pela Prefeitura Municipal de São Paulo, então sob a gestão do Prefeito José Serra (PSBD), em parceria com o Governo do Estado, já sob a gestão do atual governador Geraldo Alckmin (PSDB). A operação congregou agentes da polícia militar, da vigilância sanitária e de setores ligados ao assistencialismo, saúde e limpeza pública e estava atrelada à proposta de “revitalização” da área, tendo como alvo principal o perímetro delimitado pelo Projeto Nova Luz. Como principal consequência houve a dispersão dos

<sup>36</sup> Ver: “Comerciante da ‘cracolândia’ diz temer desapropriações”, Folha de S. Paulo, 10/09/2005.

<sup>37</sup> Entrevista concedida ao documentário “Projeto Nova Luz: contra a cracolândia ou especulação imobiliária?”, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cptmzku7vhk>.

<sup>38</sup> Os números oficiais são: “2.216 abordagens, 426 papelotes de crack apreendidos, 12 flagrantes de tráfico ou porte de drogas, 3 hotéis lacrados com concreto, 3 armas apreendidas, 50 celulares apreendidos, 369 adultos e crianças recolhidos para abrigos, 2 procurados presos e 5.200 CDs apreendidos” (Folha de S. Paulo, 10/3/2005)”

usuários por outros bairros do centro e o surgimento do que ficou conhecido, na época, como a “nova cracolândia” fruto do deslocamento dos “usuários” para a região da antiga rodoviária, nos arredores da Rua Helvétia e da Praça Júlio Prestes, onde ela já se situava no período de realização da presente pesquisa. Antes, estava localizada nas proximidades da Rua General Couto de Magalhães<sup>39</sup>. Segundo um comerciante da região, “os pilantras [dependentes] saíram de lá e vieram todos para cá”<sup>40</sup>. Já, segundo o então subprefeito da Sé, Andrea Matarazzo, em entrevista à Folha de São Paulo em 2005, afirma: “Passo lá toda madrugada. As ruas estão limpas, o lixo está sendo retirado. Você não vê mais gente nas ruas fumando crack”, comemora. Porém quando questionado pelo jornalista sobre a “nova cracolândia”: “É o caos. Parece Bagdá dez minutos depois de os americanos terem passado por lá. Vamos começar a promover ações sociais para as prostitutas e usuários de drogas de lá”.

Como se sabe, a Cracolândia não acabou, mas “mudou de endereço” e o número de seus frequentadores cresceu substantivamente nos anos subseqüentes, nos quais houve uma pausa nas grandes e espetacularizadas operações policiais. Nos anos seguintes à operação de limpeza, começaram as desapropriações e demolições de imóveis na região, com vistas à implantação de um projeto de “revitalização urbana” (o Projeto Nova Luz ainda não havia sido criado, mas seria posto no papel na sequência, em 2007) pelo poder público em parceria com a iniciativa privada.

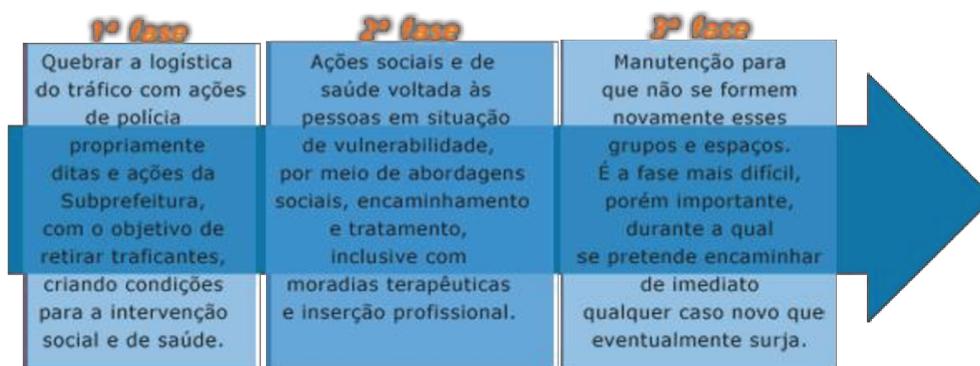
Apenas em 2009 foi criada a chamada Ação Centro Legal, a qual já indicava uma gradativa mudança na forma do poder público enfrentar a questão da Cracolândia como uma “questão de saúde” (Frúgoli&Spaggiari, 2010 ; Rui, 2014; Calil, 2015; Magalhães, 2015), apesar da política posta em prática ser a internação dos usuários e a atuação policial ainda repressora. Tratava-se de uma ação integrada entre Estado e Município com um discurso que buscava articular, através de uma política inter-

---

<sup>39</sup>Thiago Calil, pesquisador e redutor de danos da ONG É de Lei desde 2004, faz a seguinte descrição: “Nesta época a ‘cracolândia’ encontrava-se na rua do Triunfo, Vitória e General Couto Magalhães. **A concentração de pessoas era menor, dezenas,** e o uso, o comércio e a vida ao redor do crack aconteciam nas calçadas, em frente a muros e portas fechadas de comércios, nos arredores da ‘Casa Amarela, grupo religioso da missão Cena. **Até então a cracolândia não era tema de debate público e pouco se falava sobre isso. O fenômeno que acompanhávamos no dia-dia de trabalho parecia praticamente invisível para a sociedade,** e uma das estratégias do É de Lei para chamar o debate público para esta questão foi a utilização do ‘Nóia-móvel’. Uma Kombi que possibilitava criar um espaço de convivência in loco, na rua, equipada com um inflável de 4 metros de altura que formava um cachimbo e uma seringa(...) **Não existiam outros trabalhos desenvolvidos na perspectiva do cuidado por ali, apenas algumas iniciativas de cunho religioso como a missão Cena. No campo da oferta de políticas, além da polícia, estávamos sozinhos**”. (Calil, 2015: 48 – grifos meus).

<sup>40</sup> Disponível em: “Cracolândia resiste, agora em novo endereço”, Folha de S. Paulo, 07/04/2005.

secretarial, o policial, o social e a saúde. Além disso, as desapropriações continuaram e quarteirões inteiros foram demolidos, chegando a ser chamada até de “Nova Luz Legal”<sup>41</sup>. Segundo constava no site da Polícia Militar do Estado de São Paulo, as fases da Operação Centro Legal (como é chamada pela PM) seriam:



Foram criados novos equipamentos estatais de acolhimento, tal como a AMA-Boracea, a AMA-Centro e a Tenda Mauá, no âmbito municipal, e o CRATOD (Centro de Referência Álcool Tabaco e Outras Drogas) no âmbito estadual, responsável pela oferta de internação em Comunidades Terapêuticas (CTs). Também foram realizados cursos curtos de capacitação de agentes do Programa Saúde da Família (PSF), os quais passaram a atuar na região nesse período<sup>42</sup>. Além disso, no final de 2011, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) anunciou a construção de um novo aparelho socioassistencial, o chamado Complexo Prates, cuja inauguração estava prevista para o começo de 2012 e, de fato, foi realizada em março deste mesmo ano. Nota-se que uma rede de serviços voltados ao cuidado da população da Cracolândia, em sua maior parte em situação de rua, parecia estar aos poucos se fortalecendo<sup>43</sup>.

No dia 3 de janeiro de 2012, os principais jornais nacionais e paulistas noticiavam a realização novamente de uma grande operação policial (com um

<sup>41</sup>Ver: “Dois meses após início da Operação Centro Legal PM tira usuários de crack de área nobre da Luz”, IG, 03/03/2012.

<sup>42</sup>“O Programa de Saúde da Família é a estratégia definida pelo Ministério de Saúde (MS) para oferecer uma atenção básica mais resolutiva e humanizada no país. A Atenção básica é um conjunto de ações de saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É a porta de entrada do sistema de saúde e se articula com os outros níveis de atenção. O Programa Saúde da Família é operacionalizado mediante equipes compostas por um médico, um enfermeiro, dois auxiliares de enfermagem e seis agentes comunitários de saúde (ACS), baseados em uma unidade básica de saúde (UBS)”, disponível em: <http://www.saudedafamilia.org/projetos/psf/psf.htm>, último acesso às 14h53, 09/11/2016.

<sup>43</sup> Ver: Calil (2015).

contingente policial ainda maior que o das anteriores) na região da chamada Cracolândia, situada no bairro de Campos Elíseos. Segundo reportagem da Folha de São Paulo, “PM diz que vai desmontar o tráfico na cracolândia em um mês”. Novamente com a promessa de “acabar com a Cracolândia” através de uma estratégia militar de combate ao tráfico, teve início mais uma intervenção policial na região, a chamada Operação Sufoco, a qual ficou mesmo conhecida como “Dor e Sofrimento”<sup>44</sup>. Apenas nos dois primeiros dias da Operação Sufoco, 196 pessoas foram presas segundo dados do Departamento de Narcóticos da Polícia Civil de São Paulo (Denarc). Sendo que um terço desse total alegou estar em situação de rua. Em uma semana de ação policial os números indicavam cerca de 250 pessoas presas e quase 200 internações.

Os números são reveladores do enfoque da intervenção militar na criminalização e repressão a pequenos vendedores de drogas, ao que parece ignorando a fácil substituição dos mesmos no interior do mercado da droga na região. A aposta no combate militarizado ao pequeno tráfico tem sido, há mais de uma década, a principal estratégia policial e não tem surtido efeito no que tange ao impedimento da chegada da droga no local. E essa constatação, como atenta Fiore, é:

*“uma perspectiva que já é clara para a maior parte dos agentes envolvidos no cotidiano da guerra às drogas, que nunca vislumbram uma vitória definitiva. É uma guerra na qual se costuma comemorar ‘vitórias’ parciais, como a prisão de traficantes e a apreensão de drogas, que seriam capazes de retirar das ruas o ‘veneno’ que o inimigo, cada vez mais perigoso, distribui. Ignorando que há a substituição permanente de função e que apenas uma pequena parte do que circula no mercado é apreendida, a polícia exalta mais os procedimentos do que os resultados práticos: os preços da cocaína e de sua versão tragável, o crack, tem permanecido praticamente estáveis em São Paulo há quase duas décadas” (FIORE, 2012: 15, grifos meus).*

A bibliografia específica tem chamado atenção para ocorrência da Operação Sufoco como ponto de virada importante para a reconfiguração da dinâmica local (Rui, 2016; Canônico, 2015 ; Calil, 2015 ; Magalhães, 2015; Mattar, 2016; Marcondes, 2016). O insucesso e a ineficiência foram grandes marcas de tal intervenção militar, tanto do ponto de vista prático, haja visto que apesar da promessa da polícia, a rede de

---

<sup>44</sup>Como bem notou Taniele Rui (2012a), o próprio nome já demarca seu viés repressivo e violento: “O nome não poderia ser mais revelador. Com uma breve busca no dicionário, vê-se que os sinônimos para sufocar são: dificultar a respiração, reprimir, causar profunda impressão, impedir de manifestar-se, provocar mal estar físico e emocional, matar por asfixia” (RUI, 2012:15).

tráfico local não foi desmantelada e se rearticulou rapidamente após o término da operação, quanto do ponto de vista político, o excesso de violência e do número de prisões renderam grandes custos políticos ao Governo do Estado frente a movimentos e coletivos locais, além de denúncias em instituições internacionais de direitos humanos e uma Ação Civil Pública (ACP) movida pelo Ministério Público de São Paulo contra o Governo do Estado de São Paulo<sup>45</sup>. Devido ao seu viés fortemente bélico a Operação Sufoco foi acusada de ter caráter higienista por diversos médicos, agentes de saúde, religiosos, parlamentares, usuários de crack, jornalistas e movimentos sociais, rendendo ainda denúncias aos organismos e fóruns internacionais de direitos humanos<sup>46</sup>.

Em contraposição à intervenção militarizada policial, defensores e promotores públicos se mobilizaram em torno do que se passava na região, fazendo emergir a multiplicidade de agentes e posições em disputa no interior do aparelho estatal manifesta, neste caso, no impasse em torno das ações da polícia. Segundo a defensora pública Daniela Skromov, que acompanhou de perto a operação: “*Colocamos o pé na crackolândia um dia depois e vimos um cenário de guerra*” (grifos meus). Ela ainda complementa que “*ali ficou muito claro que não existe guerra às drogas sem guerra às pessoas e aos direitos humanos*”<sup>47</sup>.

O texto da ACP traz dados das quantidades de drogas apreendidas para argumentar sobre a ineficiência da Operação dado que, segundo os dados do DENARC, em 2011, teriam sido apreendidas 23.033,27 gramas de crack e de cocaína, já em 2012, foram apreendidas 19.284,6 gramas, ou seja, uma apreensão 16,27% menor. Assim, afirma-se que: “O certo é que os traficantes de alguma importância na rede de distribuição não estavam e possivelmente nunca estiveram na Cracolândia. Atuavam fora e montaram eficiente logística que pulverizava a distribuição, nas ruas, nas mãos de pequenos varejistas ou de usuários que vendiam minúsculas quantidades para satisfazer o próprio vício” (Ação Civil Pública, p.56).

---

<sup>45</sup>Para uma análise mais detida sobre esta Ação Civil Pública e o campo do ativismo jurídico na Cracolândia, ver Magalhães (2015).

<sup>46</sup> Segundo o depoimento de Camila Pereira de Alencar e Thiago Godoi Calil da Costa, da ONG É de Lei: “no dia 11 de janeiro de 2012, integrantes da equipe da ONG presenciaram os policiais jogando os cavalos sobre os usuários; seguiu-se uma agressiva abordagem policial, com revistas e xingamentos. Os usuários referiram que os integrantes da ONG viveram, por conta dessa experiência, segundo o seu entendimento, 30 minutos daquilo que eles vivenciavam 24 horas. Eles reclamavam muito que não conseguiam dormir nem comer. Eles diziam que não conseguiam permanecer parados em nenhum local, eram obrigados a andar continuamente, sem destino” (ACP, p.47).

<sup>47</sup> Ver: “SP: movimentos pedem fim da guerra às drogas e respeito aos direitos humanos”, Coletivo DAR, disponível em: <http://coletivodar.org/2012/11/sp-movimentos-pedem-fim-da-guerra-as-drogas-e-respeito-aos-direitos-humanos/>, último acesso 11:41, 15/08/2014.

Dada a inexistência de parâmetros quantitativos na Lei nº 11.343 de 2006, é a partir do poder de tirocínio do policial que se passa a determinar quem é usuário e quem é traficante (Canônico, 2015), ou seja, a partir de elementos estéticos, econômicos e sociais tais como o contexto onde foi realizada a abordagem, a cor de pele do suspeito, a classe social, as marcas corporais, a idade e eventuais passagens pelo sistema prisional, que se tornam aspectos centrais, em detrimento de grandes processos investigativos, na definição das fronteiras tênues entre usuário e traficante. Tendo isso em vista, torna-se plausível a afirmação do Coronel Pedro Borges, transcrita abaixo:

*“a operação tinha como objetivo inicial e imediato prender os traficantes. Eles são identificados pelo comportamento e pelos trajés. O policial sabe distinguir usuário do traficante. (...) Não foi feita a identificação prévia dos traficantes. Também não se sabia o caminho percorrido pela droga, uma vez que se trata de tarefas da Polícia Civil. Agência Regional é o P2 subordinado ao depoente. O P2 apenas observa o local e aciona o policiamento ostensivo. Não havia trocas de informações entre a Polícia Civil e a Polícia Militar”. (Coronel Pedro Borges, Ação Civil Pública, p. 57 – grifos meus)*

Para além da difícil tarefa de classificação exata entre usuários e traficantes em tal contexto, como a bibliografia tem mostrado, convém ressaltar que a estratégia paulista de combate ao tráfico centrada no encarceramento em massa de pequenos traficantes, a saber negros, pobres e periféricos, longe de significar o desfalecimento de organizações e coletivos criminais, ao contrário, contribuiu para o fortalecimento e a hegemonia de uma facção em São Paulo (Feltran, 2012)<sup>48</sup>. Combinado com o combate ao tráfico, um dos objetivos alegados pelo governo do Estado e pela Prefeitura, até então sob gestão de Gilberto Kassab (PSDB), foi que a produção de “dor e sofrimento” seria uma estratégia para que as pessoas que circulam e vivem pela região, percebidas todas como “dependentes” de crack, buscassem tratamento. Convém ressaltar que não

---

<sup>48</sup>A expansão do sistema carcerário, nos anos 2000, ao contrário de combater o chamado “crime organizado”, foi acompanhada pela expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC) por todo o estado (Feltran, 2011, 2012) ; Biondi, 2010; Hirata, 2010). Neste sentido, convém enfatizar que: “(...) la presencia de psicoativos constituye parte de la historia de las sociedades humanas, fue solamente a principios del siglo XX cuando la temática de la producción, venta y consumo de algunas sustancias psicoactivas pasó a encararse como un problema susceptible de ser controlado por leyes represivas, tratados internacionales y regulación general de hábitos y costumbres. Desde entonces, el prohibicionismo se ha convertido en la base de un régimen internacional de control de drogas que ha amparado políticas nacionales afinadas con el objetivo de eliminar estas prácticas sociales. **Las décadas de represión, sin embargo, no condujeron al prohibicionismo a su victoria final. Al contrario, la economía ilícita de las drogas creció, así como el número de organizaciones ilegales dedicadas a su producción y comercio.**” (Rodrigues y Labate, 2015: 29 – grifos meus)

foram abertos novos espaços públicos para realizar o recebimento e o acolhimento dessa demanda por tratamento. Além disso, na Ação Civil Pública, a Polícia Militar foi acusada de ter agido de maneira arbitrária e isolada, sem recorrer ou ao menos avisar a rede de saúde e de assistência, as quais a princípio estavam incluídas na proposta da Ação Centro Legal. Políticas de caráter repressivo marcam a história urbana da Cracolândia tanto a violência das grandes operações super midiaticizadas quanto os conflitos cotidianos com a polícia. Essas grandes operações induzem os usuários de crack à errância e à busca desesperada de refúgio momentâneo nos serviços de atenção e cuidado. Além disso, tornam notória a capacidade da PM de São Paulo em agir autonomamente, à despeito das supostas tentativas de criação de políticas integradas entre diversas secretarias, as quais, por sua vez, não possuem a mesma força (política e bélica) que a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo.

### *Internação compulsória*

Um ano após o insucesso e a polêmica em torno da Operação Sufoco, o Governador Geraldo Alckmin anunciou uma mudança, ao menos parcial, de estratégia. Em janeiro de 2013, o Governo do Estado, em parceria com o Ministério Público, o Tribunal de Justiça e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), criou no interior do Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas (CRATOD), localizado no centro da capital, um plantão judiciário com o intuito de acelerar os procedimentos legais necessários para a internação à força de usuários de drogas, sobretudo, de crack<sup>49</sup>. Viabilizou-se que em um mesmo local fossem produzidos os laudos psiquiátricos e as medidas judiciais necessárias para a internação compulsória e involuntária desse segmento da população.

Vale lembrar que a medida foi anunciada pelo governo paulista após operações contra o crack terem sido realizadas no Rio de Janeiro, no fim de 2012, pela Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) em atuação conjunta com a polícia militar, tendo em vista a internação compulsória de usuários de crack, principalmente na região do Parque União, na Ilha do Governador<sup>50</sup>. Fato que contribuiu para uma maior

---

<sup>49</sup> Ver: “Governo paulista adota internação compulsória de usuários de crack”, último acesso 04/04/2016, às 19h28, disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/governo-paulista-adota-internacao-compulsoria-de-usuarios-de-crack-7191565>.

<sup>50</sup> Ver: “Internação compulsória de viciados em crack no Rio gera polêmica”, G1, 23/10/2012. No começo de 2013, mais ações protagonizadas por agentes da assistência social juntamente com policiais militares do batalhão de choque e integrantes do Bope, além da polícia civil, foram realizadas na região.

publicização do debate acerca da internação compulsória. De acordo com a medida paulista, cabe ao juiz, mediante um atestado médico, decidir a respeito da necessidade ou não de internação. Dessa vez, entretanto, houve uma nítida tentativa do governo de São Paulo em desassociar as ações da polícia militar com a nova medida, cuja justificação é pautada pelo deslocamento do crack como uma questão de segurança pública para uma questão de saúde pública. Nesse sentido, a fala da então secretária estadual da Justiça, Eloisa Arruda, é bastante ilustrativa dessa tentativa no período:

*"Não haverá participação da Polícia Militar para recolher as pessoas em estado de drogadição. Se a pessoa estiver jogada na rua convulsionando será chamada a ambulância do Samu ou do Cratod. A pessoa será levada para um pronto-socorro. Depois de medicada pode ser que o médico entenda necessária a internação. O médico encaminhará o caso para o Cratod onde haverá psiquiatras e outros agentes de saúde que emitirão parecer que será então submetido ao Ministério Público e aos advogados para depois vir a decisão judicial. A polícia não participará desse processo" (grifos meus).<sup>51</sup>*

O argumento do governo do estado de São Paulo associava sua nova política de internação involuntária e compulsória à saúde, à proteção e ao cuidado. A fala de Geraldo Alckmin, *"O que se deseja é dar a mão para essas pessoas, ajudar as famílias e salvar vidas"*, evidencia tal tentativa de mudar a imagem do governo frente ao insucesso de suas ações repressivas voltadas para essa população. Mais do que isso, o governo buscou afastar do debate público a atuação da polícia e resituar a questão da Cracolândia como um problema que diria respeito aos especialistas da saúde e da medicina. *"A dependência química é doença, como é apendicite, como é pneumonia, precisa de tratamento. Você tem casos que trata uma doença no consultório, ambolatoriamente, e tem casos que você tem que internar, para isso tem o hospital"*, afirmou o Governador Geraldo Alckmin em janeiro de 2013.

Foi nesse contexto, de *boom* do debate em torno das internações à força, que o Governo do Estado de São Paulo criou o Programa Recomeço. Segundo o psiquiatra e coordenador do programa de tratamento estadual, Ronaldo Laranjeira, *a dependência química é uma doença crônica e "a internação compulsória é estigmatizada.*

---

Ver também: "Prefeitura do Rio inicia internação forçada de adultos viciados em crack", Estadão, 19/02/2013.

<sup>51</sup> Ver: "Alckmin defende a internação compulsória de viciados", Veja, 21/01/2013.

*Tecnicamente, contudo, garante bons resultados e é uma das maneiras mais efetivas de lidar com a dependência*<sup>52</sup>. Ademais, defende que:

*“A idéia [do Programa Recomeço] é iniciar um modelo social de recuperação. As comunidades terapêuticas são unidades mais abertas que os hospitais, nas quais o dependente vai reconstruir a vida dentro de uma estrutura social nova. É como se fosse uma família substituta”*<sup>53</sup>.

Tendo em vista essa perspectiva médica específica no trato da questão que foram instalados os equipamentos do Programa Estadual na Cracolândia, a saber um hospital ainda inacabado e uma Tenda da equipe dos Conselheiros de Rua, responsáveis pela abordagem e pela criação de vínculos com o público alvo, ambos localizados na Rua Helvétia. Seus princípios de atuação e diretrizes normativas serão melhor abordados no terceiro tópico.

Agora, convém chamar atenção para o que nos alerta Maurício Fiore (2007: 72), em sua pesquisa sobre as controvérsias médicas e o debate público em torno do consumo de “drogas”<sup>54</sup>:

*“Uma das fontes de legitimidade da medicina como um discurso autorizado a se posicionar sobre o uso de “drogas” é a associação dessa ação com a idéia de doença ou patologia. (...) no interior da medicina essa associação é problemática, não havendo um consenso. Por um lado, qualquer uso de “drogas” é visto como patológico em si, e, por outro, apenas o caso do indivíduo que se torna dependente pode ser entendido como patológico. (...) O entendimento dos médicos do que é ou não patológico só varia de acordo com cada substância, com cada indivíduo, como também de acordo com a distância que separa um “simples” consumo da dependência, classificada e nomeada de diversas formas”*.

Tendo em vista que essas classificações médicas são repletas de controvérsias e ambiguidades, o autor enfatiza que a determinação de um uso patológico leva em conta aspectos legais e sociais, de modo que a definição entre normal ou patológico está diretamente associada com a reprovação social do uso de drogas. Para além de aspectos

---

<sup>52</sup>Ver: “UTI do crack aposta em internação à força”, Estadão, último acesso 04/04/2016, às 20h. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,uti-do-crack-aposta-em-internacao-a-forca-imp-,1016262>.

<sup>53</sup>Ver: “SP muda tática contra drogas e amplia comunidades terapêuticas”, Estadão, último acesso 04/04/2016, às 19h55. Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-muda-tatica-contra-drogas-e-amplia-comunidades-terapeuticas-imp-,1104341>

<sup>54</sup>Fiore (2007) opta por utilizar o termo “drogas” entre outras coisas como artifício para sempre atentar para a ambivalência, polissemia e disputas em torno do termo, o qual é, em grande medida, naturalizado como referência a determinadas substâncias ilícitas, porém também se caracteriza por englobar substâncias legalmente permitidas, tal como o álcool, o tabaco ou até mesmo remédios, café ou açúcar.

biológicos, degeneração física, condutas imorais e desrespeito às regras de conduta social são algumas variáveis que também perpassam a criação de categorias médicas.

Se não há consenso no campo médico entre os limites de determinação de um *uso normal* e a *dependência*, tampouco há sobre a eficácia da internação como tratamento, sendo o confinamento forçado ainda mais debatido entre profissionais da saúde, políticos, movimentos sociais e agentes religiosos. À época de emergência desse debate, ainda em janeiro de 2013, o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão, médico sanitarista com mais de 35 anos de atuação na área, se posicionou afirmando que: *“A questão central é política. Não se pode ter um olhar sobre as drogas ilegais que seja um olhar higienista, de retirar o problema da minha visão, ou de ter um olhar policial. Tem que partir de um olhar social”* e complementou que é preciso *“garantir os direitos individuais, sem escambar para o autoritarismo e para a repressão”*. De acordo com ele, a medida do Governo Estadual *“corre o risco de se transformar em higienista, desrespeitando os direitos individuais”*<sup>55</sup>.

Para outro médico e militante que atua na região, Dartiu Xavier, não se trata de uma indicação médica, mas de uma política discriminatória por pregar a contenção de determinada população:

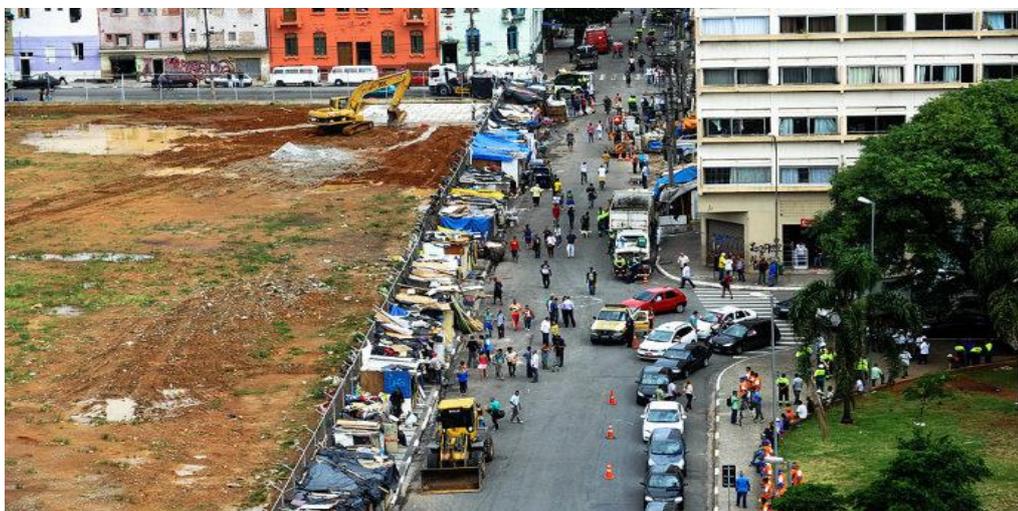
*“Agora, se o Estado se autoriza a propor internações involuntárias e compulsórias a essas populações de rua, parece-me uma medida política, midiática e higienista. Se o mote fosse realmente o cuidado do crack – e se a melhor abordagem fosse a internação involuntária/compulsória -, penso que, por uma questão de coerência, isso deveria ser estendido à Avenida Paulista, aos bairros mais nobres da cidade. Por que só na cracolândia? Porque incomoda muito ver as pessoas se drogando na rua. Se a indicação fosse médica, você também pegaria involuntariamente os mais favorecidos. O que incomoda é a visibilidade – não só da droga, mas dessas pessoas”* (Dartiu Xavier, janeiro de 2013)

Frente a esse impasse, a gestão da Prefeitura Municipal de Fernando Haddad (PT) se manifestou contrária à medida e se empenhou, através de parceria com o Governo Federal através do Programa Crack, é possível vencer, na criação de uma política alternativa de enfrentamento ao crack. Já em 2013, o Prefeito Fernando Haddad anunciava *“Há um desejo da União de se fazer presente. Podemos melhorar muito o programa Crack, é possível vencer”*. Juntamente, o Secretário Municipal de Direitos Humanos, Rogério Sotilli, entoava: *“Sou contra o uso da força. E a orientação*

<sup>55</sup>Ver: “Ex Ministro da Saúde critica internação compulsória”, Valor, 21/01/2013.

*compulsória é uso da força. Vamos trabalhar em outra perspectiva, no sentido de valorizar e construir outros caminhos necessários para que essas pessoas saiam do crack, e não com o uso da força.*” Estavam dadas as condições histórico-políticas de gestação de um novo programa de intervenção estatal na Cracolândia paulistana.

Em janeiro de 2014, exatamente dois anos após a Operação Sufoco desenrolada pela Polícia Militar juntamente com o Governo do Estado, a Prefeitura anuncia a então nomeada Operação Braços Abertos, cujo diagrama de ação não está delimitado pelo paradigma da guerra<sup>56</sup>. Essa Operação, que logo se tornaria um Programa, teve início com a remoção negociada e pacífica de cerca de 200 barracos que conformavam a “Favelinha” da Cracolândia, fixada na calçada do terreno baldio da antiga rodoviária<sup>57</sup>.



(Fonte da Imagem: Veja - “Favelinha da Cracô, 15/01/2014”<sup>58</sup>)

<sup>56</sup> Ver: “Contra Cracolândia, Haddad dá casa, comida e emprego a usuário de droga”, Estadão, último acesso 12/04/2016, às 17h31, disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,contra-cracolandia-haddad-da-casa-comida-e-emprego-a-usuario-de-droga-imp-,1118556> .

<sup>57</sup> Segundo reportagem da Folha de São Paulo, a conformação da “Favelinha” se deu, sobretudo devido às desapropriações e demolições realizadas para a execução do Projeto Nova Luz. Anunciado em 2008, como proposta para “revitalizar” a Cracolândia, o projeto já rendeu um gasto de R\$170 milhões de reais com esta fase inicial. O plano foi engavetado pela gestão de Fernando Haddad. Ver: “‘Favelinha’ surge em calçada na cracolândia, no centro de SP”, Folha de SP, último acesso 12/04/2016, às 17h46, disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/12/1380499-favelinha-surge-em-calcada-na-cracolandia-no-centro-de-sp.shtml> . Ver também: “Surge nova ‘favelinha’ na Cracolândia”, Estadão, último acesso 12/04/2016, às 17h52.

<sup>58</sup> Fonte: “Prefeitura começa a desmontar favela na Cracolândia, 15/01/2014, último acesso 11/07/2016 às 13h52, disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/prefeitura-comeca-desmontar-favela-na-cracolandia> .



(Alameda Dino Bueno, após a retirada das barracas no entorno do terreno da antiga rodoviária)

Em regime de urgência, a Prefeitura lança a sua proposta intersetorial em parceria e em consonância com a adesão do município ao Programa Crack, é possível vencer do Governo Federal. Segundo Myres Cavalcanti, a implantação do Programa De Braços Abertos (DBA) foi realizada a partir do Grupo Executivo Municipal (GEM), coordenado pela Secretaria de Saúde e composto por mais outras 13 Secretarias Municipais e três Estaduais<sup>59</sup>, cuja proposta “*era garantir intervenções e uma política de garantia de direitos diferente do que vinha sendo realizada nos anos anteriores, onde ações policiais eram constantes*”. As ações do Programa são coordenadas por um Comitê Gestor composto pelas seguintes Secretarias Municipais: do Governo Municipal, da Saúde, de Assistência e Desenvolvimento Social, de Segurança Urbana, do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo, de Direitos Humanos e Cidadania e de Habitação. Com essas novas disputas políticas, ocorreu um *boom* na quantidade de funcionários estatais e do terceiro setor que trabalham na territorialidade da Cracolândia. Agentes de saúde, enfermeiros, assistentes e técnicos sociais, mas também agentes da ordem, guardas civis e membros do IOPE (Inspetoria Regional de Operações Especiais) se multiplicaram na região.

<sup>59</sup>Secretaria Municipal de Saúde, Sec. Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, Sec. Municipal de Segurança Urbana, Sec. Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, Sec. Municipal de Educação, Sec. Municipal da Cultura, Sec. Municipal da Habitação, Sec. Municipal do Trabalho, Sec. Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, Sec. Municipal de Desenvolvimento Urbano, Sec. Municipal de Serviços, Sec. Municipal de Políticas para as Mulheres e Sec. Municipal de Coordenação de Subprefeituras; Secretaria Estadual da Saúde, Secretaria Estadual de Segurança Pública e Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania.

## A trama institucional

Os tópicos anteriores buscaram mapear e analisar os dilemas e marcos históricos que possibilitaram a reconfiguração e o nascimento de novas políticas e programas sociais voltados, especificamente, para o “problema” da Cracolândia. Por isso, percorremos pelos debates em torno da revitalização urbana da área e suas interfaces com a ocorrência de grandes operações policiais, além das disputas entre políticas repressivas e de saúde voltadas para os usuários de crack em situação de rua. Esses são os pontos e elementos que nos parecem fundamentais para a compreensão do contexto dado no momento de realização da presente pesquisa. Compreender essas disputas e discussões postas no debate público nos possibilita entender o surgimento de novas estratégias para lidar com a questão e a formação de uma trama institucional voltada para a gestão do fenômeno analisado. Convém esclarecer que, para os limites da presente pesquisa, não se trata de mapear todas as instituições, serviços públicos e entidades localizadas no centro de São Paulo que de alguma forma lidam com o público freqüentador da Cracolândia. Não é disso que se trata. Mapear todos os circuitos institucionais pelos quais circulam os usuários de crack seria inviável para o escopo da presente pesquisa, uma vez que a trama institucional pela qual circulam os usuários é muito mais ampla do que o recorte territorial desta etnografia e inclui albergues, Comunidades Terapêuticas, cadeias, hospitais psiquiátricos, postos de saúde, igrejas, Núcleos de Medida Sócio-Educativa, entidades filantrópicas, ONGs dos mais variados tipos espalhadas pelo centro de São Paulo e pelo interior do Estado. O escopo da presente pesquisa não pretende abarcar todos esses ambientes institucionais, mas apenas os projetos criados (de maneira exclusiva, ao menos, inicialmente) para o “problema” da Cracolândia paulistana e que passaram a compor diretamente o cotidiano da cena urbana analisada. Neste caso, o enfoque estará em três programas de tratamento distintos, a saber, o Programa Cracolândia, o Programa Municipal De Braços Abertos e o Programa Estadual Recomeço.

### *Programa Batista Cracolândia*

*“Não podemos ficar parados diante do que vemos e vivemos no contexto social e político de nosso país. A perplexidade do cenário que se desdobra diante de nossos olhos faz-nos refletir sobre nossas ações e nossa responsabilidade, não somente social, mas também espiritual, considerando que **somos agentes de Deus**, com uma tarefa bem definida por nosso Senhor Jesus Cristo: a de proclamar as Boas-Novas, de*

*maneira integral, a todas as pessoas. **O Brasil tem vivido os horrores decorrentes do consumo indevido de drogas e suas conseqüências.** Os danos social, familiar, eclesial e todos os seus desdobramentos, nos fazem tremer em compaixão quando vislumbramos estarecidos **o número de vidas aprisionadas a esse terrível mal.** São lares desfeitos, adolescentes e jovens envolvidos com toda sorte de violências e distantes cada vez mais de Deus e de sua verdade. É um grandioso desafio e precisamos dar as respostas com ações precisas e imediatas, **combatendo o reino das trevas para apresentar a essas vidas o poder transformador de Cristo Jesus**” (Manual Operacional Cristolândia, 2012: 9 – grifos meus).*

[“e conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará João 8:32]

Com uma perspectiva de transformação de vidas e cenários urbanos, a Missão Batista Cristolândia surge em São Paulo, no ano de 2009, devido à “necessidade de combater a epidemia que vem se alastrando em nosso país, destruindo vidas e famílias, e aumentando a criminalidade e a violência nos grandes centros urbanos” (Manual Operacional Cristolândia, 2012: 11). “*Transformar a cracolândia em Cristolândia*”; é assim que a equipe de missionários batistas define o grande desafio da sua intervenção em cenas urbanas de uso de crack em diversas capitais do país. Nesta perspectiva, a Cracolândia, ou as Cracolândias consistem lugares de vidas que precisam ser salvas e de territórios que precisam ser evangelizados e convertidos. Essas territorialidades, apesar de suas especificidades, são englobadas por uma percepção que as situa no limiar entre a vida e a morte; um lugar sombrio e de trevas. Isso porque, segundo meus interlocutores batistas, a Cracolândia consiste em um lugar privilegiado para a ação do Inimigo, haja vista as práticas que atravessam o cotidiano da região, tal como o uso e a venda de drogas, a violência, os roubos, os desvios sexuais. A região é, então, pensada como dominada pela gestão do diabo.

Tendo isso em vista, o Pr. Humberto (coordenador da sede da Missão Cristolândia em São Paulo), expôs no Manual Operacional, a expectativa da participação de “*todos os batistas brasileiros para, juntamente com a minha família Cristolândia, invadir o inferno, saquear o território do inimigo e gritar em voz alta que Jesus Cristo é o Senhor para a glória de Deus*” (Manual Operacional Cristolândia, 2012: 10, grifos meus). Como se nota, produzir uma simbiose entre a substância (crack),

o território e os corpos de usuários, demonizar as ruas e práticas da Cracolândia e santificar os espaços e atividades da Missão são mecanismos centrais na política de drogas salvacionista empreendida pelos batistas. A Cracolândia paulistana é compreendida, nesta perspectiva, como um lugar de pobreza material e espiritual; zona urbana onde abundam perversidades morais; local de violência, doença e depravação:

*“A cracolândia paulista, também conhecida como boca do lixo, é um local onde pessoas de todas as partes do Brasil e do mundo tem livre acesso ao crack e a todos os outros tipos de droga, vendidos a céu aberto, 24 horas por dia nas ruas do centro velho da cidade. Juntamente com a droga, imperam a prostituição, o homossexualismo, intenso tráfico, comércio ilegal, violência, latrocínio, crianças em vulnerabilidade social, prostituição infantil, mulheres grávidas usuárias e pessoas expostas a todo tipo de doenças” (Manual Operacional Cracolândia, 2012: 11)*

Essa perspectiva parece ir na mesma direção da idéia de “região moral” defendida por Robert Park como uma zona de “perdição e vício das grandes cidades” (Park, 1979), a qual é muito elucidativa da cosmovisão batista. Mais do que isso, esse território urbano é apreendido tal como um inferno na terra, um território do diabo<sup>60</sup> portanto, local de maior presença do mal diabólico e onde os missionários precisam intervir para conter os avanços das forças malignas, salvar almas e transformar vidas. Pauta-se a evangelização do território e a conversão religiosa de sua população como única fonte de salvação e libertação das drogas. De acordo com Thamyris, missionária da Junta de Missões Nacionais (JMN)<sup>61</sup>:

*“Do mesmo jeito que a gente acredita que no mundo espiritual há anjos, Deus e tudo de bom; há também o mal. (...) Ali [na Cracolândia] é o foco [do mal] ! Não tem noção! Deborah, a gente olhar aquele povo ali é inexplicável. Aquilo é inexplicável! Não tem como você não acreditar que não existe o mal ali. (Entrevista, maio de 2015 – grifos meus)*

A fala de Thamyris vai de encontro ao que ressalta Birman (2009: 171), que “há fronteiras que estabelecem clivagens significativas entre certos espaços, que são mais ou menos sujeitos à ação de forças demoníacas”, ou seja, “há lugares na terra considerados mais ou menos malignos, mais ou menos sujeitos à presença diabólica (idem, p. 172).

<sup>60</sup>Esse aspecto da percepção batista está melhor descrito e analisado em Fromm (2016).

<sup>61</sup> Agência missionária de Convenção Batista Brasileira (CBB) responsável pelas missões batistas de evangelização em território nacional. Ver: <http://www.missoesnacionais.com.br/> .

Por sua vez, a fala de outra missionária da Cristolândia, Cíntia, durante um evento de evangelização, chamado TRANSCracolândia<sup>62</sup>, explicita a agência do diabo, a guerra em questão e a disputa por almas e territórios:

*“Não é o que podemos ver, o material, o carnal, mas a guerra está sendo travada espiritualmente. Vocês acham que o diabo está satisfeito em perder as almas dos meninos da Cristolândia ou da rua? Aqui é o território do diabo e nós que viemos de fora para transformá-lo. Por isso, temos que tomar muito cuidado, andar sempre junto, porque às vezes você está conversando com alguém que parece inofensivo, mas que o diabo pode agir por ele”.* (Diário de campo, abril 2012)

Cecília Mariz (1997: 34) atenta que “a teologia da ‘guerra’ ou ‘batalha espiritual’ advoga que evangelizar – pregar a mensagem cristã – é lutar contra o demônio, que estaria presente em qualquer mal que se faz, em qualquer mal que se sofre e, ainda, na prática de religiões não cristãs”. Mais do que isso, a equipe de missionários se sente parte de um exército, o “exército de Deus”, no qual escolheram fazer parte, ou melhor, receberam um “chamado” de Deus para trabalharem na obra.

Inferno, Cracolândia, terra do crack, território do Diabo e Cristolândia são algumas das expressões utilizadas pelos meus interlocutores batistas para se referir à zona em questão. Essas metáforas fornecem muitos elementos para a compreensão do conflito local. Empenhadas na “transformação”, sobretudo moral, da região, as metáforas evangélicas nos remetem para a presença de seres além do humano, a saber Deus e o diabo. Estes, nesta perspectiva, se fazem presentes na batalha espiritual travada cotidianamente no local, a qual é central para a compreensão da interpretação evangélica sobre a “questão das drogas”.

Nesta temática, em especial, os batistas brasileiros reivindicam para si a função de sanar tal “problema social”, haja vista a ineficiência estatal em lidar com uma mazela social, cujas causas são, sobretudo, espirituais. Nesta perspectiva, o consumo abusivo de

---

<sup>62</sup>Em 2012, no Rio de Janeiro e em São Paulo, foi realizada a chamada TRANSCracolândia. O prefixo “-trans” representa “Jesus Transforma”. Em 2012, acompanhei os trabalhos dessa mobilização missionária, organizada pela JMN, que atraiu voluntários de igrejas batistas de todo o Brasil para atuar no centro de São Paulo. Foram divididas equipes que se distribuíram em tendas em quinze pontos para a evangelização de transeuntes, mas, sobretudo, moradores de rua e usuários de drogas, oferecendo cortes de cabelo e internação, além de distribuir panfletos e bíblias. Durante as reuniões da equipe da qual fiz parte, foi muito enfatizado a guerra espiritual travada entre o diabo e os filhos de Deus, assim como as orações destinadas ao território da região.

drogas está inscrito na guerra espiritual e o impasse em torno do “problema Cracolândia” recebe outros contornos e requer outras medidas que fogem à alçada da polícia, mas também não podem se resumir a intervenções sócio-assistenciais. Nesta perspectiva, a transformação do território só pode ser alcançada mediante a transformação individual de cada alma e de cada vida, a qual é alcançada e desejada a partir da conversão religiosa e do abandono dos vícios morais, entre eles o uso de drogas ilícitas, mas também lícitas, tal como o álcool e o cigarro, mas também a prostituição, a homossexualidade, o tráfico, entre outros.

Além de uma visão religiosa que demoniza o consumo de drogas e a própria substância em si como fruto maligno da agência do diabo, o programa de tratamento batista compartilha de uma abordagem evolucionista do consumo de drogas que pauta como quase inexorável o processo da pessoa até então “usuária” se tornar um “dependente químico”, de acordo com as próprias classificações do programa<sup>63</sup>. Nesse enquadramento da questão, o consumo de drogas é uma prática intolerável, sobretudo se combinado com determinadas características sociais (tal como a vida nas ruas) e com determinadas condutas (i)morais (tal como a prostituição, o tráfico, o roubo). Tendo isso em vista, no contexto da Cracolândia paulistana é pressuposto da equipe que senão todos, a grande maioria dos que freqüentam o espaço batista para ter acesso aos serviços de assistência (café da manhã, almoço, banho, roupas novas, cultos e aconselhamentos espirituais) e, eventualmente, à rede de internação em Centros de Formação Cristã (CFCs), são “dependentes químicos” e precisam se afastar daquele espaço para alcançar a abstinência total (de crack, mas também de outras drogas, tal como o tabaco e o álcool, e de sexo).

Além disso, é difundida uma interpretação religiosa da “questão do crack” contemporânea com a epidemia de lepra narrada na história bíblica. Nesse sentido,

---

<sup>63</sup> “A partir do diagnóstico realizado nos atendimentos, duas categorias são definidas: se a pessoa é um usuário experimentador ou um dependente químico: Usuário é aquele que usa drogas esporadicamente (trabalha e tem família), mas se refugia nas drogas. **Usa socialmente. Está em processo progressivo de se tornar um dependente químico.** O usuário não precisa necessariamente ir para uma Comunidade Terapêutica. É necessário realizar um trabalho paralelo com a família. Dependente químico é aquele que perdeu completamente a noção de tudo, já abandonou ou perdeu a família, perdeu escola, já se entregou, perdeu o amor por si próprio (**não toma banho, mora na rua e perdeu completamente os valores e a perspectiva de viver**). É capaz de roubar a própria família. Somente quando está em um local para internação é que o dependente químico começa a rever os valores. Neste local, o dependente químico tem crise de abstinência e começa o processo de tentar resgatar os vínculos com a família e a sociedade.” (Manual Operacional Ministério Cracolândia, p. 21)

além de maligno o consumo de crack e a inexorável dependência se configurariam como doença contagiosa. Mas, além da percepção de contágio, convém chamar atenção que há um apelo estético de aproximação entre o estigmatizado “nóia” e o leproso. A lepra é uma doença infecciosa conhecida por gerar graves lesões na pele e danos aos nervos. Além disso, a narrativa bíblica conta que os leprosos eram “excluídos” socialmente, sendo maltratados e mantidos isolados do convívio social. Viviam uma realidade de precariedade material e corporal. A perspectiva dos missionários batistas, ao produzir uma aproximação entre a figura do usuário de crack e tal personagem bíblico aciona uma correspondência entre suas corporalidades, ambas marcadas pela abjeção (Rui, 2014), e contextos sociais de épocas distintas. Ambos estariam vivendo, na antiguidade e nos tempos modernos, uma experiência marcada pela estigmatização social, situada no limiar entre a vida e a morte e na fronteira do humano e do abjeto.

O Programa Cristolândia propõe a conversão religiosa atrelada ao processo de tratamento como cura e como único caminho para a *libertação* da vida nas drogas. Para os missionários trata-se de libertar os “cativos do demônio”, ou seja, aqueles que *estão amarrados por Satanás*, através da oferta de uma cura para a “dependência química” que não está respaldada por um saber médico, nem pelo uso de fármacos, mas pela agência divina de cura acionada durante o processo de conversão religiosa. O arsenal batista em sua luta contra as drogas enfoca na utilização de tecnologias de convencimento, caridade e afeto imbricados nas práticas de evangelização voltadas para a conquista de almas e territórios. Como me disse, em entrevista, Thamyris: “*a gente usa da ação social para evangelizar*”, sendo pregar a palavra de Deus o foco dessa missão urbana. Sobre as etapas do tratamento proposto pelos batistas:

*“O nosso forte era presídio. Ó se você for fazer uma leitura do nosso programa e do programa do sistema prisional, aí você identificaria assim: missão, delegacia; a primeira fase, a casa de detenção; a segunda fase, a penitenciária; a terceira fase; o semiaberto; a quarta fase, o aberto. O modelo do programa funciona assim: tem a abordagem e triagem aqui[na “cracolândia” paulistana], que funcionaria como se fosse a delegacia; a primeira fase que é a casa de detenção, que o cara tá lá, mas ele não é condenado ainda. (Entrevista Coordenadora Cristolândia, setembro de 2013 - grifos meus)*

Pode, a princípio, parecer paradoxal um discurso de liberdade simultâneo a um discurso terapêutico inspirado no sistema prisional. Porém, ao olhar com cuidado para esse modo de interpretação da “questão das drogas”, a qual emerge no interior de uma

lógica guerreira presente em um contexto de Batalha Espiritual, não é disso que se trata. Segundo Thamyras:

*Não tem como você não acreditar que não existe o mal ali [na Cracolândia]. Você para e olha e vê aquelas vidas se deixarem tão entregues de tal forma que deixa de ser gente, né?! Deixa de ser humano. Só pode ser um corpo que vive da droga, um organismo para funcionar para a droga. Você não raciocina mais direito, você não tem vontade, não tem sonhos. Então, assim não tem como você não acreditar. Mas, também porque, assim, na verdade deu brecha [para o Diabo]. Porque a gente está ali todos os dias chamando você para mudar de vida. E você também tem que escolher.” (Entrevista missionária, maio de 2015 – grifos meus)*

A liberdade, nesta perspectiva, está intimamente ligada e só pode ser alcançada mediante uma vida regrada em que as investidas do demônio sejam evitadas. Para tanto, implica em uma série de abstinências e condutas morais implicadas no desenvolvimento de um sofisticado autocontrole. Trata-se, portanto, de pregar novos padrões comportamentais tendo por referência os preceitos bíblicos e como horizonte evitar “dar brecha” para as ações malignas do inimigo.

O foco do tratamento está na articulação entre o físico-emocional, a ressocialização e a espiritualidade. O tratamento batista tem como pressuposto a perda de valores morais e a “exclusão social” como as principais características do seu público-alvo. Por isso, propõe uma pedagogia moral cristã que remodele os comportamentos de seus *alunos* e *alunas* (como são chamadas as pessoas em internação) que possibilite uma “reinserção social”. A primeira medida a ser tomada é a retirada do “dependente químico” do contexto de uso mediante a internação (sempre voluntária) para que haja um período de desintoxicação e o estabelecimento de uma nova rotina com regras – as quais, supostamente seriam ausentes no contexto de vida nas ruas - e atividades laborais e esportivas, além de estudos bíblicos, cultos e visitas a igrejas batistas. Com o passar do tempo e a depender da adequação do interno à disciplina do programa, ele/ela é transferido(a) para um novo CFC para cumprir a etapa seguinte. O objetivo principal do tratamento é o alcance da abstinência total do consumo de drogas e a consolidação de uma vida com Cristo.

### **Programa Recomeço**

*“Como é o tratamento para a dependência química?”*

*Ele nunca termina completamente. É como um jardim, que precisa ser cuidado a vida toda. No começo, precisa de grandes esforços para que os canteiros vingam. Depois, será preciso manutenção para que as pragas não o destruam. Por fim, cuidados pontuais na limpeza de suas ervas daninhas e cuidado com a terra.*

*Da mesma forma, acontece com os usuários. Os primeiros anos são os sempre mais intensivos e cheios de obstáculos. Depois, os cuidados cotidianos, mantêm as conquistas iniciais para, finalmente, atingir uma estabilidade. Ele manterá a abstinência para o resto da vida, freqüentando grupos, se envolvendo em sua comunidade, fazendo terapia, ou seja, cultivando sua nova vida<sup>64</sup>”.*

*“A dependência química é uma doença crônica, tal como o câncer, diabetes e hipertensão. Em estágios avançados ou quando o problema torna-se agudo, para qualquer outro problema de saúde indica-se internação hospitalar de curta ou média duração visando à estabilização do quadro. Por que então deve ser diferente com quem é usuário de drogas?” (Ronaldo Laranjeiras, abril de 2015)<sup>65</sup>*

Tendo como foco de atuação a Cracolândia paulistana e como prerrogativa a *dependência química* como uma *doença*, o “Programa Recomeço – Uma Vida Sem Drogas” prevê a oferta de assistência médica aos usuários de drogas, sobretudo crack, a partir de uma equipe multifuncional de atendimento que enfoca seus esforços na prevenção ao consumo de substâncias psicoativas e na medicalização e desintoxicação de seus *pacientes*. A partir da análise médica de cada *quadro clínico*, o usuário (de drogas, mas também do serviço) é encaminhado para o tipo de tratamento prescrito que varia em uma linha que vai desde o tratamento ambulatorial e o acompanhamento pelo CAPS (Centro de Atenção Psicossocial), até a internação voluntária ou forçada, a qual

---

<sup>64</sup> Disponível em: <http://programarecomeco.sp.gov.br/familias/crack/>, último acesso 05/04/2016, às 16h43.

<sup>65</sup>Ver: Artigo “Tratamento contra o crack”, por Ronaldo Laranjeiras. Disponível em: <http://programarecomeco.sp.gov.br/noticias/tratamento-contr-o-crack/> , Programa Recomeço, último acesso em 04/04/2016, às 20h10.

pode ser classificada entre involuntária ou compulsória, em centros de referência que incluem Comunidades Terapêuticas e moradias assistidas<sup>66</sup>.

Segundo consta no site, trata-se de uma “iniciativa [que]propõe uma nova maneira de acolher este público[da Cracolândia], incentivando a procura espontânea por ajuda e, principalmente, apresentando aos mais resistentes a oportunidade de um recomeço, de uma vida nova”. Recomeço e vida nova, mas também inserção social, reestruturação dos laços familiares, autonomia, autocuidado, abstinência e reabilitação são alguns dos valores, princípios e objetivos traçados na relação com a população atendida. Além disso, “as atividades do programa são norteadas a partir de quatro principais eixos: Prevenção; Tratamento; Reinserção Social e Recuperação, abrangendo Atenção Familiar, Comunitária e Inclusão Produtiva; Requalificação dos territórios degradados pela ocupação no consumo de drogas ilícitas”. Pauta-se a imprescindibilidade de interrupção do uso para a retomada de valores sociais e morais supostamente perdidos pelos assim chamados “dependentes químicos”. A abstinência é simultaneamente uma prescrição médica, um objetivo a ser alcançado e um valor moral de transformação de vida.

O Programa atua de maneira integrada com entidades públicas e privadas. No que tange a internação de *dependentes químicos*, estas são feitas através do encaminhamento para clínicas e Comunidades Terapêuticas conveniadas, cujo tratamento é financiado através do chamado “Cartão Recomeço”. Já disponível em 60 municípios do Estado de São Paulo, trata-se de um valor de 1.350,00 reais pagos mensalmente para a instituição por usuário internado por um período máximo de até seis meses. É importante ressaltar que o Programa está em consonância com uma aposta do governo estadual na internação, com a prerrogativa da abstinência, como eixo principal das políticas de tratamento e contenção do público em questão<sup>67</sup>.

Vale ressaltar que a Missão Cristolândia, assim como a Missão Belém, foram convidadas pela Prefeitura de Santos a integrar o Programa Recomeço nesta cidade. No

---

<sup>66</sup>“(…) as moradias assistidas são um modelo social de recuperação, que consiste em viver com papéis definidos, normas e regras, muitas vezes bastante rígidas e restritivas para assegurar a ordem e a convivência. Essa rede social de suporte é segura para aqueles que não precisam de internação e que se beneficiam de um tratamento por meio da convivência em um grupo que busca a abstinência estável. Nesses locais, o paciente desenvolve sua autonomia e suas habilidades sociais, além de criar uma nova identidade sem drogas”.

<sup>67</sup>Ver, por exemplo: “SP vai ampliar número de vagas para tratamento de usuários de drogas”, G1, último acesso 04/04/2016, às 20h52. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/01/sp-vai-ampliar-numero-de-vagas-para-tratamento-de-usuarios-de-drogas.html>.

caso da Cristolândia, não há parceria nas internações em São Paulo. Quando foi inaugurada a sede da Cristolândia em Santos, segundo missionários me informaram, a parceria implicava que a Prefeitura pagasse apenas o aluguel do espaço e as contas de água e luz, não havendo o financiamento das internações. Isso porque é quase consenso entre os coordenadores e a equipe de missionários que em caso de aceitarem financiamento estatal, perderiam a plena autonomia sobre o tipo de terapêutica (religiosa, sobretudo) que utilizam.

### ***Programa De Braços Abertos***

*“Braços Abertos é um ponto de inflexão entre várias tentativas simplistas e higienistas que tentavam com medidas simplificadas resolver problemas de alta complexidade. É importante lembrar que essas pessoas já fizeram fracassar os protocolos clínicos e pedagógicos tradicionais. A baixa exigência é combinada com uma grande disposição de parte dos trabalhadores para sustentar vínculos continuados e relações de construção de contratualidade. **No interstício da práxis vai sendo construído o sujeito-cidadão.** Daí a importância do lema: nunca desistir” (Myres Maria Cavalcanti, Coordenadora “Crack, é possível vencer” do município de São Paulo<sup>68</sup> - grifos meus).*

Após a remoção negociada da chama “Favelinha da Cracolândia”, foram cadastradas pela Prefeitura cerca de 300 pessoas, as quais passaram a dispor de moradia em hotéis, três refeições diárias no restaurante popular Bom Prato e vagas no serviço de zeladoria urbana com a função de varrição das ruas do centro e um pagamento semanal equivalente a 15 reais por dia em troca de 4 horas de serviço diário. O custo por beneficiário corresponde a um valor de R\$ 1.086,00 mensais, ou seja um salário mínimo e meio, cuja determinação está atrelada ao POT (Programa Operação Trabalho)<sup>69</sup>. Em janeiro de 2015 já se somava 428 beneficiários cadastrados.

---

<sup>68</sup>Entrevista disponível em: <http://abramd.org/wp-content/uploads/2015/03/SP-DeBra%C3%A7osAbertos.pdf>.

<sup>69</sup> O POT foi criado a partir do decreto 44.484, em 2004, ainda na gestão de Marta Suplicy, e instituiu o Programa Ação Coletiva de Trabalho – PACT, direcionado ao trabalhador desempregado a mais de 8 meses, incluindo moradores de rua “em processo de reinserção social”. Convém ressaltar: “Parágrafo Único – A participação no Programa não gerará quaisquer vínculos empregatícios ou profissionais entre o beneficiário e a Prefeitura do Município de São Paulo”.

Segundo os dados produzidos pela Pesquisa de Avaliação do DBA, coordenada pela antropóloga Taniele Rui e financiada pela Open Society, 58% dos beneficiários se declararam do sexo masculino, enquanto 37% dos sexo feminino e 5% transsexual. De uma maneira geral, segundo os resultados da pesquisa, o perfil dos beneficiários se caracteriza por uma maioria de homens, com baixa escolaridade (49% não completaram o ensino fundamental) e que se declaram pardos, mestiços ou negros (68%). Apesar do foco do projeto não estar na abstinência, a pesquisa constatou que 65% dos beneficiários alegaram terem diminuído o consumo de crack após ingressar no DBA. Além disso, a maioria é natural do Estado de São Paulo (66%, sendo 58% da região metropolitana), mas uma quantidade significativa, um terço, é proveniente de outros estados (34%).

Com a criação do Programa foram estabelecidos convênios com ONGs da saúde, da assistência social, do trabalho e dos direitos humanos para a organização e execução das atividades de trabalho e capacitação, oficinas culturais, além do acompanhamento médico e assistencial dos *beneficiários*. Os agentes da assistência social e da saúde estão diariamente nos hotéis conveniados com a Prefeitura e fazem a mediação entre os beneficiários e os serviços públicos. O programa municipal de enfrentamento ao crack adotou uma perspectiva distinta da dos anteriores, na medida em que estabelece que o foco da intervenção não estaria na droga, mas na *garantia de direitos* negados a essa população historicamente *em situação de vulnerabilidade social*. “*Nós estamos trabalhando com a percepção de que a capacitação, tratamento e moradia irão estimular o usuário a largar a droga, de forma gradativa, reduzindo os danos causados pela dependência*”, afirma o ex-secretário municipal de saúde José de Fillipi Jr. Como afirmou uma funcionária de uma das ONGs do programa, “*a gente está aqui para garantir os direitos, se o cara [usuários de crack em situação de rua] quer ou não, não importa!*”.

O DBA se auto-define como um programa pautado pelos princípios da Redução de Danos, apesar de não haver consenso sobre isso entre movimentos e coletivos de redutores. Fiore (2004) chama a atenção para o fato do conceito de Redução de Danos ser bastante controverso, de modo que a sua definição é objeto de disputa. Segundo o autor, “[...] um conjunto de iniciativas que se agruparam sob a denominação de Redução de Danos (RD) [...] esta foi forjada justamente num campo de intersecções entre as ciências médicas, a saúde pública, a psicologia e as ciências sociais”. O PT emerge como o grande precursor, no Brasil, de políticas governamentais cuja inspiração foram

os programas de RD europeus. A RD ganhou força na década de 80 em meio ao choque de crescimento da epidemia de HIV/Aids e suas ações se concentravam fundamentalmente na troca de seringas e nos tratamentos de substituição. A Reduc (Rede Brasileira de Redução de Danos) defende a seguinte perspectiva: “A redução de danos deve ser baseada em uma abordagem simpática, isenta de moralismo e centrada num trabalho comunitário que, embora possa propor novos padrões e modos de uso, reconheça a importância da escala de valores do usuário e de seu saber sobre drogas” (MacRae&Gorgulho, 2003: 2).

Para além das diretrizes da Redução de Danos, o DBA parte de modelos internacionais, pautados pelos conceitos de *housingfirst*<sup>70</sup> (primeiro moradia) e de *lowthresholdservice* (baixa exigência). Segundo Myres Cavalcanti<sup>71</sup>,

*“Um dos conceitos inspiradores é o de HousingFirst. Em várias partes do mundo foi testado e avaliado um Programa que consiste na oferta de casa para pessoas que se encontram em situação de rua há muito tempo e usuários crônicos de álcool e outras drogas (algumas similares às consumidas nas nossas cidades). A experiência demonstrou que as pessoas que foram morar nessas casas, onde não se exigia abstinência, diminuíram significativamente o consumo de álcool e outras drogas se comparadas com as que continuaram morando nas ruas. Outro resultado da pesquisa do HousingFirst foi a diminuição da violência, a intercorrência de chamada de ambulâncias e a desordem urbana. (...) A expressão em inglês lowthresholdservice significa literalmente baixo limiar de entrada e de disparo. Aprendemos com a experiência brasileira dos Consultórios na Rua que o importante não é “dar sermões”, o que aumenta a resistência à mudança e a fissura, mas desenvolver vínculos que gerem vontade de mudança”*

Com essa visão, a Prefeitura estabeleceu convênios com hotéis nas adjacências do *fluxo* que oferecessem quartos para os beneficiários do programa a um valor de 500 reais per capita por mês. Durante a pesquisa, havia oito hotéis do programa nas imediações da Cracolândia, sendo que em dois casos o convênio foi rompido por questões de insalubridade e problemas estruturais<sup>72</sup>. Os proprietários ou locatários que, segundo a Prefeitura, seriam os responsáveis pela manutenção dos

<sup>70</sup> Ver, por exemplo, uma pesquisa que indica o sucesso do *housingfirst* na Inglaterra: Bretherton&Pleace (2015).

<sup>71</sup> Entrevista disponível em: <http://abramd.org/wp-content/uploads/2015/03/SP-DeBra%C3%A7osAbertos.pdf>.

<sup>72</sup> Ver: “Hotéis da Cracolândia: o retrato de um programa que não deu certo”, Veja, 28/02/2015.

edifícios e dos quartos. Por isso, as regras de limpeza ficam a critério do dono, assim como as regras de conduta ou as proibições referentes às visitas e aos bichos de estimação. Dona Nilda, por exemplo, é beneficiária do Programa, nasceu no Maranhão, mas passou a vida toda no Pará e está apenas há dois anos em São Paulo. Veio atrás de seu filho que estava preso. Ele foi preso algumas vezes por furto. Ele (ela sempre se referia ao filho no masculino) é transsexual e mora ali no centro, mas não fuma crack e acha que a mãe não deveria estar ali. No dia em que conversamos, Dona Nilda estava revoltada com o dono do hotel onde morava, pois ele proibiu o filho dela de ir visitá-la. Segundo ela, ele lhe disse: *“seu filho não pisa mais aqui! Travesti não entra no meu hotel!”*. Ela estava indignada e afirmou que o marido dela, ia conversar com os *disciplinas*. Disse várias vezes que estar vivendo em um cárcere privado, pois não pode receber visitas dos familiares (direito concedido até na cadeia) porque teria que pagar a hora da estadia deles. Segundo ela, todas as regras quem fazia era o dono do hotel e a Prefeitura e a equipe do programa não se envolviam nessas questões.



Fonte: Site da Prefeitura de São Paulo

Na imagem acima, o ex-prefeito Fernando Haddad entrega a Carteira de Trabalho para um ex-beneficiário do DBA que foi contratado por uma empresa de

zeladoria urbana. Neste caso, ao conseguir o trabalho de carteira assinada o beneficiário foi transferido para o programa municipal “Autonomia em Foco”, o qual ficou responsável por receber e acompanhar os participantes do DBA *em processo de autonomia*. A frente de trabalho do De Braços Abertos não tem caráter obrigatório, mesmo assim, segundo a pesquisa da Open Society, 76% dos beneficiários trabalhavam voluntariamente nas atividades de zeladoria urbana e horta comunitária oferecidas pelo programa. Nessa porcentagem, não estão incluídos os que estavam afastados temporariamente por conta de atestados médicos. Além disso, a pesquisa ressalta que 95% dos beneficiários afirmaram que o DBA teve um impacto positivo ou muito positivo na sua vida. Apesar de não serem obrigatoriedades nas normativas do programa, o ideal da interrupção do consumo de drogas e da reinserção no mercado de trabalho formal fazem parte dos objetivos e do horizonte de tal política.

Os paradigmas da garantia de direitos, da assistência social e da reinserção no mercado de trabalho não vieram desacompanhados de um paradigma securitário de “combate ao tráfico de drogas”. Vale ressaltar que a coordenação do programa sempre esteve à cargo da Secretaria de Segurança Urbana, o que gerou muita revolta entre movimentos e coletivos defensores dos Direitos Humanos, da Redução de Danos e da legalização das drogas<sup>73</sup>. Além disso, apostou-se em um aumento do contingente policial na região. Atualmente, 118 agentes da Guarda Civil Metropolitana atuam no local, sendo 78 de dia e 40 no período da noite, os quais contam com 40 viaturas, além de uma Unidade Móvel de Videomonitoramento (microônibus) e duas viaturas e duas motos doadas pelo Programa “Crak, é possível vencer”<sup>74</sup>.

\*\*\*

O Capítulo que se segue abordará a trajetória de um importante interlocutor de campo, chamado Edu. A mudança na abordagem metodológica nos permitirá perspectivar o impasse ou o “problema” da Cracolândia. Se no Capítulo 1, abordamos o impasse de uma perspectiva institucional e normativa daqueles que estão engajados em “combater” e “resolver” a questão, ao acompanhar os percursos individuais de Edu

---

<sup>73</sup> Ver, por exemplo: “Mudança no comando do Programa Braços Abertos: sai Capitão da PM, entra ex-secretário que reprimiu camelôs e ocupações”, Coletivo DAR, 11/08/2015.

<sup>74</sup> É significativo notar que, segundo os resultados da pesquisa de avaliação da Open Society, há uma disseminada percepção entre os beneficiário de que a GCM não faz parte do programa, apesar de ser subordinada à Secretaria de Segurança Urbana, a qual é parte do DBA.

conseguimos compreender os efeitos na vida de quem é alvo dessas políticas. Torna-se evidente que a trajetória de muitos dos sujeitos que, pelas intempéries da vida, vão parar ou buscam a Cracolândia, estão permeadas por micros-impasses e “becos sem saída” que passam a dar uma nova dimensão ao fenômeno analisado.

Desse modo, partir da trajetória de Edu nos permitirá apreender analiticamente a “questão do crack” no Brasil em relação ao fenômeno da expansão evangélica, bem como à expansão discursiva do mundo do crime nas periferias do Estado de São Paulo (Feltran, 2011). Sua história de vida traz para o debate deslocamentos e percursos urbanos, entre as periferias e o centro, sobretudo a Cracolândia, que demarcam fluxos nada incomuns entre meus interlocutores de campo. Fluxos entre diferentes territórios, mas também entre distintos códigos de ação que convivem na metrópole.



(Fonte da imagem: InforGospel – “E conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”  
João 8:32)

## **Capítulo 2 - Entre a sepultura e a cadeia**

*“Bom dia, graça e paz do senhor Jesus Cristo, amém? A nossa missão é adorar a Deus. Seu reino aqui e no céu, ou seja, a sua paz, amém? Vamos ler a bíblia. Eu gostaria de trazer pros irmão nessa manhã, o livro de Ezequiel, capítulo 37, que diz assim: “Eis sobre mim a mão do Senhor. E ele me levou pelo espírito do senhor. Me deixou no meio de um vale que estava cheio de ossos. Me fez andar ao redor deles. Eram muito numerosos na superfície do vale. Estava sequíssimo, então me perguntou: filho do homem, acaso poderão reviver esses ossos? Respondi: Senhor Deus, tu o sabes. Disse-me ele: profetiza estes ossos. E disse-lhe: Osso seco, ouve a palavra do Senhor. Assim diz o Senhor Deus, a estes ossos, eis que farei entrar o espírito em vós e viverei, porei respiração sobre vós, farei crescer carne sobre vós, sobre vós colocarei peles e porei em vós o espírito e viverei. E sabereis que eu sou o Senhor.” Amém?! Senhor nosso Deus eterno, ô Pai, muito obrigado pela tua palavra. Que, em nome de Jesus, as pessoas que estão aqui, hoje diante do seu altar, que elas possam abrir o coração nessa manhã para ouvir a sua palavra. É isso que eu te oro e agradeço no precioso nome do seu filho Jesus Cristo amado. Amém.*

*Irmão, aqui é uma visão de Ezequiel, no Vale dos Ossos Secos. Esse Vale dos Ossos Secos, onde Ezequiel estava, é o cemitério. E Ezequiel estava nesse Vale(..). E no momento que Ezequiel começa a orar, começa a clamar por esse Vale, por esse povo que estava ali, que estava morto ali, cheio de ossos secos por ali. E eu vejo irmão, aqui esse texto equiparo com a minha vida. Eu estava nesse Vale dos Ossos Secos. Vocês estão no Vale dos Ossos Secos. A Cracolândia é um Vale dos Ossos Secos. Muitas pessoas ali estão debilitadas, estão lá usando droga. O crack faz você perder as forças, perder energia. Faz perder a sua identidade, o seu caráter. E vocês fazem parte desses ossos secos”. (Pregação, Edu, 8 de abril de 2015 – grifos meus)*

Edu diz essas palavras no culto anterior ao café da manhã servido ao *povo da rua* pela equipe da Missão Cristolândia. Foi ali, nesse espaço missionário que eu e ele nos conhecemos em 2015. Além de potente recurso retórico, a história bíblica de Ezequiel serve de ferramenta analítica para Edu compreender a sua própria trajetória de vida e se posicionar como um profeta da palavra de Deus, empenhado na salvação dessas pessoas e desse território, do qual um dia ele já se sentiu parte. Em um primeiro momento, ele estava em condição semelhante a das pessoas, as quais agora ele profetiza e equipara a “ossos secos”; metáfora que explicita o limiar entre a vida e a morte que supostamente estariam vivenciando. Até que alguém o profetizou, ali mesmo, na sede

da Missão Batista e ele foi liberto. Já convertido, ele reivindica para si o papel, tal como Ezequiel, de profetizar os que ainda estão presos no chamado Vale dos Ossos Secos, ou seja, na Cracolândia. Natural de uma periferia de São Paulo, Edu era usuário de crack, passou pelo tratamento batista na região, se converteu ao evangelho e agora faz parte da equipe de missionários.

Sua biografia traz para o debate a crescente presença evangélica no escopo dos atores-chave da chamada “Guerra às drogas” e do cenário político atual. No tema das drogas, no Brasil, há tradicionalmente uma significativa participação evangélica no que tange ao mercado de tratamentos para a “dependência química” e uma atuação política conjunta entre diferentes denominações contra projetos de lei que visem regulamentar a venda e o consumo de substâncias psicoativas. Além disso, há um forte empenho evangélico, sobretudo pentecostal, mas não exclusivamente, em ações evangelísticas e salvacionistas voltadas para a conversão religiosa de populações marginalizadas e produção de “ex-usuários de drogas”, “ex-alcoolatras”, “ex-presidiários”, “ex-detentos”, “ex-travestis”... . (Cortês, 2007; Teixeira, 2009).

Quando a entrevista que se segue foi realizada, Edu trabalhava como voluntário na Missão, estudava Teologia em um Seminário Batista e estava na expectativa da possível contratação pela Junta de Missões Nacionais. Além de todo o engajamento espiritual que isso implica, a profissionalização como missionário representaria a conquista, pela primeira vez na vida, de uma estabilidade financeira e a oportunidade de ascensão social e moral. Isso tudo, ainda, sem desperdiçar a experiência adquirida em toda uma vida feita próxima dos códigos do mundo do crime e do mundo das drogas. Tal experiência que, em sua atual posição de missionário, facilita seu trabalho em criar laços com o público a ser evangelizado, assim como usufruir dos vínculos que já possuía antes da sua conversão. É essa experiência em comum com os alvos da política batista, a saber, usuários de crack em situação de rua e egressos do mundo do crime, que é valorizada na profissionalização como missionário. Ao mesmo tempo em que é considerado seu entendimento sobre o contexto local para onde está direcionada a intervenção, Edu também é, supostamente, um exemplo vivo do sucesso da política batista. Para a equipe e para ele próprio, sua vida, sempre narrada em forma de testemunho, mostra a eficiência do programa e comprova a potência do evangelho para a resolução dos problemas e cura das “doenças”, sobretudo, a “dependência química”,

desta população. Pressupõe-se que se para Edu deu certo, essa é a solução para todas as outras pessoas que, na perspectiva batista, estão em uma condição semelhante a dele.

A trajetória de Edu, como veremos, põe em relevo um movimento que conta sobre a inserção no mundo do crime, a perda de reputação no interior de tal mercado devido ao consumo, sobretudo, de crack e, posteriormente, a conversão religiosa. Dito de outra maneira, convém ressaltar aqui três deslocamentos que chamam atenção para o fato de que Edu vai *do crime ao crack, da periferia à Cracolândia e da Cracolândia para a Cristolândia*. Deslocamentos, estes, que não são só territoriais ou geográficos; trata-se de apreender tal circulação de maneira “código-territorial” (Deleuze&Partner, 1998; Perlongher, 2012), isto é, apreendê-los “pelos códigos e suas superfícies de inscrição em zonas do corpo social. Territorialidade entendida não apenas como espaço físico – ainda que este também seja importante (...) - mas no próprio espaço do código” (Perlongher, 2012: 159).

Adotar esse ponto de partida analítico é o que me permite compreender as inflexões na trajetória de Edu e, como ficará claro a seguir, a maneira como tais códigos induzem ao fluxo como estratégia de “sobreviver na adversidade” (Hirata, 2010), ou seja, a noção de código-território me serve como ferramenta para lidar analiticamente com a experiência dos meus interlocutores que, diferente de mim, vivem cotidianamente a iminência da prisão e a iminência da morte. A história de vida de Edu, mas também a de muitos outros interlocutores desta pesquisa, traz à tona a convivência instavelmente pacífica, convém ressaltar, entre diversas *políticas de drogas* na metrópole paulistana. A criminalização das drogas e a violência policial; a expansão do PCC (Primeiro Comando da Capital) e a construção social do crack como agente desumanizador; a conversão religiosa como alternativa de vida e a *guerra espiritual* cotidiana são algumas das expressões da importante vigência de três matrizes discursivas (estatal, criminal e evangélica) na regulação e manutenção da ordem, de maneiras específicas, nas periferias e “cracolândias” de São Paulo, sobretudo, em torno do mercado de drogas. Compreender as dinâmicas e fluxos produzidos por tais políticas em distintos “códigos-territórios” nos leva a uma geopolítica do crack e, até mesmo, da cidade.

## Do Crime ao Crack

*“Ei Brown, sai fora/ Nem vai, nem cola/ Não vale a pena dar ideia nesses tipo aí/ Ontem à noite eu vi na beira do asfalto/ **Tragando a morte, soprando a vida pro alto/ Ó os cara só a pó, pele o osso/ No fundo do poço, mó flagrante no bolso/ Veja bem, ninguém é mais que ninguém/ Veja bem, veja bem, eles são nossos irmãos também/ Mas de cocaína e crack/ Whisky e conhaque/ Os manos morrem rapidinho sem lugar de destaque/ Mas quem sou eu pra falar/ De quem cheira ou quem fuma/ Nem dá/ Nunca te dei porra nenhuma/ Você fuma o que vem/ Entope o nariz/ Bebe tudo o que vê/ **Faça o diabo feliz/** Você vai terminar tipo o outro mano lá/Que era um preto tipo A/ Ninguém entrava numa entrava num/ Mó estilo/ De calça Calvin Klein/E tênis puma/ Um jeito humilde de ser/ No trampo e no rolê/ Curtia um funk/ Jogava uma bola/ Buscava a preta dele no portão da escola/ Exemplo pra nós, mó moral, mó ibope/ Mas começou colar com os branquinhos do shopping/ “Aí já era”/ Ih mano outra vida, outro pique/ Só mina de elite/ Balada, vários drink/ Puta de butique/ Toda aquela porra/ Sexo sem limite/ Sodoma e Gomorra/Faz uns nove anos/ Tem uns quinze dias atrás eu vi o mano/ Cê tem que vê/ Pedindo cigarro pros tiozinho no ponto/ Dente tudo zoadó/ Bolso sem nenhum conto/ O cara cheira mal/ As tia sente medo/ Muito louco de sei lá o quê logo cedo/ **Agora não oferece mais perigo/ Viciado/ Doente/ Fudido/ Inofensivo.*****

(Capítulo 4, versículo 3, Racionais MC’s – grifos meus<sup>75</sup>)

Nascido e criado em uma periferia noroeste de São Paulo, onde morou por 29 anos, Edu me diz que começou a se “envolver” (na criminalidade) quando tinha 12 anos de idade, depois de ter perdido sua mãe. Para ele foi um trauma ver o infarto da mãe no próprio colo. O pai, por sua vez, um mês depois trouxe uma mulher para viver com eles. A traição do pai e a morte da mãe geraram muita revolta nele e no irmão, dois anos mais velho. Em tom de testemunho, Edu avalia que por conta disso ambos começaram a fumar maconha, roubar e traficar. Como ressalva, convém destacar que essa narrativa típica não necessariamente reflete o que se passou literalmente, mas o modo como Edu aprendeu, depois de anos de testemunhos, a produzir uma narrativa factível, com todos os elementos morais necessários para tanto – a degradação, a aceitação de Jesus e a retomada e as bênçãos (Cortês, 2007).

<sup>75</sup> Assim como a trajetória de Edu, o Rap também canta a perda de status na favela vinculada ao consumo de substâncias psicoativas, em especial o crack. Para uma ótima análise da música “Capítulo 4, versículo 3” dos Racionais Mc’s. ver: Takahashi, 2014.

Logo foram pegos pela polícia: artigo 157<sup>76</sup>. Aos 15 anos, Edu foi preso com seu irmão enquanto assaltavam o motorista de um caminhão, dentro da favela. Isso foi em 1996, antes da expansão do PCC (Primeiro Comando da Capital) nas periferias de São Paulo: “*Na época minha e do meu irmão, era normal você roubar as coisas dentro da favela, entendeu? Não tinha esse negócio que hoje em dia tem de PCC. O PCC hoje em dia não admite. Mas, antigamente, era terra sem lei. Era a lei da sobrevivência, a lei do mais forte. (...) E tudo que subia lá onde eu morava, lojas CEM, Casas Bahia, Sousa Cruz, tudo isso que subia dentro da favela os ladrão roubava*”, me explicou<sup>77</sup>. Os dois irmãos passaram apenas um dia na antiga FEBEM (Fundação Estadual para o Bem Estar do Menor). Mas, a liberdade de seu irmão não durou muito. Aos 18 anos foi preso em flagrante, também em um assalto, e hoje, aos 36 anos, depois de algumas idas e vindas, continua no cárcere. Foi condenado a 30 anos de prisão, possivelmente por homicídio. Edu parece não saber exatamente os crimes cometidos, apenas me explica que quando se vai preso, “*caem vários B.O.s nas suas costas*”. Eles perderam todo o contato. Edu tem poucas notícias do irmão, mas sabe que ele é *irmão* do PCC e, me diz que, caso ele próprio tivesse sido preso, também teria se batizado no *Partido*.

### **O acerto**

“*Graças a Deus não fui preso, Deus me livrou do cárcere*”. Depois de me dizer essa frase, Edu me contou como conseguiu evitar a prisão depois de ser pego pela polícia com 750 gramas de maconha:

*“A Força Tática me pegou. Eu tava de maior de idade. Fui eu e um menor preso nesse dia. (...) Era impossível eu sair daquela cadeia.(...) Chegou na delegacia, a Força Tática bateu em mim. Só quem colocava a mão em mim, antigamente, era só polícia. Porque vagabundo nenhum na favela colocava a mão em mim! Vagabundo nenhum metia a cara comigo! A minha vida inteira só apanhei de polícia! (...) Aí, chegando na delegacia, tinha o escrivão e o delegado, eles chegaram em mim perguntaram se eu tinha um número de telefone de alguém da minha família pra ligar. Eu disse ‘Tenho, minha irmã’. Quando minha mãe*

<sup>76</sup> Referência ao Art. 157 do Código Penal, Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

**Art. 157** - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10619340/artigo-157-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940> .

<sup>77</sup> Muito tem sido produzido sobre a expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC), também conhecido como Partido, Família ou Quinze, nos presídios e periferias de São Paulo. Ver: Feltran (2011, 2010, 2012, 2014), Marques (2009), Hirata (2010), Biondi (2010), e Malvasi (2012) .

*faleceu essa irmã mais velha assumiu o lugar da minha mãe. O delegado ligou e explicou pra ela. No mesmo instante minha irmã já estava lá, uma hora depois. (...)* (Trecho de Entrevista, 2015)

Em seguida, Edu me conta as negociações com o delegado e o escrivão da Polícia Civil para obter a sua liberdade.

*“O delegado pediu um acerto pra minha irmã. Ele falou assim pra minha irmã: ‘É impossível seu irmão sair da cadeia com 750g de maconha. Ele vai assinar um 12 [artigo referente a tráfico de drogas na antiga Lei de Drogas]. E vai assinar corrupção de menor também. É impossível ele sair daqui. Ele vai ter que assinar esse 12’. E minha irmã arrumou uma advogada, no mesmo instante. Era já de madrugada isso aí. Já era noite, muito tarde. Colocaram eu em uma cela reservada. Estava eu e o menor em uma cela reservada. A advogada veio e conversou comigo. Ela: ‘me explica o que aconteceu’. Aí eu expliquei pra ela. Nós estávamos em três. Um conseguiu correr e ficou eu e o menor. O rapaz que correu deixou a droga no chão.(...) Quando ele [o delegado] pesou a droga pela primeira vez, na delegacia, deu 750g de maconha. E quando ele mandou a Força Tática fazer a perícia da droga, eles foram. Aí quando eles voltaram, ele pesou de novo e já eram 500g. Eles tinham tirado 250g pra eles. (...) Nessa, o delegado e o escrivão pediram 5.000 reais pra minha irmã pra me soltar. ‘Oh, só arrumar cinco mil que a gente negocia, ele vai embora.’ Minha irmã ligou pro meu pai à noite. Meu pai me ajudava muito. Sempre me ajudou e está me ajudando até hoje. Meu pai correu e tal, já arrumou esses 5.000 reais e levou lá o dinheiro. Junto com a advogada presente, deu R\$ 5.000 pra eles. Eu assinei um monte de papel, coloquei uns dedos lá. Aí ele pegou meu depoimento, o depoimento do menor e me soltou. Ele [falou] ‘Oh, pode ir embora!’ Eu não acreditei quando saí de lá. Não acreditei.”* (Trecho de Entrevista, 2015)

Porém, os policiais militares que realizaram a prisão ficam nada satisfeitos de não terem recebido a sua parcela no *acerto*. Edu conta que:

*“(...) eu tava lá fora da delegacia com a minha irmã... Eu pedi um cigarro pra minha irmã e sentei. Eu tava nervoso, tava bravo. Aí chegou a polícia [militar], a Força Tática chegou. Aqueles que foram fazer a perícia na droga chegaram. Quando eles me viram, eles me enquadraram lá fora. ‘Vai levanta a mão, levanta a mão! Como você fugiu daí de dentro? Eu falei que não fugi e comecei a bater boca com o policial. (...) ‘Eu não fugi, me soltaram!’ Ele [policial] ‘como que você saiu com 750g de maconha?’. Eu falei ‘eu não te devo satisfação da minha vida! Vai lá e conversa com o delegado!’. Eu era bicudo. (...) Aí minha irmã pegou o carro com o meu cunhado e eu fui embora. Os*

*policiais começaram a seguir a gente. Colou um monte de viatura atrás da gente. A [Polícia] Militar. Eu falei puxa eles vão matar a gente! Vão matar a gente! (...) Aí meu cunhado foi, ele tinha um carro veloz, e deu uma esticada. E os policiais atrás de nós. (...) Ele conseguiu esticar, esticar. Teve uma hora que já dispersou dos policiais. Aí meu cunhado conseguiu chegar na casa da minha irmã. ” (Trecho de Entrevistas, 2015)*

Os policiais militares passaram dias rondando a casa. Edu conta que ficou uma semana trancado, sem sair, devido ao medo de ser assassinado. Até que sentiu, segundo ele, abstinência da cocaína e resolveu sair de casa. *“Não aguentei! (...) Se eu for morrer, vou morrer e já era! Aí eu saí. (...) Eu já estava desgostado da vida. Pra mim, se eu morresse aquela época lá, eu estava nem aí. Tirar a minha vida era um favor que me fariam”* (Trecho de Entrevistas, 2015).

### **O debate**

*“Faz muito tempo que eu não vejo o meu irmão. Hoje o meu irmão faz parte de uma facção criminosa, PCC. Se você entra na cadeia, é lamentável, Deborah, principalmente aqui em São Paulo. Na minha época quando o PCC surgiu, quando eu roubava e fazia as coisas erradas, muitos de nós queria virar do Comando. Muitos, quando o Comando expandiu na comunidade, muita gente estava sendo presa e queria virar PCC. Então, era normal a pessoa virar do PCC. Era algo que os vagabundos desejavam, entendeu? (...) Eles sempre me chamavam para fazer parte do PCC. Quero você no Comando e tal, entendeu? Eu trabalhava com um cara do Comando, eu conheci vários caras do PCC. Cara que é monstro mesmo. Então, eu debatia com os caras. Eu batia de frente com os caras. Então, os caras queriam que eu fizesse parte do Comando. E eu não queria fazer parte disso aí. Aí tanto dos caras ficarem perturbando a minha mente, eu falei assim ó: ‘Se eu for preso, eu viro do Comando!’. Eu disse pra eles que se eu fosse preso eu ia me batizar, virar PCC. Eu pensava assim do Comando porque era algo que todo mundo desejava naquela época, virar do Comando, quando expandiu o PCC. Porque era mais fácil você conseguir arma, tráfico de drogas, você conseguir uma biqueira na favela, entendeu? E querendo ou não, você tinha um respeito na favela. Se você é do Comando, ninguém metia a cara com você na favela. E você comandava a favela. (...) Se alguém me batizasse, eu virava do Comando. Se eu ramelei na favela, eles tem obrigação. O teu padrinho tem como pegar o seu papel, rasgar o seu papel, seu estatuto e você ser cobrado. O seu padrinho tem que cobrar você. Eu já presenciei várias cenas lá em (...) do Comando. Eu presenciei uma cena que aconteceu assim lá: um irmão do PCC*

*matou um pai de família. (...) Aí fizemos uma reunião. E no estatuto que tem do PCC, está errado. Ele não podia ter feito isso, matar o pai de família. Tem que trocar uma idéia ou pedir permissão. Sempre que for matar alguém na favela hoje em dia, você precisa pedir permissão pro Comando. Não é assim só chegar e matar. Na minha época era assim. Se o cara chegasse e te ameaçasse de morte, você chegava lá e derrubava o cara, entendeu? Ah, ameaçou você? Ia buscar o revólver e matava o cara. Hoje em dia não é assim não. Mudou tudo. (...) O Comando que mudou. Então, esse cara matou o pai de família. Aí chamaram o padrinho dele, que foi quem batizou ele. O padrinho dele veio e na reunião decretaram a morte dele. (...) O Comando, os monstros decretaram a morte dele. Falaram ó já que ele matou o pai de família sem pedir permissão pra nós, não quis saber do que estava acontecendo, não quis saber de trocar uma idéia... Aí o Comando passa a missão pro padrinho. 'Você [padrinho] é excluído do PCC e você vai ter que matar ele. Você não batizou ramelão? Então, mata ele!' (...) Ele pediu pro padrinho matar ele porque não queria cair na mão do Comando. Porque ele sabe como é a morte do Comando, o Comando judia. (...) O padrinho não quis matar ele, não teve coragem. (...) E é aquela morte que ninguém quer ver, ninguém quer presenciar porque é feia. Muito feio. (...) É pior do que cair na mão da polícia. Você faz um assalto ali, você apanha da polícia e a polícia põe você na cadeia. (...) É uma morte judiada pra você pagar pelo ato que cometeu. Para servir de exemplo para todo mundo". (Trecho entrevista, 2015 – grifos meus)*

Como Edu nos conta, algumas coisas mudaram em seu bairro com a expansão do Primeiro Comando da Capital (PCC), principalmente no que se refere à proibição de roubos e ao consumo de crack na comunidade, além das inferências sobre a vida e a morte. A partir dos anos 2000, portanto, o Comando consolida-se como uma importante instância de regulação de conflitos nas periferias do estado, principalmente àqueles relacionados ao comércio de drogas e outras atividades criminais - tal como o roubo de cargas, o tráfico de armas ou o assalto a bancos (Hirata, 2010; Malvasi, 2012; Biondi, 2010; Marques, 2009). Esse dispositivo passa a operar uma específica forma de pacificação que, inclusive, foi capaz de diminuir as taxas de homicídio em todo o estado de São Paulo (Feltran, 2012), a partir, sobretudo, dos chamados *debates*, já amplamente trabalhados por essa bibliografia (Telles&Hirata, 2010). Nesta direção, a partir da etnografia da dinâmica de um ponto de venda de drogas em uma periferia de São Paulo, Daniel Hirata (2010) constata que:

*“O PCC transformou-se na entidade responsável pela arbitragem dos grandes conflitos, os grandes problemas, as chamadas ‘fitas’, os*

*problemas que pela matéria em questão, envolvem necessariamente soluções de vida e de morte: acertos entre biqueiras rivais, problemas que envolvem grupos que disputam território, coisas que deram errado por ‘traíragem’ em esquemas maiores, enfim, o que envolve uma criminalidade um pouco mais estruturada. Através do debate, instituição importante há alguns anos nas periferias paulistanas, estes conflitos são mediados a partir da figura do ‘disciplina’ do PCC [...]” (Hirata, 2010: 292 – grifos meus)*

Com o lema de Paz, Justiça, Liberdade e Igualdade, esse coletivo expande-se pelos presídios e periferias de São Paulo, se fazendo presente (seja corporificado em seus *disciplinas*, seja a partir das suas disseminadas ideias que viajam) inclusive entre os jovens em conflito com a lei internados na Fundação Casa (Mallart, 2014) e também, de maneira específica, em cenas urbanas de uso e venda de crack (Rui, 2014). Interessa chamar atenção aqui que tal lema não se materializa em valores buscados e prezados universalmente; ao contrário, está fundamentado em uma perspectiva consolidada perante um conflito político nas fronteiras tênues entre “nós” e “eles”; ricos e pobres; pretos e brancos; periféricos e playboys; ladrões e policiais. Nesse sentido, “Paz, Justiça, Liberdade e Igualdade” para “dentro”, entre os pares, e o acirramento da guerra para “fora”, contra o sistema e contra a polícia, são chaves para que possamos compreender como a expansão do PCC em São Paulo impacta decisivamente nas trajetórias urbanas de usuários intensivos de crack das periferias dos anos 2000, como Edu.

### ***Perda de status no crime***

Edu já fumava maconha e cheirava cocaína com regularidade quando conheceu o crack. Suas primeiras experiências, ainda na adolescência, foram com o *mesclado* (cigarro de maconha misturado com *pedra*). Quando começou a usar crack, não conhecia o cachimbo. Edu conta que tinha muito respeito na favela. Fazia parte de uma *banca* forte na região, em torno de 30 amigos que sempre andavam juntos, se protegiam mutuamente em brigas e confusões e faziam assaltos, sobretudo “saidinha de banco”, e roubos de carga. “*Nós era considerado, respeito mesmo (...). Aonde a gente ia, nós arrastava*”.

Segundo ele, a situação começou a mudar quando conheceu o cachimbo através de um amigo seu, depois de 14 anos convivendo com o crime, sendo uma década sob a lógica PCC. Nessa época, estava trabalhando em uma *biqueira* (ponto de venda de

drogas) e sempre mandava alguém ir comprar a droga para ele em outra *biqueira* para não ser visto, com a finalidade de que seus pares não descobrissem o seu consumo de crack. Conforme me explicou, entre os *ladrão*<sup>78</sup>, maconha e cocaína eram toleradas, mas, à época, o crack não. Edu me conta que, em um dia em que a abstinência foi muito forte, ele mesmo foi buscar a droga. O *gerente* da *biqueira*, seu amigo de infância, não acreditou que ele consumia *pedra* e só vendeu a droga depois de muita insistência.

*“Eu trabalhava em uma biqueira e eu vendia droga com os caras. Era respeitado lá na biqueira. Do fato que eu viciiei tanto no crack, o crack é uma droga que você vicia, entendeu?! Vicia rápido! Quando eu comecei a usar o crack, comecei a fumar no cachimbo, eu mandava alguém buscar pra mim a droga. (...) **Porque se eu fosse lá os caras iam saber que eu estava usando crack.** Os caras já estavam sabendo entre aspas, mas nem todo mundo na favela estava sabendo que eu estava fumando crack. (...) Aí teve um dia que me injurieei, não tinha ninguém pra ir buscar, eu estava com dinheiro e querendo fumar o crack. O crack, nossa! Bate uma abstinência demoníaca em você! (...) Não tinha ninguém pra ir buscar, aí eu descii na favela. (...) Eu descii na favela aquele dia estava o M., era o gerente da biqueira. Aí eu cheguei nele e falei ‘Ó, me dá uma pedra de crack!’. Ele: ‘Oxê, tu ta fumando crack, meu? E aí mano? Qual é que é essas idéias aí mano?’. Ele começou a debater comigo na biqueira. Eu falei: Não, M., me dá aí eu estou comprando com o meu dinheiro. Eu quero a droga, me dá o crack aí. Aí ele me deu. Ele vendeu depois de muito custo pra mim. Ele ‘Oxê, muleque, você é dahora! Soma com a gente, meu! Vai ficar fumando essa porcaria aí, meu?’. **Eu tinha um conceito no meio dos vagabundos, dos ladrão. E quando eles viram que eu estava fumando crack, eles me deram conselho para eu sair das drogas.** (...) Esse moleque que era gerente da biqueira eu conhecia ele desde moleque. Convivemos junto, nós começamos no crime juntos. A gente ia roubar junto. Ele fazia parte da minha banca. (...) **E quando apareceu o crack na minha vida e eu fui pegar a droga na mão dele, ele não admitiu isso aí. Porque eu tinha um conceito. Eu roubava.** Como eles falam, eu era muito pé quente. Se eu fosse em um assalto com eles dava certo, eles sempre falavam isso pra mim. (...) Eles gostavam pra caramba de mim, os moleques. **Daí quando os moleques viram que eu estava no crack, eles me deram conselho pra eu sair do crack.** Mas, o crack foi tão forte na minha vida que acabou me dominando. Aí eu já não queria mais cheirar cocaína, fumar maconha. (...).*

***O ladrão não admite você fumar crack, ninguém admite isso aí. Você fumou crack, você é excluído, você é afastado. O crack te afasta das***

<sup>78</sup> Palavra êmica com sentido interno positivado, ver: Karina Biondi (2010).

*peessoas. Na biqueira, você usou o crack, você é tirado como nóia. (...) Entre os vagabundo você fumou crack, você é nóia. Você perde o respeito, perde sua identidade e seu RG.(...) Você pode ser o que for, o maior bandidão, o maior PCC, você fumou crack acabou!”(Trecho de Entrevista, 2015 – grifos meus)*

Como sua até então bem-sucedida carreira criminal ficou comprometida pelo seu consumo de crack, Edu já não freqüentava mais a *banca* e ficava entocado em barracas onde se podia fumar, na favela. A disciplina local, sob a égide do PCC, não recomendava que se consumisse o crack em locais públicos, de passagem, na frente das crianças, segregando territorialmente os usuários intensivos em *mocós* como o frequentado.

Edu parou de vender drogas e fazer assaltos e, progressivamente, foi se tornando um “*noia*”, no ponto de vista de seus ex-colegas de crime. Tendo se afastado dessa rede de negócios, começou a trabalhar com carga e descarga de mercadorias para sustentar o próprio uso. Não queria mais se envolver, pois tinha muito medo de ser morto, sobretudo por um *menor* que, segundo ele, às vezes quer ganhar status entre *os ladrão* e pode cometer uma injustiça sem pensar. Em suas palavras,

*“E quando você chega em um ponto de usar tanta droga... **Eu tinha muita treta, muita treta que eu tinha cometido lá [na favela]. E o crack faz você perder seu RG e seu caráter. Eu acabei perdendo isso aí. E o crack deixa você com medo. O crack traz lembranças no seu pensamento. Você fica lembrando muita coisa que você já fez errada. Então você sente medo. Eu me sentia com medo de alguém chegar e me matar, entendeu?(...)Porque eu tava já em uma situação fumando crack e pros vagabundo eu era noia. (...) Eu já nem colava mais na banca, eu me afastei. Eu ficava entocado nos barracos, entendeu? Onde os caras usavam crack eu ia lá usar com os caras. Tinha os lugares certos para eu usar o crack, entendeu? Eu não ficava mais com os vagabundos [rapazes do crime]. Eu ia na biqueira só para pegar droga e usar. (...) Mas, sempre naquela, com medo de alguém querer fazer algum mal para mim. Alguém querer me matar. Eu aprontei muito, fiz muita coisa errada.”(Trecho de Entrevista, 2015 – grifos meus)***

O crime na favela mudou muito desde 1996. Essa cena se passava em meados de 2010 e o aval para punições tinha que vir da *biqueira*, em geral, em casos de roubo dentro da favela. “*E eu ficava na minha. Não roubava mais nada dentro da favela, trabalhava pra sustentar meu vício. (...) Meu dinheiro era só pra usar droga*”, afirma Edu. Porém, como fica claro na fala acima de Edu, sua permanência na favela já estava

comprometida, não só pelo seu consumo de crack, mas, sobretudo, por “já ter feito muita coisa errada”, “ter muitas tretas”, “ser considerado noia pelos vagabundos”.

### **A Cracolândia como refúgio<sup>79</sup>**

Nesse momento, Edu vivia um dilema: sua vida inteira havia passado na favela, sua família e seu porto seguro estavam lá, porém a passagem de uma condição de “ladrão considerado” para “noia” e as implicações cotidianas que isso gerava, desde o sentimento de vergonha até o medo de ser assassinado, lhe levaram a questionar a sua permanência em seu bairro de origem. A perda de status entre os pares, além da vontade de buscar tratamento, foram as motivações de Edu resolver ir para o centro da cidade.

Um dia, pegou o trem e foi até a Estação da Luz. Tinha nenhum dinheiro no bolso e nenhum pertence, só a roupa do corpo e duas latinhas de cerveja que encontrou abandonadas, dentro do trem, depois de ter tido uma confusão, devido a uma briga em um dos vagões. Já na Estação, fez amizade com um homem que o ajudou a vender as duas latas de cerveja por um real cada.

*“Aí eu falei pro cara: poxa mano, só tenho dois reais, dá nem pra pegar um crack pra gente fumar, né? Ele respondeu na hora: ‘lógico que tem! Vem aqui! Aí eu fui com ele! (...) Demorou um pouquinho e chegamos no meio da Cracolândia. Eu nunca tinha visto aquilo! Estava lotado de traficante e de gente usando droga! Lotado! Onde eu morava não podia usar droga assim à vontade! Nossa, to em casa!! Aqui pode usar droga no meio da rua, to em casa!”.* (Trecho de entrevista, 2015 – grifos meus)

Edu ficou surpreso de como que com os dois reais que haviam conseguido com a venda das cervejas já podiam comprar dois tragos. Na favela, precisava de no mínimo cinco reais para conseguir a droga. A dinâmica do comércio na Cracolândia torna comum o ato de comprar uma pedra de crack, dividi-la em múltiplos pedaços pequenos e vendê-los a partir de R\$ 0,50, a depender do tamanho das lascas. Esse é um meio eficaz de fazer dinheiro e bancar seu próprio consumo, mas também um modo de produzir mais dinheiro com a mesma quantidade de droga. Ao comprar uma pedra de 10 reais é possível dividi-la em 20 lascas e vender cada uma por 1 real. Com isso, é gerado um lucro de 10 reais. Os 20 reais conquistados já possibilitam a compra de mais duas

<sup>79</sup>A fala de um funcionário que atuava na região condiz com esse argumento: “A Cracolândia existe desde 1990 e ela é um refúgio, não é um espaço físico, delimitado”, afirma Osvaldo, educador de rua. (Coletivo Política do Impossível, 2008, p. 89). Disponível em: [https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/02/cidade\\_luz.pdf](https://raquelrolnik.files.wordpress.com/2010/02/cidade_luz.pdf).

pedras: uma, por exemplo, pode ser usada para o próprio consumo e com a outra realizar o mesmo procedimento de fragmentação e venda. O traficante final se torna intermediário, o mercado se capilariza para atingir até os mais despossuídos.

Edu afirma que foi para o centro em busca de tratamento, queria uma internação, mas ao chegar na Cracolândia se depara com um local em que seu consumo de crack não seria tão estigmatizado nem combatido pela lógica do crime local. Ali, o código era outro. Poderia realizar seu uso de crack com mais tranquilidade e facilidade, tendo em vista a dinâmica descrita acima, a maior disponibilidade de recursos presentes no centro da cidade e a permissão de consumir livremente a substância. Sentindo-se acolhido e com maior liberdade e proteção para consumir a sua droga, Edu permaneceu pelo centro. De manhã, catava materiais recicláveis e de noite fazia pequenos assaltos a pedestres na Av. Paulista, área nobre da cidade. Assim sobrevivia e mantinha o seu consumo. Se havia perdido status na favela, no novo contexto, fez amigos e voltou a ser valorizado na sua habilidade para os assaltos. Se sua socialização pregressa no crime lhe fazia falta (Edu fala sempre "da sua época"), era momento de retornar a ter satisfação e reconhecimento pessoal no tráfico de drogas.

### ***De volta ao tráfico***

Sempre conseguia dinheiro com os assaltos. Depois de iniciar um relacionamento amoroso com uma mulher que era dona de uma barraca de venda de drogas da Cracolândia, ele entrou no ramo da venda de crack local e assumiu os negócios da namorada. Os novos contatos que a namorada lhe passou e sua experiência pregressa no mercado de drogas lhe foram de grande valia. Segundo ele, vendiam cerca de trezentas pedras de crack por dia e tinham dois capangas armados com facas para proteger a mercadoria. No novo contexto, conseguiu recuperar o status antes perdido na favela.

Além do fluxo periferia-centro, a fala de Edu chama a atenção para as diferenças na regulação do consumo nesses distintos códigos-territórios. No novo contexto, a saber na Cracolândia, além de ter mais liberdade para consumir o crack, Edu não precisava se afastar dos negócios do mercado de drogas. Sua condição de usuário não era um problema e, de certo modo, as fronteiras entre usuário e traficante são ali distintas daquelas da sociabilidade criminal nas periferias. Sua *expertise* como operador

de tal mercado, em seu bairro de origem, podia agora novamente ser posta em prática no novo contexto.

É interessante notar que a expansão discursiva do chamado mundo do crime em São Paulo, mencionada anteriormente, se dá no mesmo período da disseminação do consumo de crack na capital paulista, entre as décadas de 1990 e anos 2000. Em um contexto de tentativa de regular e pacificar os conflitos internos aos "pretos, pobres, periféricos", o consumo de crack emerge como algo problemático para a manutenção da ordem também nas políticas internas ao "crime", inclusive sendo interdito por elas nas cadeias do estado dominadas pelo PCC (Biondi, 2010).

O crack de certa maneira é recorrentemente visto, na perspectiva dos atores criminalizados, como catalizador de conflitos, dada sua suposta (e muito comentada em campo) potência de produzir “vício”, “perda do autocontrole e do cuidado de si” em comparação com outras drogas. Nesse sentido, a substância teria uma maior agência<sup>80</sup> na produção da degradação moral de seus consumidores e também no acirramento dos conflitos em torno das dívidas entre estes e traficantes. Dada uma maior atribuição à substância de agência na produção de endividamento, de degradação moral (expressa nos tipos ideais do *noia* ou do *verme*), ou de “perda da dignidade/ da identidade”, como afirma Edu, a gestão do consumo de crack me parece central na chave de regulação das condutas e dos conflitos empreendida pelo PCC nesses territórios.

Há, inclusive, uma gestão diferencial implicada nesta política do crime em cada território, para a qual Edu nos chama atenção quando afirma: “*Onde eu morava não podia usar droga assim à vontade! Nossa, to em casa!! Aqui[ na Cracolândia] pode usar droga no meio da rua, to em casa!*”. Convém ressaltar o que afirmou Biondi (2011), sobre o fato de que a ênfase dessa política não está na substância em si, mas nas condutas, nas definições sobre o que é *certo*. Mas, mais do que isso, como afirmou Rui (2014)

*“[...] se as apreciações morais excluem o noia como um outro, as relações comerciais (justo elas que parecem tão autoexplicativas) o incluem e, minimamente, os restituem como um sujeito. Assim, na mesma medida em que é a alteridade radical fundada em uma aparente exclusão, em um aparente descarte, o noia também desempenha um*

---

<sup>80</sup>Me inspira aqui a reflexão do antropólogo Maurício Fiore (2013) sobre os distintos agenciamentos das substâncias em paralelo com a produção de hierarquizações morais a respeito do consumo de cada uma.

***papel importante, que ainda precisa ser pesquisado: o de oferecer os contornos do certo” (Rui, 2014: 192 – grifos meus)***

Por isso, todo o empenho de Edu em não ser associado por seus pares à figura do *noia*, do *viciado*, quando ainda estava na periferia. Ele tentou encobrir ao máximo o seu consumo e, quando descoberto, afastou-se das atividades criminais em seu bairro para, por fim, se deslocar ao centro e buscar refúgio na Cracolândia. A chegada ali, ao contrário do que pensa o senso comum, não foi o "fim da linha", mas justamente o momento de reestruturação da carreira criminal (geração de renda, recuperação de status) no mundo do crime.

Em suma, Edu nos narra a sua perda de status em diversas esferas da vida social das periferias, a partir do consumo intensivo de crack, e suas consequências típicas, dada a valoração negativa de tal substância no meio do crime e as distintas regulações centro-periferia do mercado de drogas regulado, nesse período, pelo PCC. Quanto a essa regulação, Taniele Rui sintetiza: \

*“[...] 1) autovigilância para os que não querem perder o respeito dos pares; 2) vigilância constante dos que já o perderam, o que por sua vez, implica em limitar a circulação e o consumo no espaço, bem como ser ríspido durante as negociações; e 3) em casos de usos extremos, interdição, o que, no limite, pode resultar na expulsão dos bairros. Juntos, mas avaliados caso a caso, são esses os princípios que orientam a gestão dos noias em bairros marcados pelo tráfico de drogas e nos quais circulam as ideias do PCC” (Rui, 2014: 178).*

É o deslocamento categorial – de “vagabundo considerado”, Edu passa a ser tido como *noia* - no interior do código do crime em seu bairro de origem, além da ameaça de morte, que induz ao fluxo para o centro, onde Edu pode se recolocar no mercado da droga. A ida para a Cracolândia foi uma maneira de Edu se reterritorializar na geopolítica do chamado mundo do crime e voltar a exercer suas habilidades nos assaltos e no tráfico de drogas em outro local, o qual é compartilhado por pessoas, muitas vezes, com a trajetória também perpassada pela impossibilidade de retorno aos seus bairros de origem, sobretudo, devido a dívidas e relações conturbadas com o tráfico.

Disso decorre uma suposta mudança no perfil da chamada população em situação de rua, muito comentada em campo, sobretudo, entre os funcionários que atuam nos serviços voltados para esse público, mas também entre as lideranças do Movimento Nacional da População de Rua (MNPR) e na própria bibliografia específica sobre esse segmento social (Melo, 2016; Oliveira, 2012 ;Pereira, 2013). Se de um lado,

entre os anos de 1990, as pesquisas antropológicas e sociológicas apontam para um perfil social que não conseguiu se adaptar às lógicas do mercado de trabalho e de venda da sua força produtiva. Por outro lado, na virada para os anos 2000, o fenômeno se reconfigura, passando esta população a ser composta por parcelas cada vez mais jovens (entre 18 e 30 anos) que sequer um dia fizeram parte do mercado de trabalho (Melo, 2016)<sup>81</sup>. Segundo Tomás Melo (2016: 2):

*“Trata-se de um segmento mais jovem (...), pessoas que passaram grande parte de suas vidas em domicílios, em regiões periféricas das cidades, designadas como favelas. Em grande medida, avaliam ter boas relações com seus familiares, mas afirmam que foram obrigados a abandonar o núcleo familiar e a localidade em que residiam, seja porque se envolveram diretamente em atividades ilícitas, no comércio varejista de entorpecentes, ou ainda, em virtude de ameaças à vida, devido a dívidas contraídas no mercado de drogas, ou à necessidade de deslocamento territorial pelas regras de consumo de crack estabelecidas nos territórios de favela”.*

Essas pessoas buscam, por fim, refúgio nas ruas e Cracolândias da cidade. Esse é o caso de Edu que, diferentemente de seu pai trabalhador, desde seus 12 anos está inscrito no diagrama de relações do crime e nem sequer chegou a tentar pleitear uma vaga no mercado de trabalho legal-lícito. Nesse sentido, a trajetória de Edu e seu fluxo da periferia ao centro da cidade, refúgio de diversas marginalidades urbanas, vão na mesma direção do que argumenta Melo (2016:3): “o mercado ilícito de drogas, referenciado por moralidades, regras, condutas e etiquetas próprias, também começa a produzir refúgio de suas fileiras”.

## **Da Cracolândia à Cristolândia**

*“Eu fiz parte desses ossos secos. Mas, eu conheci Jesus. Jesus Cristo me libertou desse Vale dos Ossos Secos. E eu creio que Deus pode libertar vocês também desse Vale dos Ossos Secos que vocês estão presos. Estão amarrados por Satanás”.* (Pregação, Edu, 8 de abril de 2015)

---

<sup>81</sup>Uma mudança central também se deu no consumo de drogas. O álcool era a droga mais usada entre os moradores de rua adultos, nos anos 1990, frente prevalência do uso de crack entre os jovens em situação de rua nos anos 2000. Ver: Melo, 2016; Luciano, ; Rui,Matinez&Feltran, 2016)

### ***A Operação***

Edu diz que quando foi para o centro estava em busca de tratamento: “*eu queria internação, mas acabei ficando naquele inferno*”. Ele permanece em situação de rua, na Cracolândia, por quase um ano, durante 2011. Até que uma grande operação policial o induz a errância novamente. É nesse momento que ele se engaja em um novo movimento de desterritorialização e, posterior, reterritorialização em um novo código-território.

No dia 3 de janeiro de 2012, com a promessa de “acabar com a Cracolândia” a chamada Operação Sufoco foi deflagrada no território (Ver Capítulo 1). Edu estava lá e frente à violência policial e à iminência de ser preso, durante entrevista, me conta que foi na Missão Cristolândia que conseguiu refúgio. Ainda em 2011, no meio de dezembro, houve, segundo Edu, uma invasão da Divisão Estadual de Narcóticos (DENARC) e, posteriormente, foi deflagrada a Sufoco:

*“Depois que o Ano Novo passou, passou alguns dias quem invadiu a Cracolândia foi a Polícia Militar. Foi a repressão da Polícia Militar. Força Tática invadiu a Cracolândia. Tropa de Choque invadiu a Cracolândia. Nunca vi tanta polícia na minha vida. Mais de 50 viaturas da Força Tática. Tinha muita viatura, muita viatura. Aí a Força Tática chegou daquele jeito, dando tiro de borracha, usando o cassetete. Tirou todo mundo de lá. Quebrou a Cracolândia no meio. **E muita gente espalhou. Aí foi quando espalharam. Foi pra Sé, Parque D. Pedro, eu descí aqui pra baixo, outros foram para a Santa Cecília. Espalhou a Cracolândia. Acabou a Cracolândia, tirou ela de lá.(...)Eu descí aqui pra Cristolândia.**(Trecho de Entrevista, 2015 – grifos meus)*

Nesse contexto, diferentemente da cena passada nos bastidores de uma delegacia em um bairro de periferia, não havia *acerto* possível com a polícia. Dada a magnitude da operação assim como as distintas forças e poderes envolvidos, Edu só poderia fugir e se deslocar para escapar da violência policial e da possibilidade de ser preso. Após a operação, já havia perdido toda a sua mercadoria, estava sem dinheiro e perdeu o contato com a sua namorada. Nunca mais a viu.

### ***A Cristolândia como refúgio***

Edu escapa da Operação e da possibilidade do cárcere agenciando a sua internação no programa batista. Ele não foi o único a buscar proteção na Missão Cristolândia. Em fevereiro de 2012, algumas semanas após a ocorrência da intervenção policial, estive em

campo e escutei as narrativas dos missionários sobre a dificuldade da equipe em dar conta do súbito aumento do interesse em ir para os centros de internação batistas. Segundo uma missionária, Cíntia, *“foi uma loucura! Vixe! O atendimento triplicou. Costumávamos internar 40 por mês, na época, internamos 50 por semana.”*. Isso não significa que, assim como o Edu, todos cumpriram com o tratamento em sua integralidade. Ao contrário, grande parte permaneceu poucos dias ou semanas com posterior regresso às ruas – o que revela a “exceção” da trajetória de Edu, não a regra.

Acompanhada desse aumento súbito da procura dos usuários, veio também uma grande demanda de programas televisivos que após a realização dessa polêmica intervenção policial buscavam divulgar iniciativas e supostas soluções ao problema do crack<sup>82</sup>. Com isso, a Cracolândia sentiu alguns efeitos positivos da realização da operação policial. Passou a ser mais conhecida em nível nacional e receber mais doações para além dos limites das igrejas batistas ou evangélicas de São Paulo. Pessoas não crentes também passaram a contribuir. O projeto expandiu muito na passagem de 2011 para 2012 e, nesse mesmo período, foram abertas novas casas de internação em Santana, Pedra Bela, Campinas e no centro do Rio de Janeiro. Com a maior divulgação do trabalho missionário batista, também políticos de diversas cidades passaram a se interessar pelo programa. Inclusive, após a operação de 2012, a coordenação da missão foi procurada pela Prefeitura para tentar estabelecer parcerias.

*“Só que eles queriam fazer uma parceria que para nós não é vantagem. A parceria com o Estado eu não vi como uma parceria vantajosa. Porque o que ele me propôs foi: se eu tiro, no baixo, em uma semana, 50 pessoas da rua, o que ele me propôs foi tirar 100. Mas, eu tenho estrutura para tirar 100. Mas, não importa tirar 100. O que importa é que no final, depois do programa, eu preciso desaguar, escoar essas 100 pessoas. Pra eu escoar essas 100 pessoas, como que eu vou fazer? (...) eu preciso inserir essas pessoas no mercado de trabalho. Aí eles não querem fazer nenhuma parceria, eles só querem me ajudar a tirar. A tirar, eu não quero! Eu quero que ele me ajude na ponta” (Trecho Entrevista, Soraya, coordenadora Cracolândia, setembro de 2013)*

Com a fala de Soraya emerge mais um impasse. Ao que parece, as políticas estatais estão mais preocupadas em tirar as pessoas da Cracolândia e liberar o território do que “escoar” essa população para o mercado de trabalho ou outras possibilidades. Uma das formas do Programa Cracolândia “escoar”, como afirma Soraya, os alunos que

<sup>82</sup> Ver, por exemplo: vídeo “Cracolândia no Globo Repórter”, Youtube, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CT5a5DLR0UM&t=46s>.

terminaram o tratamento é a partir da contratação de missionários pela Junta de Missões Nacionais (JMN). Esse é o caso, por exemplo, de Edu, o qual optou por se profissionalizar na carreira missionária. Tal profissão é uma das poucas disponíveis no mercado de trabalho em que o fato dele ter parado os estudos aos 12 anos, ter ingressado em uma carreira criminal e, posteriormente, se tornado refugio do crime, “noia” e morador de rua não inviabilizam a sua contratação. Ao contrário. A sua história de vida pregressa à conversão religiosa não é um problema em si mesma, mas um potencial, na medida em que pode ser acionada para materializar e comprovar a eficiência do poder de Deus. Edu, diferente de muitos que procuraram a Cracolândia naquele período, figura, por isso, como caso exemplar e excepcional do sucesso do programa batista, corporifica a transformação que tal política evangélica quer operar nos indivíduos e nos territórios das “cracolândias” de todo o Brasil.

### **A conversão religiosa como estratégia de “sobreviver na adversidade”**

*“Aí eu fui e desci de lá. Falei: ‘não, eu não agüento mais’ e desci pra cá. E nesse dia tinha acabado de abrir Itaquaquetuba [Casa de Recuperação dos Batistas]. Aí o cara pregou e falou “quem quer ir hoje pra Itaquaquetuba vem aqui na frente”, “quem quer aceitar Jesus hoje vem aqui na frente”. **Eu não agüentava mais, Deborah, aquela vida. Tudo que eu já passei. Tudo que eu já tinha sobrevivido. Já tinha sobrevivido a muita coisa, já tinha visto muita coisa e eu não agüentava mais a minha vida. Se alguém tirasse a minha vida naquela época era um favor que me fazia. Eu não agüentava mais; tinha desgostado de viver. (...)Se eu continuasse naquela vida que eu tinha, só tinham dois caminhos pra mim: a sepultura ou a cadeia”** (Trecho de entrevista, 2015 – grifos meus)*

Para Edu, a internação nos centros cristãos batistas apareceu como uma alternativa interessante (talvez a única naquele momento) em sua vida, na qual estava inscrito em uma dinâmica em que precisava lidar a todo momento com a ameaça de morte e do cárcere, acentuada pela violência da Operação Policial. Na sua narrativa, a conversão religiosa emerge como uma terceira via entre a cadeia e a sepultura. Sem dinheiro, sujo e em situação de rua, foi na Missão Batista que Edu encontrou um abrigo e um refúgio frente a violência policial. Edu saiu da Cracolândia e foi levado para Itaquaquetuba, onde permaneceu por alguns meses na primeira fase do tratamento religioso. Depois passou por Bauru e Pedra Bela, segunda e terceira fase

respectivamente. No desenrolar do tratamento se converteu ao evangelho e foi batizado na Igreja Batista. Em menos de um ano, já estava de volta na Cracolândia. Porém, agora, como voluntário da missão batista. Tinha alojamento e comida gratuita, ainda era considerado como em fase de tratamento, mas já atuava no “resgate” dos usuários crack da região. Edu conseguiu uma bolsa para estudar em um Seminário Batista e, em 2015, estava quase terminando e pretendia seguir a carreira missionária. Estava de casamento agendado com uma das missionárias da equipe e já era um dos responsáveis pela pregações realizadas para o *povo da rua*:

*“Eu creio que Jesus pode fazer isso na tua vida, mas basta você dar o primeiro passo na sua vida. Tomar uma decisão. Não é fácil sair das drogas, principalmente, o crack. O crack é uma droga que domina a pessoa rápido. Mas, eu creio que se você entregar sua vida para Jesus (...) Todo dia vocês vem aqui tomar café, trocar de roupa, tomar banho e é onde vocês ouvem a palavra, **que é o mais importante para nós, que é pregar a palavra de Deus. É a palavra que convence. O Espírito Santo que vai alimentar o espírito de vocês, que vai conduzir vocês a ter uma vida normal, uma vida sadia, longe das drogas, longe do crime. Então, eu falo pros irmão, nessa manhã, Deus pode libertar cada um de vocês que estão aqui. Mulheres e homens. Basta vocês quererem, dar o primeiro passo: entregar sua vida para Jesus.**(...) É difícil sair sozinho, irmão! Pra você sair no mundo lá fora, é difícil, é complicado, é difícil sair. Às vezes, você não tem força pra sair. Você chega um momento na sua tarde, você não agüenta mais usar droga, **aconteceu isso aí comigo. Eu estava no meio desse Vale dos Ossos Secos, não agüentava mais. Pra mim se alguém me matasse aquela época, era um favor que me fazia. Porque eu não agüentava mais essa droga. O crack dominou a minha vida, dominou o meu cérebro. Eu não conseguia sair e Deus estendeu a mão para mim. Me tirou desse Vale dos Ossos Secos. E Deus, nessa manhã, está estendendo a mão para vocês, cada um de vocês que estão aqui. Deus quer libertar, quer transformar a sua vida. Quer dar o seu caráter, quer dar sua identidade, quer dar o seu RG. Cada um de vocês tem um nome, Deus quer dar o nome de cada uma de vocês.** (...)Martim Lutero fala assim: “aquele que é escravo do seu pensamento, não é livre para sonhar”. Infelizmente, **você é escravo do seu pensamento, é escravo das drogas. Você não é livre para sonhar. Você não tem opinião própria porque você está escravo da droga, do crack. E, nessa manhã, Deus está dizendo para vocês que vocês tem como sair das drogas, desse Vale dos Ossos Secos que você se encontra. Basta vocês quererem. Basta vocês terem um encontro verdadeiro com Jesus Cristo.***

*Mas tem que ser verdadeiro. **Que nem eu tive um encontro com Jesus. Eu não conhecia Cristo Jesus. Eu já tinha ouvido falar, mas não conhecia. E quando eu me deparei, aqui na Cristolândia, saí do Vale dos Ossos Secos e vim pra cá. Na Cristolândia, eu vi uma pessoa pregar a palavra de Deus aqui. E quando a pessoa estava pregando aqui, a pessoa fez um apelo. Sempre eu vinha aqui tomar café, irmão. Tomar café, trocar de roupa, tomar um banho e ir pra fora, ir pra rua. Mas, naquele dia, Deus tocou no meu coração. A pessoa que estava pregando aqui, a pessoa disse pra mim: “olha, quem quer ir para Itaquaquecetuba, hoje?!”**. E Deus tocou no meu coração, naquele momento. Me fez levantar do meu lugar. (...). **Mas, naquele momento, Deus me tirou a vergonha. E eu vim aqui na frente, entreguei minha vida para Jesus Cristo. E faz 3 anos e 3 meses que eu estou aqui, na casa do Senhor Jesus Cristo. Saí daquele Vale dos Ossos Secos, onde eu me encontrava. Hoje, eu faço seminário. Estou há dois anos e meio no seminário. Estou fazendo uma faculdade, vou me formar Teólogo em nome de Jesus eu creio nisso. E, hoje, Deus também me deu uma noiva. Eu estou noivo. Dia 19 de julho eu vou casar. Então, Deus me devolveu meu RG, me devolveu minha identidade. Deus me devolveu meu caráter. Hoje, meu nome é [Eduardo]. Hoje, eu tenho nome porque antigamente eu não tinha mais nome. Perdi tudo, as drogas me tiraram tudo que eu tinha. Tirou a minha felicidade, tirou a minha alegria de viver. E, hoje, eu vivo com alegria, servindo Cristo Jesus. Saí desse Vale dos Ossos Secos. E vocês também que estão na frente de mim, meu irmão. Eu não sou melhor que ninguém que tem aqui, irmão. Todos vocês são filhos de Deus. Deus escolheu vocês. Mas, você tem que dar o primeiro passo, mulheres e homens. Vocês têm que tomar uma decisão na tua vida. Até quando vocês vai ficar na droga? Quando Jesus voltar? Aí é tarde, irmão. Porque Jesus está voltando, irmão. A bíblia diz. Jesus está voltando. Não sabemos o dia, nem a hora pra ele voltar. E sua palavra e sua profecia vai se cumprir. E hoje é real, hoje é presente. (...) Amanhã você não sabe se você vai estar vivo. Mas, hoje, você está aqui, você está ouvindo o que Deus pode fazer na tua vida. Fez na minha vida e pode fazer na tua vida. Basta você acreditar nesse Cristo, que libertou muitas pessoas, que me libertou também das drogas. Amém, meus irmãos?! É essa a palavra que eu deixo para os irmão e pensa, irmão! Pensa direitinho. Pensa direitinho porque, hoje, é real, amanhã, você não sabe se você vai vencer aqui. Amém?! Vamos orar pelo café, em nome de Jesus?”** (Pregação, Edu, 8 de abril de 2015 – grifos meus)*

Aos poucos, Edu se transformou em um dos operadores da política evangélica e parece acreditar que o caminho que ele próprio escolheu é o mesmo que os outros, que ainda estão na Cracolândia, também deveriam seguir. A pressuposição é que se deu

certo para ele, dará também para todo mundo que ali está – o que não se confirma empiricamente. A agência de cura divina assim como operou com ele, pode “salvar” e “libertar” todos das drogas. Nesse sentido, sair do crack ou da Cracolândia seria um problema do âmbito da escolha individual/espiritual. Tal pressuposto que fundamenta as suas afirmações de que “basta você dar o primeiro passo na sua vida”, “tomar uma decisão”, “basta vocês quererem”, “basta vocês terem um encontro verdadeiro com Jesus Cristo”. Trata-se de uma escolha e de uma entrega. Escolha, esta, que supostamente foi a que ele próprio fez e que lhe possibilitou mudar de condição e sair do “Vale dos Ossos Secos”, ou seja, da Cracolândia, e passar a ser um dos membros da política batista. Entrega esta que lhe possibilitou pregar o milagre de Deus em sua vida. Inscrito em um novo “código-território”, Edu passa a operar um jogo permanente entre igualar-se e diferenciar-se daqueles que procura convencer e evangelizar. Recorre constantemente à sua experiência pregressa como vínculo para converter aqueles que ele supõe estarem na mesma condição que um dia ele esteve, tais como “escravos do crack” como sugerem suas palavras.

Se foi na Cracolândia que, anteriormente, ele encontrou refúgio e conseguiu estabelecer suas relações e status em meio aos códigos do tráfico de drogas, também foi ali que ele conseguiu agenciar uma “transformação” na sua vida, na medida em que passou a acessar outras redes de ajuda e sociabilidade atrelada às Igrejas Batistas. A entrada no programa religioso, para muito além de lhe possibilitar interromper o seu consumo de crack, lhe ofereceu proteção frente aos riscos da cadeia e da morte e ainda lhe alçou a outra posição social e moral frente aos seus pares da Cracolândia, mas também frente a sua família e aos seus conhecidos e antigos parceiros da vida no crime, em seu bairro de origem. Além disso, as redes evangélicas possibilitaram que Edu agenciasse a continuação dos seus estudos e uma significativa melhora da sua condição material de vida frente a que vivia na Cracolândia.

Daniel Hirata (2010), em sua etnografia feita em uma periferia de São Paulo sobre as conexões entre o mercado legal e ilegal, informal e ilícito, compreende a expressão de “sobreviver na adversidade” da seguinte maneira:

*“em primeiro lugar uma experiência de enfrentamento das dificuldades imanentes às complexas e desiguais formas de distribuição de riqueza não formalizada que circulam na cidade, em segundo, para além das formas de subsistência as pessoas e suas famílias, esta experiência diz respeito à construção de formas de respeito de dignidade relacionada a*

*um jogo de forças que pode conduzir a morte, visto como não previsível, e que, portanto, exige certo proceder nas suas formas de conduta correspondentes” (Hirata, 2010: 19)*

Trata-se de uma forma de conduta ativa e reflexiva de, de um lado, sobreviver à chamada “violência urbana”, que expõe a população mais pauperizada ao limiar entre a vida e a morte e, de outro lado, a expansão do mercado informal, as novas formas de precarização do trabalho e o crescimento dos chamados mercados ilegais, informais e ilícitos. Ou seja, o risco de morte violenta e a ameaça de pobreza extrema. “Entre esses dois conjuntos de fatos, uma parcela enorme da população que vive nas periferias paulistas tenta sobreviver, em um trânsito contínuo entre a defesa da vida e a busca de oportunidades de trabalho” (Hirata, 2010: 137). Incluiria também, de acordo com as ameaças temidas por Edu, o cárcere como mais um risco a ser administrado em um contexto de crescimento do encarceramento em São Paulo. Apesar de nunca ter sido preso, Edu sempre lidou com essa possibilidade bem de perto, seja pela prisão de seu irmão e de conhecidos, seja pelos *acertos* que estabeleceu com a polícia. Como ressalta Telles (2010: 169), “saber ‘sobreviver na adversidade’ supõe certa habilidade em transitar entre fronteiras”. Segundo a autora,

*“É uma expressão que circula no ‘mundo bandido’. Porém, ao que parece, todos os moradores das periferias da cidade sabem muito bem o que isso quer dizer: saber transitar entre fronteiras diversas, deter-se quando é preciso, avançar quando é possível, fazer o bom uso da palavra certa no momento certo, calar-se quando é o caso. E, sobretudo, saber jogar com as diversas identidades que remetem a esses diversos universos superpostos e embaralhados nas coisas da vida. Em outros termos, como passadores que são entre as fronteiras do mundo social, saber transformar esses diversos territórios em recursos de vida, vias incertas de construção de outros possíveis que lhes permitam escapar seja da morte matada, seja da pobreza extrema”.*

A trajetória de Edu chama atenção para a sua notória capacidade de transitar por códigos-territórios tão distintos que o tornam capaz de negociar com traficantes, policiais, usuários de drogas ou missionários evangélicos. É a partir de seus deslocamentos pelas fronteiras do mundo social que Edu pode contornar situações de extremo risco e encontrar refúgios possíveis.

\*\*\*

O Capítulo que se segue irá abordar o contexto de reconfiguração e expansão da trama institucional local pós-Sufoco a partir dos cotidianos de três interlocutores de campo, duas usuárias de crack e um *disciplina*, que circulam pelos aparelhos de cuidado sediados na Cracolândia. Diferentemente de Edu, nesse novo contexto, eles se apropriam da trama institucional para permanecer na rua e “se virar” na Cracolândia.



(Fonte da Imagem: Folha de S. Paulo)

### **Capítulo 3 - Entre a circulação e a sedentarização**

## Os personagens

### *Cleo*

Cleo tem 33 anos, fuma crack há 17. Ao contrário do que, eventualmente, poderiam imaginar, ela afirma “*eu me formei e tive os melhores empregos fumando crack*”. Nascida e criada em uma periferia de Guarulhos, é filha de mãe solteira pernambucana. Sua mãe migrou para São Paulo aos 22 anos, expulsa de casa e da cidade de origem pelo pai ao ter engravidado. Em São Paulo, criou a primeira filha em abrigos para mulheres. Alguns anos depois, se casou e engravidou novamente da segunda irmã de Cleo. O casamento não durou muito e logo o casal se separou. Cleo é a caçula da família, fruto de um caso da mãe com o patrão da empresa onde trabalhava. A mãe optou por nunca contar ao seu chefe que estava grávida da menina. Por isso, Cleo não conheceu o pai. Ela conta que nunca conversou com a mãe a respeito. As poucas informações que tem foram obtidas de conversas com a irmã mais velha e sua tia.

Cleo morou em Guarulhos com a mãe até os 18 anos, quando se mudou para São Paulo e começou a trabalhar no Call Center do Bradesco. Aos 20 anos, ingressou no curso de Administração de Empresas na Uninove, se tornou Analista Júnior no Bradesco, onde trabalhou até 2004, e se formou em 2006 com 24 anos. Ela foi a única da família a completar o ensino superior. Depois de formada, trabalhou em corretoras de seguros e alugou uma casa no bairro da Freguesia do Ó para onde se mudou junto com a mãe. Cleo se especializou no setor financeiro. Fez cursos sobre o tema e abriu uma empresa de consultoria com amigos próximos para dar aulas particulares para funcionários de bancos e quem mais tivesse interesse em começar a operar na bolsa. A sociedade não durou muito e, logo, ela saiu da empresa. Durante um período, passou a trabalhar sozinha e ganhar dinheiro vendendo e comprando ações por conta própria. Até que foi contratada pelo banco City Bank. Segundo ela, seu trabalho consistia em gerenciar uma carteira de clientes: “*Eu operava para, mais ou menos, uns trezentos clientes. Então, esses caras colocavam o dinheiro na conta e eu operava para eles. Eu tinha que garantir 5% do dinheiro deles, todo mês, comprando e vendendo ações*”.

Entre os anos de 2006 e 2013, Cleo comprou um terreno para sua mãe na periferia em que moravam em Guarulhos. Construiu uma casa e ambas retornaram para o bairro de origem. Durante esse período, Cleo trabalhava e costumava usar crack só em

alguns finais de semana. Conforme me contou, não utilizava a droga na rua, mas ia até a Cracolândia para comprar e fazia o uso em hotéis. Não os hotéis e pensões que ficam na própria região, esses não gostava. Costumava ir ao hotel “Fórmula”<sup>1</sup>, na Praça da República. Como sempre viajava a trabalho para São Paulo, sua mãe não desconfiava de seu consumo<sup>83</sup>. Tampouco consumia a droga em sua própria casa ou na região em que ela e sua família moravam: *“Ó, perto da minha casa, onde eu moro, eu nunca consumo. Nunca usei droga na minha casa, nunca levei droga pra casa. Se eu for embora agora, esqueço tudo, não levo nada”*.

Cleo situa o momento em que começou a ter problemas em sua carreira profissional como o fato que a fez “chegar nessa situação”<sup>84</sup>, ou seja, fumar crack com mais frequência e intensidade nas ruas da Cracolândia.

*“Como eu te falei, eu tinha uma carteira muito extensa e eu fazia várias operações. Todas elas no meu nome. (...) Quando você é da bolsa, você tem uma certificação que está vinculada ao seu nome para você poder fazer isso. Então, tudo que você faz é ligado ao seu nome. Lavagem de dinheiro, etc, tudo que você faz está vinculado ao seu nome! Então, os meus clientes estão fora disso. O dinheiro é deles, então eles declaram como eles ganharam e de que forma. E eu também. Nessa de declarar o Imposto de Renda, o meu contador esqueceu de colocar uma das operações que eu fiz para mim, uma operação de 12 mil e pouco. E calhou, olha só que coisa, eu troquei de carro nesse mesmo período. (...) Aí a receita me pegou e bloqueou todos os meus bens. Até eu explicar, até eu conseguir explicar que ele errou na contabilidade e que ele declarou errado... Aí foi um ano e meio, a receita só libera depois de dois anos.” (Trecho de entrevista, março de 2015)*

Com esse problema na Receita Federal não podia mais continuar seu trabalho no City Bank e foi demitida. Sem emprego, porém ainda com algumas reservas começou a passar períodos mais longos na Cracolândia. Segundo ela, ao ser desligada pelo City Bank, foi quando sua vida começou a mudar: *“Eu comecei a me entregar mais assim. Coisa que eu nunca fiz foi vir para ficar aqui[na Cracolândia]. Sempre vim, peguei*

---

<sup>83</sup>“Eu chegava sexta à noite. Tipo, saía do trabalho e pegava meu carro. Sozinha. Aí deixava o meu carro lá em cima, vinha, comprava aqui ou na Guaianazes e ia para algum hotel. Aí ficava um fim de semana inteiro. Como eu sempre viajei muito, falava para a minha mãe que eu ia viajar. Falava que ia para um sítio com amigo, alguma coisa do tipo. Eu viajava muito, para trabalho e para lazer. E aí ficava um final de semana inteiro.” (Trecho de entrevista, março de 2015).

<sup>84</sup> Para uma análise da expressão “nessa situação” na sua relação à corporalidade dos usuários de crack, ver Rui (2014). No capítulo 5, a antropóloga argumenta que “os usuários de crack não assistem passivamente ao definhamento de seus corpos. Ao contrário, eles fazem isso com os próprios corpos” (p. 279).

*minha droga e fui embora. Mas, aí a primeira vez que eu falei ‘meu, vou dar um trago aqui!’, foi a cota sabe? A energia do lugar é tão ruim que ela te prende. Você não consegue sair. (...) Eu falo ‘vou dormir, já não tenho mais nada!’, aí sempre aparece alguém para te dar droga. É impressionante! Sempre! (...) Parece que é o Diabo mesmo né?!’.* (Trecho de entrevista, março de 2015)

Se, antes, seu consumo se limitava a finais de semana esporádicos que passava três dias usando crack dentro de um hotel, a partir de 2013, sua trajetória de consumo sofre uma inflexão e ela passa a permanecer nas ruas da Cracolândia por períodos mais longos alternados com retornos para casa. A dinâmica do seu consumo se alterou completamente. Conforme me contou, oscilava entre passar algumas semanas ou um mês na Cracolândia até ir para casa, onde permanecia também por algumas semanas ou meses. Na época em que nos conhecemos, março de 2015, Cleo já estava há dois meses direto na Cracolândia sem retornar para casa e a cada dia que nos encontrávamos afirmava enfaticamente que ia embora “daquele lugar”. Eu também reparava que a cada dia ela parecia mais magra e algumas feridas apareceram em seu rosto.

Cleo conta que costumava colocar um teto diário de gastos de 50 reais. Dinheiro, este, gasto exclusivamente com crack e que equivale a cinco pedras. Comida, banho e roupas não geravam gastos extras, tendo em vista serem recursos que ela conseguia com os serviços que atuam na região<sup>85</sup>. Para conseguir dinheiro, Cleo se recusava a vender droga, por não querer ser considerada traficante. Sua atividade principal consistia em pegar fios de cobre de construções e obras abandonadas para revender. Porém, também arrumava trabalhos momentâneos pelo centro da cidade, tal como garçonne de restaurantes e, mais atualmente, está trabalhando em um Call Center. No mais, para a sobrevivência cotidiana, buscava os serviços da região. Era frequentadora assídua da Missão Cristolândia. Por alguns meses, nos encontrávamos diariamente por lá. Mas, também circulava pelos outros, principalmente, o Recomeço e o De Braços Abertos. *“Eu frequento quase todos. (...) Aqui [Cristolândia] é o lugar que eu mais frequento. A Tenda [do Recomeço], eu quase nunca vou. Eu só vou quando não consigo tomar banho aqui, aí eu vou de tarde. Para mim é de praxe, tomo banho todos os dias. Só que*

---

<sup>85</sup>“Como eu te falei, não precisa gastar com comida porque ó tomei café da manhã aqui [na Cristolândia]. É de graça. Daqui a pouco tem o almoço, que é gratuito. Depois, mais tarde, tem o sopão ali nos Alcoólicos Anônimos. Se eu quiser ir, também é gratuito. Lá também tem banho, mas eu não tomo banho aí não. (...) Mas, aqui [na Cristolândia], é o único lugar que dá roupa. Aqui você já toma banho e troca de roupa. Tem o Complexo Prates também que eu nunca fui, mas dizem que tem roupa também. (...) Esse eu nunca fui não, mas dizem que é bom” (Trecho de entrevista, março de 2015).

*aqui é o lugar que é mais completo pra mim. Eu gosto, é um lugar que eu gosto.”* Apesar de frequentar a Cristolândia cotidianamente, Cleo nunca quis ir para as casas de internação, sendo este, inclusive, um motivo de tensão com a equipe que a fez se afastar do espaço da Missão por um período. Sobre a relação da Cracolândia com os serviços, ela afirma:

*“Então, hoje eles estão ali por que? Porque a Prefeitura encurralou e acomodou acho. Pro usuário ficar ali é muito cômodo. Aqui [na Cristolândia], por exemplo, você tem tudo. Você tem banho, tem comida. Lá [na Cracolândia] também, você para lá, a Tenda [do Recomeço e do De Braços Abertos] dá banho, só não dá comida, mas aparecem as igrejas todos os dias que dão comida. É todos os dias em horários diferentes. De quinta você sabe quem vai dar comida, de sexta, enfim, todo dia alguém vai dar comida. Enfim, todo dia tem comida. De manhã, café da manhã pode vir tomar aqui. Tem o sopão ali de tarde. Os usuários que querem trabalhar fazem o cadastro na prefeitura. Esse pessoalzinho que vem de azul. Eles fazem o cadastro, aí a Prefeitura dá um hotel pra eles morarem, um quarto de hotel pra eles morarem. (...) Aí eles ganham um ticket de café da manhã, almoço e janta no Bom Prato todos os dias. É muito cômodo ser usuário aqui na Cracolândia. Então, assim, a prefeitura, ela ganha muito em cima disso né. (...) Enfim... Já me fizeram várias propostas. “Por que você não vem trabalhar com a gente aqui no Recomeço, morar aqui nos hotéis?”. Meu, é cômodo. Eu até poderia fazer isso, mas aí eu diria que pra mim seria o fim mesmo, porque enquanto eu não tenho vínculo nenhum aqui, meu vínculo é enquanto eu quero, mas se eu fizer esse tipo de vínculo, de vínculo empregatício dizemos assim, aí eu acho que não sei mesmo porque é muito cômodo. É muito cômodo”. (Trecho de entrevista, março de 2015)*

Poucas semanas depois desta entrevista, Cleo conseguiu uma vaga nos hotéis do Programa Municipal De Braços Abertos. Segundo ela, uma conhecida que era beneficiária conseguiu a vaga para ela. Cleo apenas vivia no hotel, não participava de nenhuma frente de trabalho. As últimas vezes que eu e Cleo conversamos foram através de mensagens trocadas no Facebook. Foi por meio desta rede social que, em setembro de 2015 (sete meses depois da entrevista) me contou estar em uma clínica de recuperação particular perto do município de Ibiúna. Além disso, nesta mesma mensagem, ela dizia: *“esse mundo de vícios não me pertence mais. Acho que gostaria de saber. Beijos, saudades nos encontraremos na melhor”*. Foi nesse momento, após 19

anos de uso, que Cleo contou para a família sobre sua relação com o crack e, em suas palavras, “pediu ajuda” Em novembro, ela já havia saído da clínica e me escreveu:

*“Já estou de volta...rs..agora quero recuperar meu trabalho, minha vida novamente, longe das drogas. (...) Estou retomando minha profissão, certamente entrarei novamente na sociedade que desfiz há alguns anos atrás na minha empresa de ensino para novos investidores, enfim, quero minha vida de volta. Pretendo escrever um livro, que se chamará Vícios e virtudes, e sobre toda a experiência no vício do crack. Enfim! Estou cheia de planos e projetos. E você certamente tem participação nessa minha recuperação, que é diária. (...) quando nos conhecemos eu estava no fundo do poço, longe do que fui um dia...e achando que estava tudo certo, até que me vi inexplicavelmente, com uma família incrível me dando todo o apoio necessário. Me lembro que na clínica a maioria das meninas não recebiam visitas, e minha família na primeira visita fez logo um churrasco para que eu me lembrasse dos velhos tempos, dos almoços e jantares em famílias. algumas coisas não tem preço. Posso optar em passar frio com uma cama limpa e quente, posso optar por passar necessidade e solidão na rua, mesmo sendo eu tão popular onde quer que eu vá. Eu posso optar por uma série de coisas quando tenho um família tão privilegiada e maravilhosa a troco de nada. Mas mesmo nos piores lugares, Deus me mostra pessoas maravilhosas pelas quais passam por mim e permanecem se assim eu achar necessário e válido. E você é uma dessas, acho necessário e válido que você permaneça na minha vida!”*

Ficamos meses sem contato, até que em julho de 2016, ela me enviou a seguinte mensagem: *“Olá! Tudo bem? Advinha onde estou novamente? Na Cracolândia... E você como está? Sdds! Bjs”*. Depois nunca mais nos falamos e ela parou de responder minhas mensagens.

### **Fernanda**

Eu sempre encontrava Fernanda pela Cracolândia, cada dia acabávamos nos esbarrando na sede de um serviço de atenção diferente. Há muitos concentrados pela região. Terça-feira nos encontramos na Missão Cristolândia, onde ela costuma tomar café da manhã e levar carinhosamente seu *neto*, filho da sua vizinha de hotel, para tomar banho. Nesse espaço que nos conhecemos, ainda em 2013. Com 35 anos, avó, mãe e baiana, Fernanda está na Cracolândia há quatro. Mas, demorei em fazer a ligação com a nova figura que via na minha frente. Quando nos conhecemos, em 2012, ela era muito

mais magra e não tinha cabelos, havia raspado tudo por conta de uma infestação de piolhos. Relendo as descrições dos meus diários de campo antigos, lembrei da cena do primeiro dia que nos vimos. Eu estava responsável por preencher as fichas com os dados de cinco mulheres sentadas em uma mesa à espera do café da manhã ser servido. Fer era uma delas. Neste dia, ela parecia transtornada. Chorava muito e repetia que era aniversário da sua filha de 4 anos. Depois, contou rapidamente que não sabia onde suas três filhas estavam, pois haviam sumido com o ex-marido. Já fazia dois anos que não as via.

Neste dia, três anos após o nosso primeiro e conturbado encontro, ela estava irreconhecível. Mais encorpada e seus cabelos ainda curtos cresciam. Ela tampouco pareceu se lembrar de mim. Trocamos algumas palavras sobre a fofura do bebê que estava em seu colo e sobre o fato de que ela gostava de levá-lo até ali para “respirar outro ar”, dado que o ar no *fluxo* está impregnado pela fumaça que se acumula enquanto centenas de cachimbos simultaneamente queimam pedras de crack. Mencionou que ali lhe parecia um lugar mais tranquilo para passar parte da manhã com uma criança. Apesar de, como me explicou, quando está no *fluxo* com o neném todos respeitam. Ela grita “Olha o anjo!” e as pessoas abrem caminho e escondem seus cachimbos em sinal de respeito. Dias depois eu confirmaria essa afirmação, vivenciando essa experiência em sua companhia. Enquanto conversávamos, seu marido chegou. Fernanda nos apresentou rapidamente, mas logo nos despedimos, pois eles iriam regressar para casa.

Dias depois, nos encontramos no De Braços Abertos, enquanto eu conversava com o porteiro do prédio da Adesaf (Associação de Desenvolvimento Econômico e Social às Famílias), ONG que administra as frentes de trabalho dos beneficiários e moradia destes em hotéis conveniados com o programa municipal.

Fer se juntou a nós, pois esperava a Kombi que sairia dali para ir ao curso de prevenção de HIV/ Aids. Trata-se de uma formação necessária para que ela começasse a trabalhar na, até então, nova frente de trabalho criada no programa. A proposta era criar uma equipe de beneficiários que circulassem de bicicleta pela região central, acompanhados por um técnico social e distribuindo preservativos. Fer estava muito empolgada em sair da frente de trabalho da varrição para trabalhar nessa campanha de prevenção de DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis). Foi ali que entendi que ela é beneficiária do programa e que, por isso, vive com seu marido em um dos hotéis conveniados da região.

Nesse dia, ela me reconheceu e já perguntou logo de primeira “*Você trabalha lá na Cristolândia, né?*”. Respondi que não exatamente e expliquei sobre a pesquisa de Mestrado. Ela, mostrando que entendeu, me pergunta “*Ah, então, você é universitária?*”. Confirmei e ela emendou a conversa me perguntando se eu gostava de trabalhar lá na Missão. Enfatizei meu interesse de compreensão da maneira em que o atendimento funciona, logo ela me interrompeu, dizendo “*Eu odeio aquele lugar, só vou lá quando precisa mesmo!*”. Estrategicamente ou não, tendo em vista que Jonas (homem trans porteiro da ONG) nos observava, já adicionou que estava muito feliz com o De Braços Abertos e que, antes do programa, chegava a fumar 20 pedras por dia, mas que agora trabalhava todos os dias pela manhã e só fumava uma pedra aos finais de semana para relaxar. Segundo ela, o fato do seu marido, Mário, não ser usuário e não gostar de crack também a motiva a fumar bem menos. Ele, por sua vez, ainda não estava em uma frente de trabalho, mas ambos viviam no hotel e negociavam uma vaga para ele. Fernanda teve que seguir para o seu curso, então nos despedimos. Na semana seguinte, quando regressei ao campo com Marina Mattar, pesquisadora e mestre em Sociologia da USP<sup>86</sup>, encontramos com Fer no espaço de convivência da Tenda do De Braços Abertos. Havia muitas pessoas, beneficiários uniformizados, homens e mulheres com roupas surradas e rasgadas, alguns conversavam, mas a maioria estava sentada em cadeiras de plástico e compenetrada na programação da Rede Globo que passava em uma televisão pendurada perto do teto. Estavam ela, Mário e o *neto* de 3 meses sentados em um muro baixo perto do portão de entrada e saída. Mário dedilhava alguns acordes em seu violão. Conversamos um pouco, mas logo um funcionário do Programa Recomeço veio convidá-lo para cantar e tocar seu violão no interior do prédio, ainda em reforma, de atendimento do programa do Governo do Estado, o qual está localizado do outro lado da Rua Helvétia, não à toa, bem em frente ao espaço do Programa Municipal. Fernanda, na mesma hora, nos convidou orgulhosa para ir assistir ao marido tocar. Adentramos ao piso térreo do prédio do que seria um futuro hospital com leitos para internação dos chamados *dependentes químicos*. Por enquanto, apenas esse primeiro andar ao nível da rua e a academia de ginástica localizada no segundo piso contam com a obra e a infraestrutura finalizada. Ao entrar no prédio, a estética *clean* dos jalecos brancos que vestem os funcionários e das paredes brancas combinadas com algumas portas e janelas de vidro se contrastam com corpos negros marcados pela sujeira da rua,

---

<sup>86</sup> Ver, Mattar (2016).

os quais buscavam a possibilidade de tomar uma ducha a tempo dos rígidos horários disponíveis para a oferta do banho.

Entramos e nos dirigimos a um banco branco em formato de “s”, localizado bem na parte central do espaço, onde algumas pessoas já estavam sentadas esperando a sua vez de tomar banho. Fer enfaticamente mandou uma mulher que estava deitada se endireitar para que eu e Marina pudéssemos sentar confortavelmente. Éramos suas convidadas. Permanecemos ali escutando Mário cantar músicas de estilo Gospel. Eu não reconheci nenhuma letra. Porém, muitos entoavam os louvores alegremente junto com ele. Tivemos que sair, pois o neném (de apenas 3 meses) estava com a fralda suja e começou a chorar de fome. Logo na porta, Fer encontrou o pai da criança. Ele pegou o menino no colo e brincou um pouco, mas já ia devolver para Fernanda quando ela demonstrou querer deixar o bebê com ele. Sua reação foi rápida e enfaticamente contrária “*Quando o muleque está limpinho e mamado, um mamãozinho, aí você quer ficar com ele, né?! Agora com fome e cagado quer deixar comigo? Vai lá em casa, pega o NAN dele e faz!*”. Desoladas, saímos e seguimos Fer por dois quarteirões até o SAE (Serviço de Assistência Especializada), onde a mãe dele faz tratamento de HIV/Aids na tentativa de encontrá-la. Fernanda rapidamente entregou seu *neto* para a mãe e regressamos ao Recomeço para encontrar Mário e irmos almoçar no Bom Prato.

Depois do almoço, eu, Fernanda e Marina seguimos de volta ao *fluxo* e sentamos na esquina entre as ruas Helvétia e Dino Bueno, em frente a um hotel em reforma que havia se desconveniado do programa municipal. O proprietário alegava que a Prefeitura deveria arcar com os custos da reforma e com os prejuízos que ele teve com a depredação do prédio e com os roubos de chuveiros, bicas, lâmpadas e grande parte da fiação elétrica. Naquele território, tudo é passível de ser trocado por crack. Passamos a tarde ali conversando. Rapidamente, o centro de São Paulo parecia uma cidade pequena. Fer cumprimentava todos que passavam pela rua. Todo mundo se conhece na Cracolândia. Não só entre os “usuários”, mas também os funcionários estatais, os porteiros dos hotéis e pensões da região, alguns moradores, comerciantes e militantes das ocupações, etc. Os próprios policiais, sobretudo da Guarda Civil Metropolitana (GCM), são ao menos visualmente conhecidos e é sabido quais são os mais violentos e os mais amigáveis. Nós mesmas estávamos sentadas em frente a uma viatura da GCM onde dois policiais, um homem e uma mulher, estavam encostados e conversavam enquanto vigiavam o movimento. Todo mundo se olhando e se vendo por todo tempo.

Apesar da proximidade da polícia, todos tentam manter certa distância, dado as freqüentes ações violentas e vexatórias as quais são submetidos e ao fato de que conversar com polícia não é uma boa idéia e deve ser evitado, na medida em que essa prática pode ser enquadrada como *caguetagem*<sup>87</sup> e costuma ser repreendida pelos próprios freqüentadores do *fluxo*.

Fer tentava agenciar um cigarro de maconha com suas amigas. Conforme contou, a maconha lhe está ajudando a diminuir o consumo de crack. Pedia a erva para um ou dinheiro para outro. Um homem passou, ela o chamou, mas ele seguiu apressado, afirmando “*os irmão tão tudo la na biqueira, vamo pras idéias!*”<sup>88</sup>. E seguiu seu caminho. Logo Fer arrumou a droga com um amigo, um polenguinho com outro e também conseguiu um Buscopan com a Pastora e coordenadora do Recomeço para aliviar sua cólica. Nesse dia, não havia ido ao curso de prevenção de HIV/ Aids, devido a tanta dor que sentia. Foi nesse mesmo dia que notei a tatuagem de Fer em um dos seus ombros: um *ying-yang* com cerca de quatro centímetros de diâmetro, feito no período que ela estava na cadeia. O símbolo japonês representa o equilíbrio entre o bem e o mal e, sabidamente, é um dos símbolos que fazem referência ao Primeiro Comando da Capital (PCC). Mário, seu marido, também tem sete caveiras tatuadas no braço de quando estava na prisão. Um dia, em tom de brincadeira, disse que cada uma representava cada pessoa que ele havia matado. De fato, caveiras costumam ser tatuadas por homicidas, mas não há uma correlação direta entre uma coisa e outra. Percebendo a minha expressão de surpresa, ele deu risada e disse que era zoeira.

### ***Seu Cido***

Eu conheci Seu Cido na Cracolândia no começo de 2015. Foi Cleo quem me apresentou a ele como um *disciplina* local. Seu Cido é natural de uma cidade do interior do Estado de São Paulo, tem 24 irmãos e é filho de pai policial aposentado e de mãe cozinheira aposentada. Ele e sua família moravam em uma casa de um conjunto habitacional (COHAB) comprado pelo pai na metade dos anos 70. Seu Cido estudou

---

<sup>87</sup>Trata-se de uma expressão para se referir à prática de “traição”, ou seja, de passar informações privilegiadas, seja sobre o tráfico ou outros conhecimentos internos para o “inimigo”, nesse caso, a polícia.

<sup>88</sup> Nesse caso, o homem fazia referência à realização de um debate organizado pelos membros do Primeiro Comando da Capital (PCC). Como foi abordado no capítulo anterior, há uma vasta bibliografia sobre a atuação do PCC nas periferias e presídios de São Paulo na regulação de condutas e do mercado de drogas, assim como na mediação de conflitos e manutenção da ordem local. Ver: Feltran(2011, 2012) e Biondi (2010).

até o 2º grau completo e começou a trabalhar com 12 anos em uma padaria do seu bairro. Aos 15 anos, realizava pequenos furtos em mercados e, posteriormente, passou a roubar carros e mansões.

Em 1994, conta que o tráfico chegou à sua cidade, “*meu primo trouxe. Antes tinha maconha, mas cocaína e crack não*”. Nesse período, começou então a trabalhar como vapor na biqueira do primo, *irmão* do PCC, e ganhava em torno de 600 a 700 reais por noite. Essa foi uma primeira etapa da sua participação no tráfico local. Depois, também ocupou o cargo de gerência, no qual, segundo ele, ganhava cerca de 4.800 reais por mês. Além do tráfico, também realizava 157 e trabalhava no mercado legal como segurança, frentista de posto de gasolina ou em padaria e depósito de bebidas. Os assaltos e as atividades do tráfico serviam para complementar a sua renda. Seu Cido não teve passagem pela antiga FEBEM e sua primeira prisão ocorreu apenas em 2008 por tráfico de drogas quando tinha 34 anos. Pode-se considerar que entrou velho no sistema penitenciário. Explica que isso se deve ao seguinte fato: “*eu já comprava a minha droga e colocava os moleques para trabalhar para mim*”. Essa era a sua estratégia para evitar ficar na linha de frente e assumir todos os riscos do negócio.

Quando foi preso, optou por ir para uma cadeia com a disciplina do Comando:

*“Quando eu cheguei, eu já conhecia todo mundo que estava preso lá. (risos) Meu sobrinho estava preso lá. Na hora que eu tranquei na cadeia, aí já me chamaram para o setor que tem que dar o nome da quebrada que você mora, qual irmão você conhece na quebrada. (...) Ele vai puxar a sua vida para ver se você é digno de estar convivendo junto com o Comando. Se você tiver algum erro, você já nem fala. Pede enfermaria e vai para o seguro. (...) Eu estava como contenção do setor, como faxina. Aí depois fui pro setor fiquei uns dois meses e fui para a cozinha. Lá na cozinha, fiquei 10 meses como cozinheiro”.* (Trecho de entrevista<sup>89</sup>, maio de 2015)

No total, Seu Cido ficou preso 1 ano e 8 meses, saiu no começo de 2010 e continuou no interior com sua família até outubro de 2014. Foi então que ele se mudou para São Paulo. Além da separação com a esposa, após mais de 20 anos de casamento, a motivação para a mudança foi fugir de seu cunhado (ex-marido da sua irmã). Seu Cido o esfaqueou e outro homem no bar de sua família. Segundo ele, seu cunhado traía a sua irmã e ele até então nunca havia se envolvido, porém nesse dia o homem estava bêbado

---

<sup>89</sup> Esta entrevista foi realizada conjuntamente com os pesquisadores Fábio Mallart e Mariana Matínez no quarto do hotel onde morava Seu Cido. Agradeço a ambos pela parceria na realização da pesquisa de campo.

no bar de sua família e desrespeitava-o e seus parentes. Depois do ocorrido, fugiu do bar e trocou tiros com policiais em uma viatura que passava pela região. Acertou três tiros em um dos policiais. Seu Cido, então, muda-se para a casa de seu tio no Jardim Ângela, periferia de São Paulo. Chegando lá, explica o que ocorreu para os *irmãos* (do PCC) locais. Segundo Seu Cido, eles se contataram com os *irmãos* da cidade do interior e chamaram os envolvidos para *sumariar* o ocorrido. Seu Cido voltou para sua cidade para o *debate*, onde ele e seu cunhado demonstraram seus pontos de vista. O cunhado confessou que estava errado e que era culpado.

Após resolver essa situação, Seu Cido retorna para São Paulo. Logo, sai da casa do tio no Jardim Ângela e, na rua, busca abrigo nos albergues do centro da cidade. Passou apenas três semanas nos albergues por não agüentar a desorganização de tais espaços. Foi morar em uma pensão na São João, onde pagava sete reais a diária. Em pouco tempo arrumou um serviço como auxiliar de limpeza. Antes da sua separação, Seu Cido era usuário de cocaína há cerca de 20 anos. Porém, afirma que tinha um consumo controlado e que nunca teve problemas de cunho pessoal ou profissional por conta da droga, da mesma maneira, não contraía dívidas com traficantes. Sempre pegava a droga e já pagava. Sobre sua ida para Cracolândia, ele conta:

*“Eu vim para Cracolândia porque eu estava morando ali na São João, aí eu conheci os meninos ali (...). Eu encosto [na Cracolândia] para eu ver se não vou ter recaída das drogas. Eu parei vamos dizer que é recente, faz 7 meses. Então, para eu ver se não vou ter recaída, eu tenho que viver no foco onde tem ela. (risos) Porque aí eu vejo como está a situação do pessoal ali e eu não vou querer a mesma situação do pessoal ali [para mim], né?! (...) E eu vim para ganhar dinheiro também né!!” (Trecho de entrevista, maio de 2015)*

Seu Cido se aproxima de um dos *disciplinas* que atuam na Cracolândia e se insere no mercado de drogas local. Para tanto, aciona o contato de um *irmão* do PCC conhecido das suas redes de relação no interior do estado. É esse *irmão* que passa a lhe fornecer a mercadoria que, inicialmente, ele próprio vendia no *fluxo*. Pouco tempo depois, ele deixa de ser o vendedor e terceiriza essa atividade para um conhecido de confiança, porém continua no papel de mediação. Ou seja, ele pega a droga e dá uma parte para um conhecido vender. Por exemplo, no caso dele pegar 50 pedras de crack, a 10 reais cada uma, conseguiria 500 reais com a venda. Desses 500, 100 é dele. Dos 400 que sobraram, 200 é a comissão do seu parceiro e 200 ele guarda para pagar a mercadoria que pegou com o *irmão*. Quando questionado sobre como se tornou

*disciplina* ali na Cracolândia, Seu Cido afirma que há uma divisão entre quem vende e quem usa a droga, de modo que os *disciplinas* locais não podem ser usuários, ele explica:

*Tem quem vende e quem usa. Quem não usa tem a mente mais aberta. Porque eu não vou deixar um cara que usa droga conduzir a minha vida! Entendeu? Porque de repente ele pode estar louco, tá cheirado.. Então, como que ele vai ser uma pessoa digna para estar conduzindo a sua vida, para abrir a visão de alguém? Não tem como! (...) Se você não está usando nada e errar, você vai ser cobrado porque estava plenamente consciente daquilo que você está fazendo (...) Os meninos chegaram em mim [e disseram]: ‘ow, fecha com nós porque eu sei que você não usa nada’(...) ‘fecha cum nós porque vire mexe nós tem que deixar um aqui e você está sempre aqui e você é a pessoa mais indicada porque você está sempre aqui e também já veio indicado pelo nosso irmão da outra quebrada. Soma cum nós’.* (Trecho de Entrevista, maio de 2015)

Sua entrada no Programa De Braços Abertos ocorreu através da mediação de um dos *disciplinas* da região. Na época que ele estava morando na pensão, conheceu um beneficiário do programa que lhe contou como funcionava. Ficou interessado, sobretudo, em conseguir uma vaga no hotel para deixar de pagar a pensão onde estava vivendo.

*“Eu comecei a colher informação. Fui no De Braços Abertos, fui no Recomeço e fui vendo quem são os mais fortes que mexem com isso aí. (...) Aí eu tive a oportunidade de chegar em um irmão: ‘aí irmão, joga eu nisso daí! Vou ficar pagando todo dia 9 reais não!’(...) Aí o irmão falou assim: ‘beleza, na próxima entrada agora, você vai entrar para o projeto!’.”* (Trecho de Entrevista, maio de 2015)

Além da economia frente à moradia, Seu Cido passou a receber 115 reais referente ao seu trabalho na varrição de rua, 80 reais do renda cidadã e 80 reais do Bolsa Família. Mas, não são só as ajudas econômicas que ele está interessado, além disso, ele afirma: *“É um meio para eu dizer pra polícia, quando ela me abordar[dizendo] ‘você não é daqui de São Paulo. O que você está fazendo aqui?’ [Eu responder] Não, estou em um projeto aqui, larguei da minha esposa e vim pra cá correr atrás da minha vida. Então, eu tenho um alibi para chegar nele e convencer eles”.*

## Escapando das codificações, circulando pela trama

*“(...) o nômade não é forçosamente alguém que se movimenta: existem viagens num mesmo lugar, viagens em intensidade, e mesmo historicamente os nômades são aqueles que não mudam à maneira dos migrantes; ao contrário, são aqueles que não mudam e **põem-se a nomadizar para permanecerem no mesmo lugar, escapando dos códigos**” (Deleuze, 1985).*

Parecido com que Gregori (2000) já havia flagrado em sua pesquisa com meninos de rua, as trajetórias de Cleo e de Seu Cido, assim como o dia-a-dia de Fernanda, nos mostram que um dos aspectos mais intrigantes ao fazer pesquisa junto à população em situação de rua é “o fato de eles estarem sempre circulando por locais variados no espaço público, pelas instituições, nas idas e vindas entre casas e as ruas. **Eles se “viram”, circulando.** A movimentação é constante: eles não se fixam em um lugar, assim como não estabelecem relações muito permanentes” (Gregori, 2000: 19 – grifos meus).

Além disso, a antropóloga também chama a atenção para a maneira como “eles capturam o modo como são vistos e tratados, maximizando assim suas oportunidades e os instrumentos de que dispõem para viver e se posicionar no mundo” (Gregori, 2000: 32). Porém, “a mobilidade não indica falta de parâmetros, mas **a habilidade em transitar** de um pólo a outro” (Gregori, 2000: 221 – grifos meus).

Brognoli (1999), em sua etnografia realizada com andarilhos em situação de rua, também enfatiza esse aspecto móvel da experiência de seus interlocutores, cujo estilo de vida não é sedentário:

*“Organizando seu cotidiano através de táticas diversas, trecheiros e pardais movem-se de acordo com oportunidades fortuitas, apreendidas caso a caso, **deslizando entre regras e valores sociais, tornando aquilo que seria desfavorável em vantagem, isto é, revirando códigos em seu proveito.** Tais efeitos de apropriação se obtêm através de um modus operandi cuja lógica é o emprego de táticas como guia das ações, forma privilegiada de operação para os que ocupam posição de inferioridade, constituindo uma tentativa incessante de retomar ou reapropriar-se do controle a partir deste ponto da hierarquia social. Combate sem trégua, sem objetivo, sem território a conquistar; movidos apenas pela luta em*

*si, por um fazer e desfazer de si e do outro. Dominados sim, mas não passivos ou dóceis, diz-nos De Certeau” (p, 81 – grifos meus)*

Assim também ocorre com grande parte de meus interlocutores e interlocutoras que conheci na região da Cracolândia, os quais circulam e se apropriam de distintos *códigos-territórios* com destreza<sup>90</sup> de modo a combinar características nomádicas com resistência territorial. Como abordado no capítulo 1, os programas de atenção, em sua totalidade, se organizam (ou ao menos adotam tal discurso como ideal) em torno do impasse de como “acabar com a Cracolândia” e conformam uma trama institucional local empenhada em transformar, de maneiras muito distintas e até contraditórias, este território. Essa trama não é coesa, nem articulada. Ao contrário, atua de maneira segmentada e comporta serviços completamente autônomos com redes de tratamento e de recursos independentes. Cada um desses programas, sobretudo, a Cracolândia, o Recomeço e o De Braços Abertos, se pensa como totalidade. Porém, possuem em comum o fato de que propõem devires que escapem ao uso intenso de crack, os quais estão ancorados em distintos paradigmas técnico-morais que perpassam os dilemas espirituais, o campo da medicina, o tratamento em Comunidades Terapêuticas e as estratégias da Redução de Danos<sup>91</sup>. Cada um ao seu modo produz tensões e continuidades entre contenção e proteção; abstinência e medicalização; ajuda e direitos.

Porém, convém ressaltar que na liminaridade entre cuidado e controle emergem linhas de fuga por onde deslizam os sujeitos. Esses distintos modelos de intervenção adotados estão longe de conformar identidades fixas que capturam indivíduos, tal como os distintos projetos prevêm transformá-los em missionário, abstinente e/ou trabalhador de carteira assinada. Ao contrário, essas pessoas lidam com esses diferentes *códigos-territórios*, se adaptam e se apropriam de acordo com seus próprios interesses, e com as distintas dinâmicas, linguagens e grades de inteligibilidade que conformam cada um desses espaços. Muitas das vezes instrumentalizam os poucos recursos concedidos pelos serviços em prol da sua sobrevivência e da continuidade do consumo e

---

<sup>90</sup>Em certo sentido, neste capítulo, é inspiradora para mim a reflexão que Deleuze faz sobre a obra de Nietzsche, na medida em que ele aponta a potência do pensamento do filósofo em embaralhar todos os códigos e perseguir uma descodificação absoluta. Tendo isso como referência, Deleuze se pergunta: “De modo mais geral, em que consiste o esforço de um tal pensamento, que pretende **fazer passar seus fluxos por debaixo das leis, recusando-as, por debaixo das relações contratuais, desmentindo-as, por debaixo das instituições, parodiando-as?**” (Deleuze, 1985 - grifos meus). É para esse esforço de embaralhamento dos códigos, verificável entre meus interlocutores de campo, que esse capítulo pretende chamar atenção.

<sup>91</sup>Ver o capítulo 1.

da vida na rua; em outras, agenciam períodos curtos de internação para “dar um tempo” do crack, comer melhor, ter uma cama quente para descansar, ou mesmo, para se proteger da violência policial, de cobranças de dívidas ou, ainda, curar-se de alguma doença. Ou seja, muitas das vezes, estão em busca de cuidados e proteções momentâneas e não transformações profundas ou “recomeços”.

Cleo, por exemplo, oscila entre períodos de estadia nas ruas da região central de São Paulo e em sua casa em Guarulhos. Em casa se recusa a usar drogas. Quando na Cracolândia, transita por várias entidades com valores, princípios e paradigmas completamente distintos, à procura de garantir suas necessidades cotidianas. O mesmo se passa com Fer, cujo dia a dia implica em negociar com os agentes de saúde, missionários, policiais, assistentes e educadores sociais para além dos *disciplinas* locais.

No entanto, é apenas no contexto pós Operação Sufoco e de *boom* dos serviços motivado pela mudança da gestão municipal que essa possibilidade de trânsito por vários serviços de atenção se potencializa. No cenário “pós-guerra” houve um aumento na oferta de refúgios possíveis, ainda inexistentes em 2012, quando Edu buscava abrigo na Cristolândia conforme analisado no Capítulo 2. Os efeitos das novas políticas parecem, ao contrário de induzir à errância, “encurrular” ou “acomodar” a população usuária de crack, como Cleo chamou atenção. De um lado, se parecem cercar e vigiar, de outro, oferecem confortos, algumas facilidades e comodidades. A repressão, por sua vez, longe de acabar passou a aparecer de maneira mais racionalizada “numa tentativa de gerir essa territorialidade, com técnicas de contenção, cercamento, controle da circulação (...), regulamentando os movimentos, resolvendo as confusões” (Magalhães, 2016, p 21).

Mattar (2016) chama a atenção para essas duas formas de gestão do espaço em tensão. De um lado, a prática policial de dispersar os usuários de crack pela malha urbana e, de outro lado, a necessidade de uma forma de atuação mais localizada das instituições de cuidado que corrobora para uma fixação territorial do *fluxo*. A Operação Sufoco foi uma aposta na dispersão da população usuária de crack com a crença de que a pulverização seria a resolução do problema. Ou seja, o “fim da Cracolândia” implicaria evitar a aglomeração dessas pessoas, as quais se dispersaram pela cidade conformando pequenos grupos e “mini-cracolândias”. Ao invés de diminuir ou acabar com o “problema”, outros bairros (de elite, inclusive) nas adjacências da Luz foram

“contaminados” e tiveram que lidar com o crescimento da presença indesejada de moradores de rua e usuários de crack.

Com a abertura de novos aparelhos estatais e a constituição de uma trama institucional sediada na região da Cracolândia não faria mais sentido dispersar o público alvo das proximidades dos serviços. Ao contrário, para viabilizar e facilitar o trabalho das agências de cuidado é necessário que a população usuária de crack permaneça concentrada em um mesmo ponto, de preferência próximo às sedes dos serviços prestados pelas ONGs. Em certo sentido, o espaço é então sedentarizado, recortado e fiscalizado. A própria atuação dos agentes da segurança teve que ser modificada. Houve um grande aumento do efetivo para a região, sobretudo, com uma maior presença da Guarda Civil Metropolitana (GCM). Os agentes se mantêm diariamente cercando e vigiando os quarteirões próximos à Cracolândia. A Polícia Militar passou a atuar de maneira mais pontual, acionada geralmente em momentos de conflito. Além disso, ambas as forças receberam ônibus de videomonitoramento do programa federal “Crack, é possível vencer”, os quais foram instalados nas cercanias do *fluxo*. A PM também ganhou uma nova sede na Praça Coração Liceu de Jesus no momento da sua revitalização em 2013.

Grandes operações policiais de dispersão, entretanto, deixaram de acontecer entre os anos pós-sufoco, ao menos, até o começo de 2017. A ênfase passou a ser então em cercar e estabelecer clivagens na população local entre quem são os “usuários” e os “traficantes” (Canônico, 2015), para direcionar tais figuras ao braço estatal mais adequado, seja a cadeia ou as instituições de cuidado. A multiplicação dos serviços de atenção e de cuidado não veio acompanhada de um enfraquecimento da polícia na Cracolândia. Ao contrário, o fortalecimento do discurso da saúde pública veio atrelado à ênfase na necessidade da presença policial massiva para supostamente combater o tráfico de drogas no local. De uma maneira geral, aos serviços caberiam o tratamento e a assistência voltada para os usuários de crack enquanto que à polícia caberia prender os traficantes, evitar que a droga chegue no local e garantir a segurança dos trabalhadores das ONGs. Com especializações distintas (e uma miríade de disputas internas), porém com um objetivo comum, de “acabar com a Cracolândia” (cada um ao seu modo, claro).

A fixação territorial do *fluxo*, de um lado, alimenta os serviços, mas, de outro, realoca a proposta de por “fim à Cracolândia” e liberar o território. A aposta parece estar na idéia de que as pessoas irão acessar os serviços e, portanto, sairão da

Cracolândia na medida em que vão “tratar a dependência química”, “conhecer o evangelho” ou “acessar os direitos”. Ademais, há a expectativa de que os serviços irão ocupar um vazio na vida dessas pessoas, as quais teriam rompido com a família e a sociedade, para então reinseri-las socialmente e no mercado de trabalho. Para tanto, espera-se que os atendidos parem de usar drogas – como no caso do Recomeço e da Cristolândia – ou que, ao menos, estabeleçam uma relação mais equilibrada com a substância como no Programa De Braços Abertos. De fundo, há no horizonte o paradigma da (re) inserção no mercado de trabalho, da recuperação da “dignidade”, da “autonomia pessoal”; **da transformação**.

No entanto, quando dirigimos nosso foco para as experiências sociais que atravessam essas trajetórias, o consumo de drogas é deslocado. Os projetos passam, então, a ser muito gerais para perfis muito distintos que são reduzidos à rubrica de “usuários de crack”. Cleo, Fernanda e Seu Cido possuem em comum, para além do traço geracional (tem entre 33 e 40 anos), as origens sociais de bairros considerados periféricos. No entanto, suas inserções no “mundo do trabalho” e no “mundo do crime” são muito distintas. Assim também, as forças e interesses que os levaram até a Cracolândia variam para muito além do consumo de crack, assim como as motivações que os fizeram permanecer no local e as relações que estabelecem com cada serviço e com os pares no seu dia a dia.

Fernanda é beneficiária do De Braços Abertos e reconhece os benefícios do programa na sua vida, na medida em que passou a ter um teto, usar menos droga e ter uma rotina de trabalho. As marcas do apoio institucional são, inclusive, corporalmente visíveis e expressivas. Seu corpo, antes, muito magro, sujo e sem cabelos devido aos piolhos, agora, ganhou peso, tem um aspecto saudável e limpo. Paralelo à sua inserção no programa municipal, ela não deixa de fazer outros *corres* relacionados ao tráfico local para complementar sua renda, nem deixa de se apropriar dos recursos oferecidos pelos outros serviços que atuam no local. Já Cleo é freqüentadora assídua da Missão Cristolândia, mas não quer se internar nas casas do programa. Ao buscar tratamento, acionou sua família que teve condições de pagar uma clínica particular fora dali e do escopo dos programas. Dorme no hotel do De Braços Abertos, mas se recusa a participar das frentes de trabalho, pois compreende que desenvolver um “vínculo empregatício” tende a lhe prender mais ainda no território. Seu Cido, por sua vez, também está no programa De Braços Abertos, porém nunca consumiu crack, apenas

cocaína. O que o levou para o território não foi a “dependência química”, mas a sua rede de relações com o comércio varejista de drogas. Sua passagem pelo sistema penitenciário e sua proximidade com agentes do PCC em sua cidade de origem, lhe permitiram acionar fornecedores da mercadoria ali pelo centro da cidade. O tráfico nunca foi a sua única atividade, mas sempre complementou a sua renda com empregos subvalorizados (frentista, auxiliar de limpeza, entre outros nos quais já trabalhou). Seu intuito em negociar uma vaga no De Braços Abertos foi garantir uma moradia, uma renda a mais e a proteção frente à polícia. Ao contrário de buscar os espaços das ONGs ou os funcionários estatais para conseguir uma vaga no programa, foram seus contatos e sua rede de relações com o tráfico local que também viabilizaram sua inserção na trama institucional como um “usuário de crack” qualquer.

Este aspecto de busca contínua de maximização das oportunidades e recursos disponíveis para sobreviver tem a ver com a “viração” que Gregori (2000) identificou entre os meninos de rua na década de 1990. A autora compreende tal termo como uma “simbiose peculiar entre luta pela sobrevivência e interação simbólica”, atentando não só para a busca por recursos, mas como para tanto o meninos, no caso de estudo dela, lançam mão de um complexo jogo entre os próprios interesses e a imagem que o outro tem deles. Ou seja, há um caráter dúplice da “viração”, de “estratégia ao mesmo tempo de sobrevivência material e mediadora de posicionamentos simbólicos”<sup>92</sup>. Este não é o termo usado por meus interlocutores, os quais para se referirem a esses aspectos da “luta pela sobrevivência” ou por recursos costumam utilizar a expressão “fazer um corre”, a qual geralmente está associada às práticas de conseguir dinheiro, resolver um problema, fazer um assalto ou vender droga. Também é muito utilizada a expressão “estar na correria”, cuja identificação está na idéia do processo de “se virar”, ou seja, ter autonomia e resolver questões burocráticas e problemas, agenciar recursos, dinheiro, trabalho e bicos com atividades ilegais. Interessante notar como ambas as expressões – viração, na década de 1990, e “fazer um corre” ou “estar na correria”, na época atual –

---

<sup>92</sup>“Viração é um termo empregado coloquialmente para designar o ato de conquistar recursos para a sobrevivência. Mais usualmente é referido às atividades informais de trabalhar, dar um jeito, driblar o desemprego etc. Os meninos de rua se viram, o que significa, em muitos casos, se tornarem pedintes ou ladrões ou prostitutas ou ‘biscateiros’ ou, ainda, se comportarem como menores carentes nos escritórios de assistência social. Para eles, a viração contém algo mais do que a mera sobrevivência embora seja o seu instrumento. (...) é uma noção que sugere, mais do que o movimento – que é dinâmico e constante -, uma comunicação persistente e permanente com a cidade e seus vários personagens. (...) a viração na rua não se vincula apenas à aquisição de bens para sobrevivência imediata, ela pode fornecer, sobretudo, relações e interações entre parceiros”(idem, p.31).

estão relacionadas à ênfase na percepção do movimento e da circulação como características importantes da vida nas ruas<sup>93</sup>.

Circulação essa que se, de um lado, é fruto das estratégias e agenciamentos daqueles que são alvo do apoio e controle institucional, de outro, muita das vezes, é induzida pela própria trama institucional. No caso da Cracolândia, por exemplo, é costume de alguns grupos de beneficiários do DBA, antes de saírem para o trabalho matinal, tomar café da manhã na Missão Cristolândia e lá assistirem aos cultos ministrados. Os próprios monitores do serviço levam seus grupos na sede da política evangélica. Da mesma maneira, durante a pesquisa de campo, ocorreram casos em que agentes da prefeitura indicam pessoas e famílias a buscarem internação nos centros batistas por falta de vagas nos serviços estatais. Também não é incomum que agentes de saúde busquem usuários no espaço batista ou que realizem exames nos usuários que estão sendo atendidos pelo programa evangélico e, eventualmente, cuidam da saúde dos próprios missionários. Por outro lado, se uma pessoa chega na sede da Cristolândia pedindo para tirar a documentação, o missionário vai sugerir que ela busque a assistente social. Em casos de pessoas com problemas psiquiátricos ou que tomam medicação e que desejam se internar para tratar a “dependência química”, a equipe da Missão irá sugerir que ela busque os serviços do CAPS AD ou do Programa Recomeço. É interessante notar como que conhecimentos sobre a trama institucional vão sendo trocados entre funcionários e usuários dos serviços. Muitas das vezes, são os próprios operadores da trama institucional que também induzem as pessoas ao fluxo, tendo em vista as parcerias estabelecidas, assim como as diferentes atribuições e limitações de cada serviço.

Essa circulação pelo interior da trama institucional produzida por ela própria e como estratégia de alguns dos usuários, como Fernanda, Cleo e Seu Cido, combinada com a resistência territorial destes acaba por produzir o efeito indesejado, da perspectiva dos gestores, de permanência e fixação territorial da Cracolândia. Se de um lado, apostou-se em fixar a Cracolândia para viabilizar a atuação dos serviços e, com isso, a

---

<sup>93</sup>Vale ressaltar que essas expressões também marcam uma importante ênfase no *fazer* e na *ação*, assim como na disposição em agir. Ou seja, eles estão longe de assistirem passivamente a sua precariedade. Esse também é um importante aspecto ressaltado por Philippe Bourgois (2010: 2) em sua pesquisa com usuários de crack: “*Of course, on an immediately visible personal level, addiction and substance abuse are among the most immediate, brutal facts shaping daily life on the street. Most importantly, however, the two dozen street dealers and their families that I befriended were not interested in talking primarily about drugs. On the contrary, they wanted me to learn all about their daily struggles for subsistence and dignity at poverty lines*”.

saída daquelas pessoas do consumo intensivo de crack e das ruas, por outro, o acesso a diferentes serviços de atenção possibilita que as pessoas se mantenham e sobrevivam nas ruas com o mínimo necessário, o qual, muitas das vezes, não teriam acesso em outros territórios. O fato é que o tão almejado “fim da Cracolândia” parece cada vez mais distante, na medida em que essa territorialidade é um importante ponto urbano de acolhimento do refugio do mundo do trabalho e do mundo do crime (Melo, 2016), como nos mostram as trajetórias de Edu, Fer, Cleo e Seu Cido.

A Cracolândia oferece recursos, fontes de renda, tratamentos de saúde e para a “dependência química”, além de uma sociabilidade alternativa a da família de origem, - a qual muitas das vezes é lócus de relações violentas - que produz laços afetivos e de parentesco o tempo todo (irmãos, netos, maridos e esposas....), ao mesmo tempo que produz conflito a todo momento. Aliás, como muitas famílias. Por isso tudo, para além da trama institucional e da possibilidade de anonimato, liberdade e proteção para o uso da droga, a Cracolândia, ao contrário do que muitos esperariam, pode até mesmo ser um lugar cômodo ou conveniente de se permanecer, como sugere Cleo. Para além de todo sofrimento social também condensado ali, são produzidas redes de relações, de alianças e de trocas que minimizam dores e que fazem circular ajudas mútuas, afetos e também informações. Relações que produzem fluxos e vínculos interpessoais e com o espaço, além de produzirem regulações e ordenamentos.

A circulação feita pelos usuários no território não é “livre” ou aleatória. Os fluxos de pessoas pelos serviços são permeados de regulações e deixam rastros, assim como os trânsitos pelo interior da Cracolândia. São significativos os números de fichas, cadastros e questionários, aos quais a população usuária de crack precisa responder para ter acesso a cada serviço. Cada um destes espaços de atenção tem o seu próprio sistema de coleta de dados e de armazenamento das informações, assim como suas disciplinas, agendas, regras, proibições e portas que se abrem e se fecham em horários fixos (apenas durante os dias úteis, vale ressaltar).

No caso da coleta de dados e mapeamento dos fluxos de pessoas, a Cracolândia, por exemplo, realiza fichas cadastrais diárias antes de cada refeição oferecida em sua sede. Se uma pessoa irá tomar o café da manhã, assistir aos cultos e aguardar para comer o almoço, ela irá ter que responder duas vezes às perguntas sobre seu nome completo, idade, cidade de origem e moradia. Se decidir se internar, as perguntas são ainda mais amplas e investigam sobre suas relações com as drogas, com a família e

sobre a sua passagem por outras casas ou clínicas de tratamento, assim como sobre suas atuais condições de saúde física e mental. Além disso, são apresentadas, de maneira geral, as regras de convívio dos centros de internação e um termo de aceitação que a pessoa precisa assinar. Todos os dados coletados são enviados pelas sedes das Crisolândias espalhadas pelo Brasil para a Junta de Missões Nacionais (JMN), a qual realiza balancetes do número de pessoas atendidas, de pessoas internadas, de banhos dados e de refeições servidas. Esses resultados são fundamentais para a sistematização e organização interna do projeto, mas, sobretudo, para a criação de demonstrativos dos frutos e resultados do projeto missionário para doadores e financiadores parceiros ou em potencial.

Da mesma maneira, o Programa de Braços Abertos possui um sistema de cadastramento virtual em que constam as informações de cada beneficiário e o controle de sua participação nas atividades de trabalho e oficinas, assim como o hotel onde mora. Para além deste sistema, os agentes de saúde e assistentes sociais possuem pastas com as fichas, exames e outras informações dos beneficiários. Os agentes de segurança, por sua vez, também exercem forte vigilância e controle da circulação das pessoas, sobretudo, moradores de rua nos arredores da Cracolândia. Para além da presença constante de câmeras nas ruas e dos ônibus de videomonitoramento, em dias de conflito e de ações policiais, é recorrente as forças da segurança pública cercarem as ruas ao redor do quarteirão do *fluxo* e revistarem as bolsas e mochilas de quem pretende cruzar o cordão policial. Para além destes momentos de intensificação da tensão local, no dia a dia também são comuns as revistas nos usuários e moradores de rua que perambulam pelas adjacências da Luz.

Porém, as regulações dos trânsitos e a produção de ordem local não são monopólio estatal na região da Cracolândia, assim como em vários outros pontos da cidade. A presença e a importância dos enunciados do Primeiro Comando da Capital (PCC) é (re)conhecida por todos que frequentam a região, desde usuários, missionários, funcionários das ONGs, pesquisadores e agentes de segurança. No *fluxo* há a presença dos *disciplinas* que, assim como Seu Cido, não necessariamente são *irmãos*, ou seja, batizados no Comando. Sobre essa importante figura, Cleo aponta:

*“Então, tudo tem uma regra, uma disciplina né (...) Tem alguém do Comando aí que chamam de disciplina para quando tem um assunto grave, alguma coisa... Tem o disciplina e tem o irmão da região*

*mesmo. O disciplina é que toma conta do lugar. Acontece alguma situação é levada para ele. [Eu pergunto: Ele fica ali pelo “fluxo”?] Não necessariamente. Ele vai de vez em quando, mas aí acontece alguma situação grave, é levada para ele e aí chama umas idéia aí. (...) É pro resumo. Então, assim, ele chama em algum lugar e aí vai as duas partes. Quem fez e quem não fez, enfim... Se tiver testemunha, leva. E aí tem o julgamento.” (Trecho de entrevista, março de 2015)*

Seu Cido explica que as atividades de um *disciplina*, na Cracolândia, consistiriam em: “Evitar perreco, escutar se tem algum buxixo, bater de frente com os polícia, não deixar o pessoal filmar. (...)”. Ele complementa que não tem a necessidade de passar o dia todo, todos os dias no *fluxo*, pois mesmo não estando lá presencialmente, caso aconteça alguma coisa grave as pessoas procuram a ele ou algum outro *disciplina* e contam o acontecimento. “Chega em nós, as pessoas chegam em nós”. Os *disciplinas* são importantes atores na manutenção da ordem local e na gestão das condutas, sendo, principalmente, mediadores de conflitos. Seu Cido também explica que é a mesma disciplina da cadeia, só que na cadeia não pode usar, nem entrar crack. Em um caso de estupro, Seu Cido explica os procedimentos: “Aí, dependendo se o pessoal ali chegar e ver isso aí, presenciar isso aí, a própria população [do “fluxo”] pode pegar ele ali mesmo. Aí se levou lá para a disciplina lá, aí nós tem que esperar descer o resumo”. Ou seja, não é sempre que o caso terá que passar por um *debate* para ter consequências concretas. Em caso de um estupro constatado pelas pessoas do *fluxo*, elas próprias podem “fazer justiça com as próprias mãos”, antes que seja passado o que ocorreu para o irmão.

Cleo afirma que considera *disciplinas* locais justos e reflete sobre a importância de ter uma conduta adequada às normas do comando. Porém, como frequenta a Cracolândia há cerca de 17 anos, pondera sobre a organização local antes da consolidação do PCC na área no começo dos anos 2000:

*“Hoje, é muito bagunçado. Hoje, tem muitas atitudes dos usuários que não condiz com o que era antes. Exemplo, você chegou lá, você é nova aqui, você tem dinheiro, ninguém nunca te viu. Você chegou lá para usar droga. Se você não conhecer alguém, não conhecer ninguém e não souber se colocar, eles vão e te roubam inteira (...) Tem uma série de consequência aí, por achar que você é da polícia ou algo do tipo. Eles chamam de ‘ganso’. Já vi umas cenas aí ultimamente... É muita justiça com as próprias mãos! (...) É por isso que, assim, para você estar lá*

*dentro, você tem que ter uma certa disciplina, uma certa postura, porque uma palavra errada, uma conversa errada... Exemplo, esses dias, a menina ficou conversando 45 minutos com o cara da GCM, o guardinha da GCM. Mas, era assunto banal. Até então, até ela explicar pro pessoal que era assunto banal, ela tomou uma puta surra! Mó surra! (...) [Antes] Não era PCC e era bem mais organizado. Porém, era muito mais violento. Era bem mais violento. Eram mortes atrás de morte aqui. Hoje em dia para se matar alguém tem todo esse processo. Mas, era mais ou menos assim, porque os usuários eram diferentes. Os usuários eram outras mentes, outras cabeças. Era todo um respeito. Essa velha-guarda que você vê aí, era outra... Era malandragem mesmo, sabe? Não era esse povinho, que rouba pedestre, que sai fazendo uma série de coisas aí, inconsequente! O pessoal era mais maduro, tinha aquela malandragem de antigamente. De saber as atitudes que eles tomam sem precisar de nenhum comando pra poder... tipo, “ó, você tem que fazer isso”. Hoje em dia tem o comando, mas olha a qualidade dos usuários. Só briga por nada, por cinza de cigarro você vê... Um negócio bem complexo. Porém, briga-se muito, porém para chegar em um extremo de violência como era antigamente, já não... Eu já vi gente morrer por causa de cinza de cigarro. Eu já vi, na minha frente.(...)agora largaram muito de mão né. É, hoje, como eu te falei. Você falou “ah, devem ter milhares de casos que eles resolvem”. Não é assim. Hoje, é só aquilo que eles consideram importante. Também por aqui é muita, a gente chama de perreca né, muita briguinha à toa. (...) Se metem naquilo que eles acham que é importante. Ou algo que interfere diretamente a eles também. “(Trecho de Entrevista, março de 2015)*

Seu Cido explica que há muitos pequenos conflitos (“perrecos”) que ocorrem cotidianamente na Cracolândia. De fato, durante os poucos minutos que permaneci ao lado de outro *disciplina* local me chamou atenção a quantidade de pessoas que se dirigiam a ele para dizer cicrano havia roubado seu tênis, que fulano estava lhe devendo dinheiro ou droga entre outras pequenas discussões e desentendimentos. Seu Cido explica que não é tudo que eles passam para o irmão ou que vai para o *debate*, segundo ele, o procedimento é o seguinte:

*“Ah, aquela menina me empurrou ou não sei quem me deve 5 reais. Beleza! Então, para não levar isso para os irmão, a gente faz assim: você deve para ele? Devo! Quanto? Cinco reais. Você tem dinheiro para pagar? Não tenho ! Então, faz o seguinte, até amanhã à tarde arruma esse dinheiro e passa pra ela, se não amanhã as idéia vai ser diferente. Então, ele vai fazer o corre e vai lá acertar a dívida!”*

Além da resolução de conflitos locais, os *disciplinas* se mantêm atentos a novas pessoas que entram no *fluxo*. Se para uma visão de fora e distante, o “fluxo” pode parecer um lugar caótico e de completo anonimato, para as pessoas que vivenciam o cotidiano desse *código-território* sabem bem que não é assim. Além de todas essas regras de conduta expostas acima, me foi repetido e vivenciado em campo que ali “todo mundo se conhece”. Por isso, os usuários quando levam alguém de fora para consumir droga ali, costumam apresentar para os *disciplinas*. Assim também, quando eu levei meu companheiro e um amigo pesquisador que queriam conhecer a Cracolândia em um feriado (ou seja, quando todos os serviços estavam fechados), Fer e seu marido foram conversar com os *disciplinas* para que nós três pudéssemos adentrar o *fluxo*. Eles estavam empolgados em nos mostrar a Cracolândia já que nosso amigo era estrangeiro. Só depois da autorização que cruzamos o quarteirão. O meu vínculo com o casal e o fato de sempre ser vista por ali e conhecer muitos dos usuários e usuárias que viabilizaram que a nossa entrada não fosse considerada inconveniente ou que fôssemos enquadrados na categoria “gansos”. A circulação e a permanência de pessoas no chamado *fluxo*, assim como os conflitos locais, são mediados e geridos pelas figuras dos *disciplinas*, algumas pessoas são, inclusive, interditas de frequentarem o local. Esse foi o caso de alguns nigerianos que tentaram estabelecer o comércio de heroína na Cracolândia. Segundo Seu Cido: “*Heroína e arma não é comercializada ali não. (...) Tinha notícia [de venda de heroína], mas agora não tem mais porque nós pegamos e expulsamos os nigerianos todos dali. Agora não tem nenhum nigeriano ali dentro, sentado ali*”<sup>94</sup>.

Convém enfatizar que essas regulações, da trama institucional e do PCC, nem sempre estão em oposição, mas criam alianças e muitas das vezes se retroalimentam. Há, inclusive, um *disciplina* responsável em negociar certa quantidade de vagas nos programas, como foi o caso da vaga do Seu Cido. A ação estatal do dia 29 de abril, narrada na introdução, foi acordada com os *disciplinas* e, por isso, inicialmente ocorreu sem conflitos. Ademais, é sabido da ajuda de alguns *disciplinas* na manutenção da ordem nos hotéis. Há uma evidente funcionalidade entre estas gestões dos fluxos de pessoas no território analisado.

---

<sup>94</sup> Ver: “Polícia de SP apreende heroína pela primeira vez na Cracolândia”, G1, 26/03/2015, disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/03/policia-de-sp-apreende-heroina-pela-primeira-vez-na-cracolandia.html> ; e “Heroína chega à Cracolândia à R\$50; droga é trazida de países africanos”, Estadão, 24/10/2016, disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,heroina-chega-a-cracolandia-a-r-50-droga-e-trazida-de-paises-africanos,10000083912> .



## Conclusões Iniciais

### Uma aporia urbana

O primeiro capítulo desta dissertação buscou mapear algumas das principais políticas e discussões produzidas em torno do impasse de “corno acabar com a Cracolândia?”, sobretudo, a partir de 2005. Esse esforço foi feito com o intuito de compreender as condições e intencionalidades que conformaram o sistema de ajuda que se instalou no território, sobretudo, depois de 2012. O período entre os anos 2012 e 2013 marcou um processo de inflexão - tendo em vista a ocorrência da Operação Sufoco e, sobretudo, o marco da mudança da gestão municipal – que acarretou um inchaço da presença estatal na região e a expansão da trama institucional. Já nos Capítulos 2 e 3, optamos por uma mudança na escala de análise em um esforço de cercar e complexificar a questão de pesquisa, para apreender como os alvos dessas políticas são afetados, mas, mais do que isso, como deslizam pela trama local e seus distintos códigos-territórios através de diversas estratégias para “se virar”, “fazer um corre”, “sobreviver na adversidade” e transitar por distintas fronteiras sociais.

A partir dessa mudança de enquadramento e na medida em que olhamos a questão do ponto de vista dos usuários de crack locais, o tão almejado “fim da Cracolândia” é deslocado e parece nem ser mais questão que realmente importa. Quando o olhar está direcionado para o debate público e para as normativas das políticas, a Cracolândia aparece como um enclave, algo que precisa ser solucionado (entenda-se extirpado da cidade). Difícil solução, tendo levado ao limite os gestores engajados em “resolver o problema”. No entanto, ao olhar para a micropolítica local, a Cracolândia emerge como um refúgio possível, lugar de acolhimento e fonte de recursos, além de potente “conector urbano” (Rui&Mallart, 2015) com grande força de atração.

Esse fato, inclusive, nos permite compreender o que motivou Edu, personagem do Capítulo 2, a se deslocar da periferia em que morava em direção ao centro, na medida em que seu consumo de crack começou a prejudicar sua relação com antigos parceiros do crime no local em que morava. Com sua carreira criminal comprometida, Edu encontrou na Cracolândia não um lugar de completa degradação, mas um ambiente no qual ele poderia se inserir novamente no comércio varejista da droga, sem que seu

consumo de crack fosse uma desvantagem para tanto. Mas, mais do que isso, para além de reduto de venda e consumo de crack, seus percursos urbanos nos mostram que a Cracolândia é também procurada devido à maior acessibilidade a formas de tratamento que passou a oferecer, sobretudo, a partir do começo da segunda década dos anos 2000. Foi também na Cracolândia que Edu conseguiu agenciar um tratamento e a sua conversão religiosa, aspectos centrais para sua ascensão social e moral. A partir do constructo da Cracolândia como um “problema”, foi possível para Edu melhorar de vida sem, no entanto, sair da Cracolândia. Ele próprio, ao se profissionalizar como missionário, passou a viver do trabalho de buscar solucionar esse “problema” social e, sobretudo, espiritual, do qual um dia ele já fez parte.

Esse não é o caso de Cleo, Fernanda ou Seu Cido (Capítulo 3), os quais se apropriam da, já reconfigurada, trama institucional de maneira distinta da de Edu. Eles não almejam se tornar operadores das políticas institucionais e nem são os “casos-sucesso” ou exemplos da eficiência dos programas sociais na “solução” do “problema Cracolândia”. Ao contrário, fazem uso dos recursos e cuidados oferecidos para sobreviverem e se manterem no território, embaralhando os códigos e deslizando pelas tentativas de controle institucional.

Essa dissertação atentou para a construção social da Cracolândia do centro de São Paulo como um “problema” social, político urbano e, até mesmo espiritual, o qual, nos últimos anos, foi alçado a uma posição central no debate político. A partir da primeira década dos anos 2000, a Cracolândia gradativamente se consolidou, combinada com o contexto nacional de combate ao crack institucionalizado em 2010, como uma “questão social” (Castel, 1998) relevante para se pensar as disputas em torno do espaço urbano e da gestão dos párias sociais.

Neste sentido, nas últimas duas eleições municipais da cidade de São Paulo, a questão da Cracolândia apareceu como um assunto central na disputa política<sup>95</sup>. Envolto por muita polêmica produziu conflitos e divergências entre os candidatos a assumirem a prefeitura. Eliciando os temas da internação compulsória, da repressão policial, da redução de danos e da revitalização urbana da área, cada candidato defende a sua proposta como mais eficiente frente à difundida demanda de “fim da Cracolândia”.

---

<sup>95</sup> Ver: “A Cracolândia no centro da disputa política em São Paulo”, Carta Capital, 25/10/2016.

Já em 2012, o tema do combate ao crack produziu acalorados debates entre os principais candidatos. No começo daquele ano, a realização da Operação Sufoco pelo Governo Estadual na Cracolândia abriu o primeiro embate público entre eles. José Serra (PSDB) e Fernando Haddad (PT) discordaram sobre a operação policial, a qual Haddad classificou de “desastrada”<sup>96</sup>. Já o candidato tucano defendeu a ação da Polícia Militar e se comprometeu a “*intensificar a guerra contra o crack porque a cracolândia não é coisa boa*”<sup>97</sup>.

Já no período eleitoral de 2016, a Cracolândia continuou entre os principais temas em discussão abordados pelos candidatos, porém foi a manutenção, a relevância e a eficácia do Programa De Braços Abertos, criado pela gestão de Fernando Haddad (vitorioso em 2012), o foco da disputa. O principal opositor do programa petista foi o candidato eleito, João Doria (PSDB), que na campanha eleitoral prometeu: “*Nós vamos acabar com o programa De Braços Abertos. (...) Aquilo não é um programa que pode ser considerado minimamente humanitário, um programa clínico adequado para atender os psicodependentes*”<sup>98</sup>. Já Fernando Haddad argumenta:

*“Não consigo entender o argumento de que um drogado rico pode receber salário e um pobre, não, porque ele compra droga. Não tem jornalista que consome droga? Não tem político que consome droga? Eles não recebem salário no final do mês? Por que alguém que cuida da zeladoria da cidade não pode receber salário? E estamos falando de R\$ 15 por dia. Eu não consigo entender o drama, porque não é uma ‘bolsa’. É remuneração por trabalho. Falam ‘não pode dar dinheiro para drogado’, olha esse jeito de tratar a população, nunca foram conversar com eles. A primeira atitude que você deve fazer é avaliar o programa com os beneficiários, falar com os médicos que atendem essa população.”*<sup>99</sup>

Simpático às afirmações polêmicas, Doria chegou a dizer, em entrevistas, que o programa deveria se chamar “*De Braços Abertos para a morte*”, ironizando o nome dado pelos próprios usuários e sua ênfase em uma proposta acolhedora. Em contraposição à proposta de redução de danos do DBA, dizia que iria cortar o auxílio

<sup>96</sup> Ver: “Operação na cracolândia é ‘desastrada’, diz Haddad”, Folha de São Paulo, 15/01/2012. A fala de Haddad na íntegra foi: “A operação foi desarticulada em grande medida desastrada, **por não botar a saúde pública acima da repressão**” (grifos meus).

<sup>97</sup> Ver: “Serra defende ação da Polícia Militar na Cracolândia”, R7, 28/09/2012.

<sup>98</sup> Ver: “Doria diz que encerrará programa na Cracolândia e nega falar sobre terreno”, G1, 22/09/2017; e “Programa de Doria na cracolândia prevê emprego de R\$1800 a viciados”, Folha de São Paulo, 06/01/2017.

<sup>99</sup> Ver: “São Paulo teve ganhos civilizatórios e a casa está em ordem”, Rede Brasil Atual, 01/01/2017.

dado aos beneficiários e adotar a política de internação do Programa Recomeço, criado no Governo de Alckmin, seu principal cabo eleitoral<sup>100</sup>.

### “Dória, não feche os braços”

Durante a sua campanha, João Doria parecia ignorar os resultados positivos do DBA apontados por pesquisas e a sua fama internacional, sobretudo, frente às Nações Unidas<sup>101</sup>. Com isso, produziu certa oposição e resistência entre entidades e ativistas que defendem a continuidade do programa<sup>102</sup>. Em reação, no dia 28 de setembro de 2016, movimentos sociais da área da saúde e de defesa dos direitos humanos lançaram o manifesto “Defesa do Programa De Braços Abertos, do Cuidado em Liberdade e da Democracia”, no qual afirmam:

*“A escolha por investir em ações com princípios de Redução de Danos, da Reforma Sanitária e Reforma Psiquiátrica Antimanicomial é política acertada, entre elas o Município de São Paulo que realiza ações com o Programa De Braços Abertos (...) o DBA é política que resultou das reivindicações de décadas, baseada no conhecimento dos Movimentos Sociais de direitos humanos da População em Situação de Rua e de Saúde Mental, e democraticamente foi construída como diretriz para a Cidade junto com o Ministério da Saúde, inclusive incentivando outros locais no Brasil e no Mundo, demonstrando êxito e necessidade de aperfeiçoamento pela própria dinâmica de sua ação. Ao contrário, o Governo do Estado de São Paulo tem transformado o fenômeno das drogas em oportunidade de negócios lucrativos através das Comunidades Terapêuticas com financiamento público dessas empresas, que são retrocesso social e de saúde aos usuários, trazendo de volta a idéia segregacionista e de confinamento, recriando a lógica manicomial*

<sup>100</sup> Segundo Doria, “Nós não vamos continuar com o programa Braços Abertos, não é um bom programa para a cidade. Nós vamos adotar o **programa Recomeço**, que o Governo do Estado realiza nesta área, com a participação de duas secretarias: a de Promoção Social e da Saúde. **Este programa propõe a internação daqueles que são vítimas do crack, que são psicod dependentes, para que eles nesta internação, com tratamento clínico, eles podem ficar afastados das drogas**” (grifos meus). Ver: “Intenção de Dória de acabar com ‘De Braços Abertos’ preocupa ativistas e entidades”, Carta Capital, 03/10/2016; e “Doria corta salário, mas dará comida e moradia a viciados da cracolândia”, Folha de S. Paulo, 14/12/2016.

<sup>101</sup> “Através de moradia em hotéis, oportunidade em frentes de trabalho e alimentação aos moradores de rua e frequentadores da Cracolândia, o programa tem sido referência no Congresso Mundial sobre Drogas nas Nações Unidas como um política de redução de danos com melhores resultados. (...) Em maio desse ano, uma pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde levantou que 88% dos beneficiários do programa afirmaram ter reduzido o consumo de crack.” Ver: “Intenção de Doria de acabar com ‘De Braços Abertos’ preocupa ativistas e entidades”, Carta Capital, 03/10/2016.

<sup>102</sup> Ver: “Entidades defendem continuidade do programa De Braços Abertos em São Paulo”, Rede Brasil Atual, 29/09/2016.

*aumentando locais de tortura para aumento de dor e sofrimento aos familiares e seus usuários”.*

Além do manifesto, funcionários e beneficiários do De Braços Abertos organizaram uma série de atos em defesa da manutenção do programa. Um deles foi realizado no teatro da PUC-SP, na zona oeste da cidade, onde colocaram um faixa com os dizeres *“Doria, não feche os braços”*.

A três dias das eleições, o secretário de Saúde de Doria, Wilson Pollara, já amenizava o discurso e defendia a integração dos dois programas, o DBA e o Recomeço<sup>103</sup>. Após a eleição, a equipe de Doria passou, então, a admitir a adoção de algumas das ações do DBA, como moradia e inserção profissional, prometendo oferecer vagas de trabalho em empresas privadas aos beneficiários. Depois de ser eleito, Doria abrandou suas falas contra o DBA e sua equipe afirmou que as ações de redução de danos irão continuar. Segundo Doria, *“Braços Abertos foi um programa fracassado. Alguns aspectos vão ser levados em conta e, o que houver de positivo vai ser incorporado”*.

Poucos dias depois, Doria anunciou a criação de seu próprio programa, batizado de Redenção. Ainda há poucas informações sobre os detalhes da sua proposta, porém, segundo o atual prefeito, o programa terá apoio da Polícia Federal e atuará em cinco campos: policial, social, medicinal, urbanístico e de zeladoria. Para tanto, contará com quatro frentes de colaboração: municipal, estadual, federal e sociedade civil organizada, além da participação do Ministério Público e da Ordem dos Advogados do Brasil. Ademais, Doria já disse que um dos pilares do programa Redenção será, mais uma vez, a tentativa de revitalização urbana do quadrilátero formado pela rua Helvétia, pelo Largo Coração de Jesus e as Alamedas Piracicaba e Dino Bueno, ou seja, o perímetro da Cracolândia. Para tanto, a gestão Doria já anunciou que vai encomendar um novo projeto urbanístico em parceria com a iniciativa privada e elaborado pelo arquiteto Jaime Lerner que também participou do Nova Luz na gestão Serra-Kassab<sup>104</sup>.

João Doria anunciou, ainda, que pretende acabar com a Cracolândia já nesse primeiro semestre de 2017 e que os usuários não mais poderão permanecer nas ruas,

---

<sup>103</sup> “Vamos tentar integrar os dois programas, o Recomeço com o Braços Abertos, logicamente vamos ver o que tem de melhor em cada um”, disse Pollara. Ver: “Secretário de Doria defende integrar programas de Haddad e Alekmin sobre crack”, Estadão, 27/10/2016.

<sup>104</sup> Ver: “Doria encomenda novo projeto urbanístico para a cracolândia”, Estadão, 19/01/2017.

pois, segundo ele, a presença deles nos espaços públicos do centro da cidade é “*uma imagem ruim para as pessoas, para a cidade e para o Brasil*”<sup>105</sup>.

\*\*\*

Foi esse contraste entre o debate público e as experiências sociais flagradas na pesquisa de campo (2011-2015) que deram ensejo para o argumento da presente dissertação. Pretendemos demonstrar que atrelada à construção da Cracolândia como um “problema social” está a produção de uma aporia urbana, ou seja, a produção de algo insolúvel, que parece sem saída. Isto é, quanto mais o constructo da Cracolândia como algo que precisa ser resolvido é alimentado, mais recursos, entidades, atores e esferas sociais são mobilizados em torno da suposta necessidade de acabar com tal territorialização. A manutenção da Cracolândia alimenta e sustenta a própria existência desses atores e instituições engajados no seu fim. O impasse em torno da busca pelo “fim da Cracolândia” alimenta e é retroalimentado por esta aporia, a qual, por sua vez, alimenta um lucrativo mercado de ONGs, Comunidades Terapêuticas e uma miríade de entidades engajadas em “resolver” o problema da Cracolândia. O fato é que quanto mais não se resolve, mais se deseja resolver e mais esse mercado se expande. Portanto, mais disputas são produzidas, mais impasses, mais entraves. Por sua vez, maior magnitude essa aporia assume.

Este argumento está em consonância com a bibliografia específica sobre o tema, a qual já tem apontado o caráter de “enxugar gelo” das políticas de segurança no local (Rui, 2014), o fato da presença estatal na região parecer estar dando “murro em ponta de faca” (Calil, 2015) e a característica “labiríntica” (Mattar, 2016) da trama institucional armada para supostamente “resolver” o problema do crack. Essas metáforas, inspiradas em expressões populares, são elucidativas e indicam algo sobre os efeitos ambíguos das intervenções estatais na região, marcadas pelo descompasso entre as políticas municipais, estaduais e federais em um mesmo território (Calil, 2015). Políticas sobrepostas e desarticuladas entre si, mas, mais do que isso, descontínuas e sujeitas às intempéries eleitorais. Neste sentido, é plausível afirmar que a Cracolândia está mais sujeita às *políticas de governos* do que à *rotina da máquina estatal* (Almeida, D’Andrea&DeLucca, 2008: 126) e isso marca a instabilidade da sua trajetória e da vida de sua população. Programas e políticas públicas são feitas ou desmontadas a depender dos ânimos políticos e eleitorais. A cada nova eleição a demanda pelo “fim da

---

<sup>105</sup> Ver: “Doria quer acabar com a Cracolândia neste semestre”, Estadão, 07/02/2017.

Cracolândia” é realimentada e testa a capacidade dos gestores de oferecer medidas e supostas “soluções” de caráter emergencial. A presente investigação se propôs a realocar os termos do debate a partir da experiência e do ponto de vista dos interlocutores desta pesquisa, sobretudo, usuários de crack em situação de rua.

## Referências Bibliográficas

**ALMEIDA, Ronaldo de; D'ANDREA, Tiarajú; DE LUCCA, Daniel.** Situações periféricas: etnografia comparada de pobreza urbanas. *Novos Estudos - CEBRAP*, n. 82, p. 109-130, 2008.

**BIONDI, K. 2010.** Junto e misturado: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro Nome.

**BIRMAN, P.** 2009a. Feitiçaria, Territórios e Resistências Marginais. In: *MANA* 15(2) pp. 321-348.

**BIRMAN, P.** 2009b. Memória, política e gestão religiosa do espaço. In: Almeida, Ronaldo; Mafra, Clara. (Org.). *Religiões e Cidades: Rio de Janeiro e São Paulo..* São Paulo: Terceiro Nome, 2009b, p. 32-48.

**BOURGOIS, Philippe.** In search of respect: Selling crack in El Barrio. Cambridge University Press, 2003.

**BOURGOIS, Philippe; SCHONBERG, Jeffrey.** Righteous dopefiend. University of California Press, 2009.

**BROGNOLI, Felipe Faria.** 1999. Com a cara no mundo: seguindo o rastro dos nômades urbanos. In: MARQUES, Ana Claudia [et al.]. *Andarilhos e Cangaceiros: a arte de produzir território em movimento.* Itajaí, Editora da Univali.

**CALIL, Thiago Godoi.** 2015 *Condições do lugar: relações entre saúde e ambiente para pessoas que usam crack no bairro da Luz, especificamente na região denominada “cracolândia”.* Dissertação de Mestrado em Saúde Pública. USP – São Paulo.

**CANÔNICO, Letícia.** 2015. Entre usuários e traficantes: Múltiplos discursos “sobre” e “da” atuação dos agentes de segurança

na região da “cracolândia”. Dissertação de Mestrado em Sociologia. UFSCar – São Carlos.

**CASTEL, Robert.** As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

**CERTEAU, Michel de.** A invenção do cotidiano: 1. Artes de Fazer. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 21. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

**CORTÊS, M.** 2007. O Bandido que virou ‘Pregador’. São Paulo: Hucitec.

**COSTA, Roberta Marcondes.** Cracolândia: olhares de uma redutora de danos. Texto de Qualificação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Culturas e Identidades Brasileiras. São Paulo: USP, 2016.

**DELEUZE, Gilles.** 1985. Pensamento nômade. Nietzsche hoje, p. 56-76.

**DELEUZE, Gilles; PARTNER, Claire.** Diálogos. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998, 184p.

**FELTRAN, G. S.** Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo. – São Paulo: Editora Unesp: CEM: Cebrap, 2011.

**FELTRAN, G. S.** 2010. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, v. 23, n. 58.

**FELTRAN, G.S.** 2012. Governo que produz crime, crime que produz governo: o dispositivo de gestão do homicídio em São Paulo (1992-2011). *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 6, p. 232-255.

**FELTRAN, G. S.** 2014. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. *Caderno CRH* 27.72 495-512.

**IORE, M.** 2007. Uso de “drogas”: controvérsias médicas e debate público. Campinas, SP: Mercado das Letras.

**IORE, M.** 2012. O lugar do Estado na questão das drogas: o paradigma proibicionista e as alternativas. *Revista Novos Estudos*, v. 92, PP. 9-21, São Paulo: CEBRAP.

**FRANGELLA, Simone Miziara.** *Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo.* São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009

- FROMM, D. R.** 2016. Deus e o Diabo na Terra do Crack: A Missão Cristolândia e a *cosmopolítica* batista. In: RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (orgs.). *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EdUFSCar.
- FRÚGOLI, H.; SKLAIR, J.** 2009. *O bairro da Luz em São Paulo: questões antropológicas sobre o fenômeno da gentrification*. In: *Cuadernos de Antropología Social*, v 30, pp. 119–136.
- FRÚGOLI, H. ; SPAGGIARI Enrico.** *Da cracolândia aos nóias: percursos etnográficos no bairro da Luz*. Ponto.Urbe (USP), v. Ano 4, p. 6.0, 2010. Disponível em <http://www.pontourbe.net/edicao6artigos/118-da-cracolandia-aos-noias-percursos-etnograficos-no-bairro-da-luz>.
- FRÚGOLI, Heitor; CAVALCANTI, Mariana.** Territorialidades da (s) cracolândia (s) em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico*, v. 2, p. 73-97, 2013.
- GALDEANO, A.** 2014. Slamo 127, versículo 1: ativismo religioso e ordenamentos da segurança em uma periferia de São Paulo. *Religião e Sociedade*, v. 34, n. 1.
- GONZALES, P.** 2008. Luttercontrel'emprisedémoniaque. Les politiques du combat spirituel évan-gélique. *Terrain*, 50:44-61.
- GREGORI, Maria Filomena.** *Viração: experiências de meninos nas ruas*. Editora Companhia das Letras, 2000.
- HANNERZ, Ulf.** Fluxos, fronteiras, híbridos: palavras-chave da antropologia transnacional. *Mana*, v. 3, n. 1, p. 7-39, 1997.
- HIRATA, D.** 2010. *Sobreviver na adversidade: entre o mercado e a vida*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MACRAE, Edward J. B. N.; GORGULHO, Monica.** Redução de danos e tratamento de substituição: posicionamento da Rede Brasileira de Redução de Danos. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, Rio de Janeiro, v. 52, p. 363-370, 2003.
- MAGALHÃES, T.R.P.** Campos de disputa e gestão do espaço urbano: o caso da “cracolândia” paulista. 2015. Dissertação de Mestrado. USP.
- MALLART, Fábio.** *Cadeias dominadas: a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias de jovens internos*. 2014.

- MALVASI, P. A.** 2012. *Interfaces da vida loka: um estudo sobre jovens, tráfico de drogas e violência em São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- MARIZ, C.** 1997. O demônio e os pentecostais no Brasil, in: *O Mal à Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, p. 45-61.
- MARQUES, Ana Claudia; BROGNOLI, Felipe Faria; VILLELA, Jorge Luiz Mattar.** *Andarilhos e cangaceiros: a arte de produzir território em movimento*. Editora da Univali, 1999.
- MARQUES, V.** 2015. *Fé e crime: evangélicos e PCC nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Fonte Editorial.
- MARQUES, A.** 2009. *Crime, proceder, convívio-seguro- Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. São Paulo: PPGAS/USP.
- MATTAR, Marina.** *No labirinto: formas de gestão do espaço e das populações na Cracolândia*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. USP. São Paulo, 2016.
- MELO, Tomás.** *Mundos que refugam, ruas como refúgio: reconfigurações no perfil social da população em situação de rua*. In: FELTRAN, G.; CRUZ, E. *Dossiê Derivas e Vidas*. Revista Florestan, n.5, 2017.
- MINGARDI, Guaracy; GOULART, Sandra.** *As drogas ilícitas em São Paulo o caso da cracolândia*. ILANUD, 2001.
- OLIVEIRA, L. M. F.** *Circulação e fixação: o dispositivo de gerenciamento dos moradores de rua em São Carlos e a emergência de uma população*. 2012. 148f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- PARK, Robert Ezra.** *A cidade - O Fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1979.
- PEREIRA, L. F. P.** *No labirinto da gestão: notas sobre moradores de rua e trabalhadores da Assistência Social*. 2013. 108f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2013.
- PERLONGHER, Néstor.** *O negócio do michê: prostituição viril em São Paulo*. 2012.

**RAUPP, L. M.; ADORNO, R. C. F.** “Circuitos de uso de crack na região central da cidade de São Paulo”. *Ciência & Saúde Coletiva*, 0849, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2008, [http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos/artigo\\_int.php?id\\_artigo=2668](http://www.abrasco.org.br/cienciaesaudecoletiva/artigos/artigo_int.php?id_artigo=2668)

**RODRIGUES, Thiago; LABATE, Beatriz.** Políticas de drogas u prohibición en las Américas. In: LABATE, Beatriz & RODRIGUES, Thiago (editores). *Drogas, política y sociedad en América Latina y el Caribe*. México: DF: Centro de Investigación y Docencia Económicas, 2015.

**RUI, Taniele Cristina.** *Nas tramas do crack: etnografia da abjeção*. Editora Terceiro Nome. 2014.

**RUI, Taniele Cristina; MALLART, F.** A cracolândia, um potente conector urbano. *Le Monde Diplomatique Brasil*. Edição 99, 09 out. 2015.

**RUI, Taniele Cristina.** Fluxos de uma territorialidade: duas décadas de “cracolândia” (1995-2014). In: KOWARICK, Lúcio; FRÚGOLI JR, Heitor. *PLuralidade urbana em São PauLo*. 2016. Editora 34.

**RUI, Taniele; MARTINEZ, Mariana; FELTRAN, Gabriel (orgs.).** *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EdUFSCar, 2016.

**SILVA, Selma Lima da.** *Mulheres da Luz: uma etnografia dos usos e preservação no uso do crack*. 2000. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

**TAKAHASHI, H.** 2014. *Evangelho Segundo Racionais Mc's: ressignificações religiosas, políticas e estético-musicais nas narrativas do rap*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Carlos:UFSCar.

**TAUSSIG, M. 2010.** *O diabo e o fetichismo da mercadoria na América do Sul*. São Paulo. Editora UNESP .

**TAKAHASHI, Henrique.** 2014. *Evangelho segundo Racionais MC'S: ressignificações religiosas, políticas e estético-musicais nas narrativas do rap* . Dissertação de Mestrado em Sociologia. São Carlos: UFSCar.

**TEIXEIRA, C. P.** 2009. *A construção social do “ex-bandido”*: um estudo sobre a sujeição criminal e o pentecostalismo. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ.

**TELLES, V.** 2010. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. São Paulo: Argumentum.

**TELLES**, Vera da Silva; **HIRATA**, Daniel Veloso . Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. Tempo Social (USP. Impresso), v. 22, p. 39-59, 2010.

**UCHÔA**, Marco Antônio. 1996. Crack: o caminho das pedras. São Paulo: Ática.